



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Suene dos Santos de Almeida

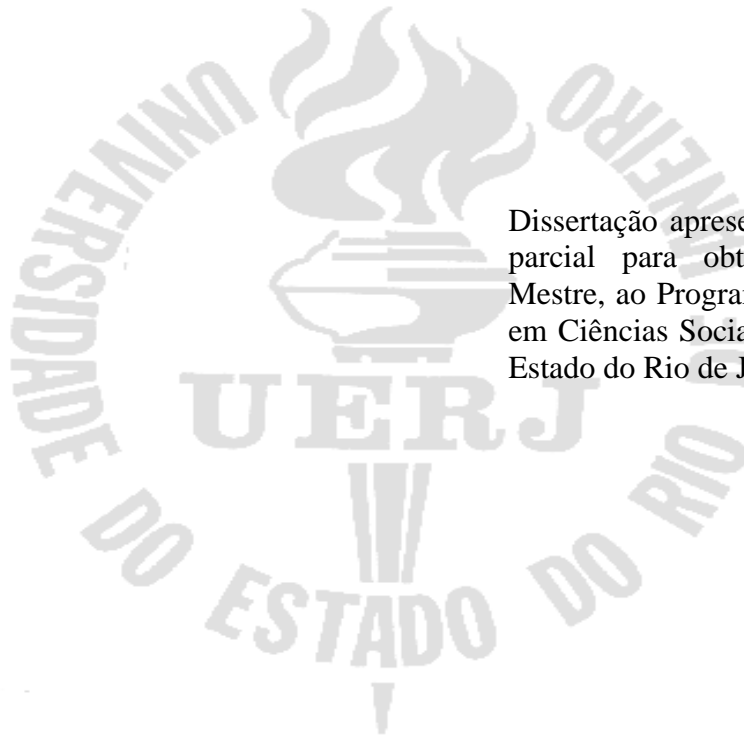
**O Viva Rio e a construção de uma *cultura da paz*: cidadania, violência e paz
na *campanha do desarmamento de 2004***

Rio de Janeiro

2007

Suene dos Santos de Almeida

**O Viva Rio e a construção de uma *cultura da paz*: cidadania, violência e paz na
campanha do desarmamento de 2004**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora : Prof^ª. Dra. Márcia Pereira Leite

Rio de Janeiro

2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

A447 Almeida, Suene dos Santos de
O viva Rio e a construção de uma cultura da paz:
cidadania, violência e paz na campanha do desarmamento de
2004 / Suene dos Santos de Almeida. – 2007.
197 f.

Orientadora: Márcia Pereira Leite.
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Bibliografia.

1. Desarmamento – Aspectos religiosos - Teses. 2.
Armas de fogo – Comércio – Brasil - Teses. I. Leite, Márcia
Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 343.344(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Suene dos Santos de Almeida

**O Viva Rio e a construção de uma *cultura da paz*: cidadania, violência e paz na
*campanha do desarmamento de 2004***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em: 19 de setembro de 2007.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Márcia Pereira Leite (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Patricia Birman

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof^ª. Dra. Regina Novaes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2007

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que contribuíram para a elaboração desta dissertação. Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Márcia Leite, a quem dedico este trabalho, por estar ao meu lado em toda minha trajetória de formação nas Ciências Sociais, inspirando preciosos momentos de reflexão e debate e oferecendo sempre seu apoio e sua amizade. À você, Márcia, dedico este texto por ter tornado possível que, mesmo com as dificuldades que encontrei para encerrar o mestrado nos últimos meses, jamais tenha pensado em desistir deste projeto. Minha sincera gratidão.

Em seguida, gostaria de agradecer a outra amiga, também presente em minha trajetória as Ciências Sociais e fundamental no encerramento de mais este ciclo em minha formação. À você, Juliana Farias, por sua imensa generosidade, seu carinho e seu apoio nestes anos de mestrado que, certamente, não teriam o mesmo "sabor" sem sua presença.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ devo o ambiente favorável à reflexão e a produção intelectual, onde através dos cursos oferecidos, das atividades promovidas e dos diálogos com o Corpo Docente e Discente encontrei campo propício a minha formação

Às professoras Cecília Mariz e Patrícia Birman que, no exame de qualificação, fizeram leituras cuidadosas de meu texto, apontando novos caminhos a serem trilhados. Agradeço, ainda - e estendo este agradecimento à professora Clara Mafra -, pelas importantes e valorosas contribuições dadas a este trabalho, através dos cursos com elas realizados.

Aos Colegas da turma de 2005 agradeço pelos momentos de troca e de ajuda mútua propiciados pela convivência nos cursos e atividades do PPCIS. Em especial à Alberto Calil e Camila Sampaio pelas conversas e pelo carinho dispensados ao longo do processo.

Aos meus pais, Jair e Jacira, pelo respeito aos meus momentos de estudo, pela paciência nos momentos de crise, por todo o incentivo e carinho que me ofereceram nestes anos.

E por fim, agradeço a Deus pela oportunidade de crescimento, intelectual e pessoal, que me ofereceu.

RESUMO

ALMEIDA, Suene dos Santos de. *O Viva Rio e a construção de uma cultura de paz: cidadania, violência e paz na campanha do desarmamento de 2004*. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Na campanha do desarmamento organizada pela Organização Não Governamental Viva Rio - e realizada entre meados de 2004 e outubro de 2005, com o Referendo Sobre a Proibição do Comércio de Armas de Fogo no Brasil, os atores, discursos e práticas envolvidos na causa do desarmamento se voltavam, majoritariamente, a uma estratégia de “apelo aos corações” aos “cidadãos de bem” como forma de persuasão, atrelavam, de modo amplo, a defesa ao desarmamento à defesa à paz e ao combate à violência, e se concentravam, principalmente, na divulgação e promoção da campanha de entrega das armas. Para o debate em torno do Estatuto do Desarmamento e do Referendo, entretanto, novos atores entraram na disputa e começaram a ganhar visibilidade na esfera pública. Os atores engajados pelo "não" no Referendo acionaram aliados e seus discursos em prol de sua causa, recorrendo a elementos da moral e da religião na defesa da posse de armas como um direito inalienável dos cidadãos. Este trabalho reflete sobre as ações engendradas pelo Viva Rio em torno da questão do desarmamento desde sua fundação - com destaque para *a Campanha do Desarmamento de 2004* -, discutindo a presença da religiosidade em suas iniciativas e a contribuição desta na constituição de noções de paz, violência e cidadania no espaço público brasileiro. Examina, ainda, de que modo estas noções fundamentaram a atuação pública do Viva Rio na construção de uma *cultura da paz* e ajudaram a compor um campo de parcerias e disputas no cenário nacional.

Palavras - Chave: Cultura da paz. Desarmamento. Religiosidade cívica.

ABSTRACT

In the Campaign of the Disarmament organized by the Organization no Government Viva Rio - and accomplished between middles of 2004 and October of 2005, with the Referendum About the Prohibition of the Trade of Firearms in Brazil -, the actors, speeches and practices involved in the cause of the disarmament if they returned, for the most part, the a "appeal strategy to the hearts" to the "citizens of well" as persuasion form, they harnessed, in a wide way, the defense to the disarmament to the defense to the peace and the combat to the violence, and if they concentrated, mainly, in the popularization and promotion of the campaign of delivery of the weapons. For the debate around the Statute of the Disarmament and of the Referendum, however, new actors entered in the dispute and they began to win visibility in the public sphere. The actors engaged by the "no" in the Referendum they worked allies and their speeches on behalf of their cause, falling back upon elements of the morals and of the religion in the defense of the ownership of weapons as an inalienable right of the citizens. This work thinks about the actions engendered by Viva Rio around the subject of the disarmament from its foundation - with prominence for the Campaign of the Disarmament of 2004 -, discussing the presence of the religiosity in their initiatives and the contribution of this in the constitution of peace notions, violence and citizenship in the space Brazilian public. It examines, still, that way these notions based the public performance of Viva Rio in the construction of a culture of the peace and they helped to compose a field of partnerships and disputes in the national scenery.

Keywords: Civic Religion. Culture of peace. Disarmament.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

APRESENTANDO O TEMA: CIDADANIA, PAZ E VIOLÊNCIA NO MODELO DE ATUAÇÃO DO VIVA RIO.....	08
DA <i>CAMPANHA DE ORAÇÕES POR VIGÁRIO GERAL E PARADA DE LUCAS AO APELO AO DESARMAMENTO DOS CORAÇÕES: UM PERCURSO DE REFLEXÃO-16 A CAMPANHA DO DESARMAMENTO DE 2004: CONSTRUINDO O OBJETO DE PESQUISA</i>	22

PRIMEIRA PARTE – DESARMAR POR UMA <i>CULTURA DA PAZ: O CIDADÃO DE BEM</i> E A <i>CULTURA DO MEDO</i>	51
---	----

1 O MODELO DE ATUAÇÃO DO VIVA RIO E AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA MOBILIZAÇÃO PELO DESARMAMENTO.

1.1 TRAJETÓRIA VIVA RIO: ESTRATÉGIAS PELA PAZ NA <i>CIDADE PARTIDA</i>	52
1.2 A VIOLÊNCIA COMO “EPIDEMIA” E A ARMA COMO SEU “VETOR”.....	71

2 PELA PAZ E PELA CIDADANIA: SÍMBOLOS E RITUAIS NOS MOVIMENTOS CÍVICOS-RELIGIOSOS.

2.1 O REPERTÓRIO SIMBÓLICO DAS CAMPANHAS E MANIFESTAÇÕES DO VIVA RIO.....	86
2.2 CELEBRAÇÃO E RELIGIOSIDADE: CONSTRUINDO A MEMÓRIA DAS VÍTIMAS E A IDENTIDADE DE UMA NAÇÃO.....	108

SEGUNDA PARTE - A CAMPANHA DE RECOLHIMENTO DAS ARMAS E O REFERENDO SOBRE O COMÉRCIO DE ARMAS.

3 DO RIO ABAIXE ESSA ARMA À CAMPANHA DO DESARMAMENTO	120
3.1 INSTRUMENTOS DE AÇÃO E PARTICIPAÇÃO PELO DESARMAMENTO.....	121
3.2 <i>HIP HOP: ALIANÇA PELO SIM NO DESARMAMENTO</i>	126
3.2.1 <i>Armar a palavra</i> para desarmar mãos e corações.....	128
3.3 CAPOEIRAS, JOVENS, CRIANÇAS E MULHERES NA CAMPANHA: OBJETOS DA VIOLÊNCIA E ATORES PELO DESARMAMENTO.....	135
3.3.1 <i>Arma Não! Ela Ou Eu</i> : mobilização feminina pelo desarmamento.....	138

4 DESARMANDO OS CORAÇÕES POR UMA *CULTURA DA PAZ: ONGS E ATORES RELIGIOSOS NA CAMPANHA DE 2004.*

4.1 O PROJETO DE UMA <i>CULTURA DA PAZ</i> EM CONSTRUÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO.....	145
4.2 A PARCERIA COM AS IGREJAS PELO DESARMAMENTO.....	153
4.3 O APELO AOS CORAÇÕES DE CIDADÃOS E HOMENS “DE BEM”: PELA MORAL, PELA SOLIDARIEDADE, PELA PAZ.....	172

CONCLUSÃO.....	177
BIBLIOGRAFIA.....	179
ANEXOS.....	183

INTRODUÇÃO

Apresentando o tema: cidadania, paz e violência no modelo de atuação do Viva Rio

Desde 2002, nas pesquisas em que participei como bolsista de iniciação científica durante minha graduação¹, interessei-me por compreender o modelo de atuação da organização não-governamental Viva Rio², um movimento social que dialoga intensamente com as representações da violência dominantes na opinião pública carioca e opera com uma concepção e um projeto de paz na cidade em que se aliam princípios cívicos e religiosos, demandando dos moradores da cidade uma participação política orientada por uma espécie de *religiosidade cívica*, traduzida pela idéia de que cada um deveria "fazer a sua parte" pelo bem de todos³. Seu caráter híbrido, que mescla características de uma modalidade de atuação pública própria dos movimentos sociais com sua atuação enquanto organização não-governamental, combina-se ao papel de

¹ Refiro-me às pesquisas desenvolvidas pela professora Márcia Leite na UERJ: "Política, religiosidade e trabalho: mediações da cidadania em favelas cariocas", de 2002 a 2003, e "Violência e Movimentos Sociais no Rio de Janeiro", de 2003 a 2005. Estas pesquisas buscaram refletir, entre outras coisas, sobre a forma de inserção social e política dos moradores de favela na cidade, as implicações das representações da violência na percepção sobre as favelas e seus moradores de diversos setores da sociedade carioca, em sua atuação política e em sua relação com os órgãos estatais, e o papel da religião na construção da identidade destes moradores e em sua atuação no espaço público.

² O Viva Rio surgiu no Rio de Janeiro, em 1993, como movimento social, em decorrência de dois episódios de violência que marcaram a opinião pública carioca: a chacina da Candelária e a chacina de Vigário Geral. Organizado basicamente por intelectuais e empresários, teve em sua direção figuras marcantes como Herbert de Souza, o Betinho. Desde sua fundação, o Viva Rio é dirigido por Rubem César Fernandes - fundador, articulador, coordenador do movimento e uma de suas figuras mais expressivas na opinião pública, sendo, além disso, presença atuante e dirigente no Iser - desenvolvendo projetos e campanhas voltadas à sociedade civil. Em 1994, tornou-se uma ong. Os projetos e campanhas que se seguiram têm, até hoje, grande repercussão e credibilidade não só na cidade do Rio de Janeiro, mas na sociedade brasileira.

³ A "dimensão religiosa pública" que o Viva Rio enfatiza e defende como instrumento fundamental na construção de um Estado democrático pode ser compreendida como "*um tipo de generosidade e de envolvimento voluntário com o bem comum*" que tem por marca o compromisso dos cidadãos com os destinos da cidade ou da nação: *um religião civil* (Bellah, 1985, apud Leite, 2003). Suas propostas e iniciativas no sentido de produzir uma sociedade mais solidária e democrática envolvem um forte apelo religioso, forjado por uma *linguagem dos sentimentos*. A expressão de sentimentos e demandas através de palavras, gestos e, inclusive, através do silêncio, ganham um caráter de protesto e reivindicação nas manifestações que o Viva Rio realiza.

mediação entre a sociedade civil e o Estado que o Viva Rio sempre buscou ocupar na esfera pública. Considerando os interesses, discursos e representações em jogo no espaço público brasileiro, a ong procura estabelecer suas estratégias, acionando as duas faces de sua “identidade”. Assim, ora se apresenta como um movimento social para convocar e mobilizar a sociedade civil em torno de suas iniciativas e propostas e legitimar seu papel de mediador perante o estado, ora apresenta-se como ong na elaboração e proposição de projetos aos governos e à sociedade⁴. Nesta lógica de atuação, a linguagem religiosa com a qual o Viva Rio opera se torna elemento importante na convocação e articulação, em torno de seus projetos e suas iniciativas, dos atores de diferentes crenças religiosas e posicionamentos políticos.

O modelo de atuação do Viva Rio revelava, portanto, novas tendências e configurações na relação entre religião e política no espaço público brasileiro, que já despertava, inclusive, o interesse de diversos cientistas sociais. A falência do projeto de construção de um Estado de Bem-Estar Social nas sociedades ocidentais contemporâneas e os processos e as dinâmicas que caracterizaram sua transição para o Estado Neoliberal produziram um contexto em que novas modalidades de sociabilidade – perpassadas por uma lógica individualista que preconiza a valorização da esfera privada em detrimento da esfera pública na vida social e mina as formas tradicionais de ação coletiva – entre os diversos segmentos sociais se estabeleceram. Simultaneamente, processava-se uma reconfiguração do espaço público a partir de diversas iniciativas de organização e mobilização sociais e de mudanças significativas no campo dos movimentos sociais no Brasil e no mundo⁵. O que, segundo Novaes (1998), se expressa no caráter híbrido e controverso da própria definição contemporânea de movimento

⁴ Reflito sobre esta dupla identidade e suas implicações na atuação do Viva Rio no espaço público no capítulo 1 deste trabalho.

⁵ No primeiro capítulo, resalto os processos e dinâmicas que caracterizam a transição do Estado do Bem-Estar Social para o Estado Neoliberal, apontando as mudanças na esfera do mercado e da política que reconfiguram o campo dos movimentos sociais no Brasil e no mundo.

social, tanto na formulação dos teóricos sobre o tema, como na de seus militantes nas últimas décadas. Desde os “novos movimentos sociais” da década de 70, que propunham “construir a unidade na diversidade” em oposição ao regime militar, até os “movimentos cívicos” da década de 90, que propõem “articular as diferenças”, uma variedade de novas formas de associação de diversos atores sociais tem marcado a sociedade brasileira e a reflexão acadêmica sobre o tema.

Nesta dissertação, considero que o caráter ritualístico das campanhas e eventos que movimentos como o Viva Rio promovem consiste em uma dimensão fundamental para a análise de como a religião e a política se relacionam em diversas formas de mobilização e agregação de atores sociais presente hoje no espaço público brasileiro. O *Abraço à Candelária*, evento realizado na primeira campanha do Viva Rio, em 1993, propunha um momento de silêncio para que todos os cidadãos parassem e, solidários uns aos outros, de mãos dadas ao redor do coração simbólico da cidade, pensassem sobre a situação insustentável de violência no Rio de Janeiro. A campanha *Basta! Eu quero Paz*, em 2000, propunha, com a construção do *Mural da Dor* e a realização de atos ecumênicos pela paz, uma expiação coletiva da dor e do medo provocados pela violência na cidade do Rio de Janeiro. E, por fim, sua recente Campanha do Desarmamento propunha, com o *Ato pela Paz na Lagoa*, em outubro de 2005, lembrar os mortos por armas de fogo no país e conscientizar a população sobre o perigo do porte de armas. Em todas as suas campanhas, o Viva Rio recorreu a músicas, orações, velas, pombas, flores, abraços como símbolos de uma nova forma de convívio e atuação dos cidadãos que estaria forjando.

Desde meu primeiro contato com as campanhas do Viva Rio na cidade do Rio de Janeiro, esta ong me chamou atenção por sua atuação e proposta de engajamento serem tão distantes de minha “realidade” e, ao mesmo tempo, revelarem uma presença da

religião em sua constituição. A dimensão religiosa com a qual o Viva Rio operava parecia-me nada convencional, pois minha experiência é de uma relação com a religião mediada por uma atuação comunitária e inscrita num quadro institucional e doutrinário. Desta forma, ao analisar os princípios e as propostas que orientam a trajetória e a atuação do Viva Rio, faço vir à tona diferenças culturais e de classe, bem como formas de conceber o religioso que considero – como religiosa – pouco legítimas. Minha trajetória como jovem atuante em pastorais católicas produziu, inicialmente, estranhamento quanto a esta modalidade de atuação para, em seguida, despertar meu interesse em analisar as implicações da convocação de pessoas de diferentes pertencimentos religiosos e do acionamento de símbolos religiosos para articular ações sociais e políticas que concernissem a todos. Escolhi o Viva Rio como objeto de análise, em razão do meu interesse em analisar a linguagem religiosa proposta em suas campanhas que, mais do que ter como alvo um voluntariado advindo de uma atuação em religiões tradicionais, tem por objetivo agregar em suas manifestações não só indivíduos de diferentes crenças religiosas, como também de diferentes posicionamentos políticos.

Minha trajetória de observação e análise de manifestações realizadas e apoiadas pelo Viva Rio, ao longo das pesquisas mencionadas, levou-me a definir como um dos temas de minha dissertação a *linguagem religiosa* com a qual este opera e sua relação com a construção de novas formas de atuação no espaço público. Em minha monografia de conclusão do bacharelado em ciências sociais, dediquei-me a analisar as características da atuação do Viva Rio e as formas através das quais os atores sociais, com diferentes posições, identidades e demandas articulam suas parcerias com a ong e, através destas, apresentam-se e posicionam-se no espaço público através de sua parceria

com o Viva Rio (Almeida, 2005a)⁶. Posteriormente analisei, mais detidamente, a participação de moradores de favelas em suas campanhas, através da observação de uma de suas campanhas, então mais recente, a *Campanha de Orações por Vigário geral e Parada de Lucas* (Almeida, 2005b)⁷.

Nesta dissertação retomo a reflexão sobre as modalidades de relação entre os atores sociais e de sua atuação política no espaço público brasileiro que o uso desta linguagem religiosa pelo Viva Rio tem fomentado - agora, focando minha análise no caso da Campanha do Desarmamento. Discuto como esta linguagem compõe e estrutura o repertório de ações e propostas da ong desde sua fundação e se articula ao projeto de construção de uma *cultura de paz*, bem como examino as diferentes formas em que esta linguagem é utilizada pelo Viva Rio, de acordo com as conjunturas em que atua, seus interesses, suas propostas, as demandas que direciona à sociedade civil, os apoios e as críticas que recebe nos projetos e campanhas que realiza. Discuto também o uso da noção de *cultura da paz* pelo Viva Rio, presente em seus discursos e suas práticas no espaço público desde sua fundação, e a forma em que esta noção é concebida na Campanha do Desarmamento pelos atores envolvidos. Considero, assim, as fronteiras de seu significado contextual e sua relação com o empreendimento a longo prazo que o projeto de construção de uma *cultura da paz* representa no espaço público brasileiro.

O eixo analítico que desenvolvo nesta dissertação, busca compreender como as noções de paz, violência e cidadania em jogo no debate público nacional em torno do desarmamento constituem-se, articulam-se e/ou dissociam-se, variando de acordo com o quadro de relações que subentendem. Estas três noções, presentes em todos os discursos

⁶ Quatro eixos de análise me permitiram tratar sobre a forma de organização e de participação nas iniciativas do Viva Rio em minha monografia: sua trajetória, sua presença na mídia e suas campanhas - neste caso, a campanha *Basta! Eu quero paz* e a *Campanha de Orações por Vigário geral e Parada de Lucas*.

⁷ Isto por ocasião do trabalho que apresentei nas Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, em outubro de 2005, intitulado *A favela como objeto e/ou instrumento da paz na cidade partida: a relação entre favela e asfalto na mediação Viva Rio*. Apresento mais detalhadamente o teor de minha análise sobre a Campanha de Orações a seguir.

relacionados à Campanha, se associam a ideologias, crenças e projetos sociais, sendo fundamentais no processo de mobilização e articulação dos mais diversos atores e da população de um modo geral. A *paz*, como instrumento de mobilização e articulação dos atores, ganha significado enquanto projeto coletivo para construção de um novo modo vida em sociedade. Entre os elementos identificados no discurso dos atores centrais da Campanha como essenciais neste empreendimento estão a solidariedade, a caridade, a justiça social, a lei, a democracia, a soberania nacional e a intervenção divina. E é importante ressaltar aqui que não identifiquei uma relação necessária entre eles. Em determinados discursos estes elementos se associam e em outros podem até se contrapor. O que proponho, na verdade, é que em todos os discursos relacionados à Campanha a idéia de paz representa um determinado estilo de vida afinado à sociedade contemporânea individualista e de consumo.

Da mesma forma, as noções de violência e cidadania que analiso, orientadas ou não para a formação e o desenvolvimento de um projeto de *cultura da paz* no país, estão relacionados às novas modalidades de relação entre os atores sociais e de atuação no espaço público brasileiro - e, de modo especial, relacionam-se também as renovadas relações entre religião e política na sociedade brasileira contemporânea. A violência definida como resultado do "mal" cultivado no cotidiano dos indivíduos - como vírus que atinge uma população desprevenida, já fragilizada por outros males, como a miséria, o abandono, a desigualdade social, a incompetência e corrupção de seus governantes - torna-se a causa de ruptura dos laços de identidade e solidariedade entre os habitantes das grandes cidades e constitui o que é definido como "cultura do medo" no discurso de alguns dos atores envolvidos na Campanha. As ações individuais e coletivas no espaço público brasileiro fundamentadas, então, nesta perspectiva, investem a reconstrução destes laços e na construção de uma *cultura da paz*.

A cidadania, no campo do projeto de construção de uma *cultura da paz*, é definida em termos dos direitos e deveres que inserem os sujeitos em uma ordem estatal que tem por base a sociedade de mercado, representando, ao mesmo tempo, chave que dá acesso ao modo de vida contemporâneo e instrumento na construção de uma nova sociedade, mais fraterna e solidária. Neste sentido, chamou atenção em minha observação o caráter civilizatório e educativo da *Campanha do Desarmamento*, que se traduziu na divulgação de estatísticas, estudos, palestras, e na realização de seminários, debates e eventos para conscientização de crianças e jovens, simultaneamente à produção de um discurso "cívico-religioso" de convocação ao exercício da cidadania como contribuição individual na construção de uma "cultura da paz".

Para análise das diferentes nuances presentes nos discursos dos atores envolvidos na Campanha foi fundamental o levantamento sistemático de reportagens sobre o desarmamento em alguns dos mais importantes jornais e revistas do Rio e de São Paulo (O Globo, Jornal do Brasil, Extra, Folha de São Paulo, Época e Veja). Recorri também a outras fontes, como as edições virtuais destes jornais desde meados de 2004 até a realização do Referendo, em outubro de 2005. A internet foi peça-chave no mapeamento das propostas e dos argumentos apresentados pelos atores que acompanhei, não só pelas edições virtuais dos jornais que esta oferecia, mas, principalmente, porque representava o principal veículo de apresentação dos discursos de ambos os lados da disputa no Referendo.

Durante toda a Campanha, sua divulgação e discussão na internet se revelou mais expressiva, inclusive, do que na televisão. Por este motivo, fundamento este trabalho na análise do material produzido nos *sites* dos atores que considero mais significativos no que diz respeito as questões propostas até agora, tais como os *sites* do

Viva Rio (*Vivario e Vivafavela*), Aliança Hip Hop⁸, CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil), Conic (Conselho Nacional das Igrejas Cristãs), Instituto Sou da Paz, Adital⁹, Rits¹⁰, e UNESCO. Outra peça importante da *Campanha do Desarmamento* na internet foram os *sites* relacionados ao Referendo: os sites *Referendosim* e *Votonao* foram criados exclusivamente para veicularem informações sobre as Campanhas pelo “sim” e pelo “não”). Na televisão, a *Campanha* foi limitada aos horários eleitorais para o Referendo e algumas reportagens jornalísticas.

Meu foco de análise, sem dúvida, está na atuação do atores engajados a favor do desarmamento e envolvidos no projeto de construção de uma *cultura da paz*, motivo pelo qual acompanhei alguns dos eventos organizados durante a *Campanha*. E aqui vale ressaltar que a mobilização e articulação da Campanha no Rio de Janeiro e em São Paulo ganhou destaque na mídia em razão a relevância sócio-política destas cidades no cenário nacional, no que diz respeito ao debate e às políticas relacionadas à segurança pública e à atuação dos mais diversos atores no combate à violência urbana. Por este motivo, acredito ter sido de suma importância acompanhar alguns eventos na cidade do Rio, não só para analisar a mobilização da sociedade carioca, mas para refletir sobre a mobilização nacional.

Contudo, para compreender a existência deste projeto no espaço público brasileiro, é fundamental contrastá-lo aos argumentos e propostas dos que se apresentam como opositores. Deste modo, busquei mapear o debate produzido na mídia por alguns dos principais atores que defenderam o “não”, entre os quais estão o MV-

⁸ Foi criada em ocasião da Campanha pelo “sim” no Referendo e chamava-se, então, Aliança Hip Hop pelo Sim. Foi criada pelo rapper Pirata e por Def. Yuri, figuras importantes no universo do hip hop brasileiro, e contava com o apoio do Viva Rio, mantendo um site oficial até poucos meses atrás.

⁹ É uma agência virtual de notícias, produzida e apoiada por organizações cristãs e filantrópicas da Itália e da América Latina, que aborda temáticas relacionadas à ação social cristã, aos movimentos sociais voltados às questões de direitos humanos, economia, religião e política e meio ambiente (dados retirados do site oficial).

¹⁰ É uma rede de informações para o terceiro setor, uma organização privada, autônoma e sem fins lucrativos que conta com o apoio de importantes fundações internacionais (Ford, Kellogg, Avina), empresas (Petrobrás, IBM), centros e programas de pesquisa, bem como do Ministério da ciência e Tecnologia (dados retirados do site oficial).

Brasil¹¹, a Associação Brasileira dos Colecionadores de Armas, o Movimento Viva Brasil¹² e, principalmente a *Frente Parlamentar pela Legítima Defesa*.¹³

Antes de apresentar detalhadamente como desenvolvo minha análise em cada capítulo e quais questões serão discutidas, faz-se necessário percorrer com o leitor o processo que acompanhei, como cidadã e pesquisadora, e que definiu meu objeto de pesquisa - a Campanha do Desarmamento - recuperando as impressões que trouxe de minha experiência vivida naquele período e as reflexões desenvolvidas a partir da análise do material então recolhido.

Da Campanha de Orações por Vigário Geral e Parada de Lucas ao apelo ao desarmamento dos corações: um percurso de reflexão

Estamos no mês de outubro do ano de 2004. Em plena atividade para a produção de minha monografia de fim de curso, eu acompanhava mais uma das campanhas que o Viva Rio organizava em torno da questão da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Tratava-se da *Campanha de Orações por Vigário Geral e Parada de Lucas*, realizada entre os dias 24 e 31 e liderada pela ong, com apoio de lideranças locais, da igreja católica e algumas denominações evangélicas. A campanha foi lançada como resposta à “guerra” entre as duas facções do tráfico de drogas sediadas nas favelas de Parada de Lucas e Vigário Geral, favelas vizinhas que se localizam no subúrbio da cidade. O domínio de duas facções diferentes em territórios tão próximos sempre ocasionou problemas para estas favelas, dando margem a uma rivalidade que já superava o âmbito do tráfico na região e se estendia aos moradores de maneira geral. A

¹¹ O MV-Brasil (Movimento pela Valorização da Cultura, do Idioma e das Riquezas do Brasil), fundado em 1999, é formado por universitários, professores, aposentados e militares e define-se como um "movimento suprapartidário" que traça "planos de ação que almejam resgatar a auto-estima de nosso povo, e despertar sua consciência para a apresentação de nossos projetos reais de um Brasil viável, soberano, independente, abastado e democrático". Acesso em <http://www.mv-brasil.org.br/index2.htm>.

¹² É uma associação civil de defesa aos direitos e garantias fundamentais do cidadão que conta com o apoio de associações formadas por policiais militares e ferais, além de outros movimentos pela defesa dos direitos do país.

“guerra” então instaurada nas favelas provocou a expulsão de diversos moradores e a morte de outros. E diante deste quadro, o Viva Rio propôs, através do *site VivaFavela* e da mídia, uma “reação de carinho e fé”, organizando uma semana de orações, uma caminhada e um ato ecumênico nestas comunidades.

No *site VivaFavela* do dia 29 de outubro, as falas de Rubem César Fernandes, - fundador, coordenador e principal articulador do Viva Rio - e do padre Luís Antônio - à época vigário episcopal do Vicariato Suburbano da cidade - deram o tom à mobilização: “O clima de medo é muito profundo. Por isso, neste momento a única linguagem possível é a oração” – afirmou Rubem César; “é preciso parar de falar de polícia e bandido e falar mais de Deus e paz. O discurso está pesado demais. Por isso, é preciso falar mais sobre fé, religião” – acrescentou Padre Luís Antônio (reportagem *Unidas pelo Medo*, *site VivaFavela*, 29/10/04). Nesta perspectiva, a linguagem religiosa cumpriria o objetivo de estabelecer um elo de ligação entre os manifestantes para além de suas divergências em relação às suas representações da violência e suas modalidades de ação coletiva; mais ainda, protegeria os moradores em sua vulnerabilidade diante da violência que vivenciavam, ao se tornar uma estratégia para os moradores expressarem suas demandas sem se comprometerem publicamente e sem colocarem sua integridade física em risco. A forma de mobilização proposta na Campanha de Orações, vale ressaltar, está diretamente relacionada a um modelo de organização que marca a presença e a liderança do Viva Rio em diversas manifestações no espaço público da cidade do Rio de Janeiro - elemento de análise que retomo neste trabalho. Para uma análise sobre a utilização de símbolos religiosos em manifestações contra a violência e pela paz organizados pelo Viva Rio, ver Almeida (2005), Birman e Leite (2004).

Os termos carinho e fé já tinham sido utilizados pela ONG no chamado *Dia do Carinho na Rocinha*, realizado dia 21 de abril de 2004¹³. O carinho representava, nesta perspectiva, a expressão do solidarizar-se, do compadecer-se com o sofrimento dos moradores de favela, o que só seria possível se existisse a identificação destes enquanto cidadãos da cidade e se a sociedade carioca assumisse a responsabilidade pelo bem-estar e pela segurança destes moradores. No entanto, a mobilização que essa proposta do movimento articulava não estendia o envolvimento de seus voluntários a ações de cunho prático e político. E, por este motivo, críticas foram feitas à manifestação pelos moradores da Rocinha, em razão do tipo de “ajuda” que foi, por fim, oferecida a região.

O carinho é expressão de afeto, de laços sentimentais que se estabelecem entre os indivíduos. Uma mobilização coletiva que tem por eixo a distribuição de carinho pressupõe e/ou estabelece, então, estes laços entre os sujeitos envolvidos. A ação coletiva que o Viva Rio propôs, baseada no carinho como forma de transmitir e fomentar a fé e a esperança entre os moradores da Rocinha, pressupunha uma mobilização que se voltava estritamente ao campo simbólico, que convocava os cidadãos a se solidarizarem e, deste modo, se envolverem com os problemas dos moradores de favela que não os afetavam diretamente, mas que enquanto problemas da cidade seriam, portanto, de responsabilidade de todos. A lógica do “fazer sua parte”¹⁴ ganha importância em uma mobilização deste tipo: cada abraço e cada palavra de

¹³ Inclusive, como afirma reportagem do Jornal O Globo do dia 21 de outubro, a idéia inicial seria realizar um Dia do Carinho em Vigário e Parada de Lucas. No *Dia do Carinho na Rocinha*, cerca de 250 voluntários (dado fornecido pelo *site VivaFavela*), vestindo uma camisa que dizia “Eu faço paz”, circularam pela favela da Rocinha, localizada na zona sul carioca, distribuindo flores, abraços e brinquedos para as crianças em sinal de solidariedade aos moradores do local que sofriam com a guerra do tráfico de drogas e com o acirramento dos tiroteios entre traficantes e policiais no feriado da Semana Santa que acarretou, inclusive, a morte de três jovens inocentes. A idéia do evento surgiu, como afirma o *site VivaFavela*, numa reunião entre representantes do Viva Rio e líderes comunitários em que estes ressaltaram o abandono como um dos principais problemas da comunidade. Solidariedade e carinho seriam, então, formas de combater o abandono ao qual estas lideranças se referiam. Como afirmava Rubem César Fernandes, *o povo da Rocinha precisa saber que estamos realmente preocupados com eles. O que eles querem agora não é somente uma palavra politizada, mas um gesto de atenção.* (reportagem “Carinho em mão dupla”, 21/04/2004, do *site VivaFavela*)

¹⁴ Discutirei mais detalhadamente o significado desta concepção na lógica de organização do Viva Rio no decorrer deste trabalho. Ver a respeito nota 3

conforto oferecida por um voluntário a um morador da favela representava a ação coletiva que estava sendo engendrada e, neste sentido, cada manifestante podia afirmar: “Eu faço paz”. Os sujeitos envolvidos neste tipo de manifestação exercem a cidadania à medida que reivindicam seus direitos (neste caso, os moradores da Rocinha, por seu direito à segurança) e/ou assumem seus deveres (no caso, os moradores de outras áreas da cidade, voluntários nesta campanha, responsabilizando-se pela situação daqueles moradores de favela). A noção de cidadania presente nesse discurso afasta-se do campo político, encontrando no campo religioso seu espaço de fundamentação e consolidação a partir da idéia de fé e esperança enquanto motores da ação coletiva.

Naquele momento, discutia em minha pesquisa de monografia como a relação do Viva Rio e com os moradores de favela na cidade fundamentava-se em uma noção de cidadania que operava em duas dimensões: uma identificando o indivíduo como “sujeito” na ação coletiva, aquele que faz sua parte e é responsável pelo bem-estar da sociedade; outra identificando os indivíduos como objetos da ação coletiva, peças de uma engrenagem que se movimenta graças a sua contribuição, porém de acordo com uma vontade que lhe é maior e exterior. O apelo cívico-religioso¹⁵ que a ong suscita nas mobilizações que organiza opera com uma definição de cidadania como dádiva, por um lado, valorizando a ação individual, racional e pragmática do sujeito no espaço público – no “fazer sua parte” que este “oferece” à sociedade; por outro, reconhecendo direitos – à segurança, por exemplo – como dádivas a serem oferecidas seja pelo Estado, seja por uma elite, seja pelo divino. Analisava também como os símbolos religiosos que o Viva Rio utilizava permitiam a seus participantes dar sentido à violência como um “mal” e à paz como bem maior que devia a ele se opor no interior do coração de cada indivíduo. Nesta concepção, a paz se produz, então, graças a cada um que participa, ganhando significado a partir de um repertório simbólico compartilhado, sem que seja

¹⁵ Discutirei mais detalhadamente o significado da “paz” no decorrer do trabalho.

necessário atrelar o sentido da paz a qualquer projeto político.

Ao identificar na proposta de mobilização do Viva Rio um apelo cívico-religioso direcionado ao "interior dos corações" dos indivíduos, discutia, de fato, uma característica que permeava seu próprio modelo de organização. Não por acaso, em minha monografia, além da *Campanha de Orações*, analisava em perspectiva a campanha *Basta! Eu quero paz*¹⁶ e o contexto de surgimento do movimento Viva Rio. E, da mesma forma, não por acaso, mais um objeto de pesquisa se apresentava diante de meus olhos enquanto ainda analisava a Campanha de Orações. O apelo que padre Luís Antônio fez aos presentes na reunião de preparação da Campanha de Orações - em que estive presente - representava e representa o cerne de toda convocação e mobilização proposta pelo Viva Rio desde sua fundação: o apelo para que cada indivíduo "desarme" seu coração em busca da paz.

O chamado ao "desarmamento", em sua dimensão simbólica, esteve sempre presente no discurso dos integrantes e aliados do Viva Rio como recurso à convocação e sensibilização dos sujeitos em torno de suas causas. Na fala de padre Luís Antônio, por ocasião da Campanha de Orações, o termo "desarmar" representava a superação dos preconceitos, da indiferença, do egoísmo em relação à realidade dos moradores de favela, bem como uma disposição à união, à solidariedade e ao comprometimento cívico. Representava, sobretudo, a abertura a uma intervenção interior e espiritual. Entretanto, a utilização deste termo encontrava também ressonância no apelo ao abandono às armas de fogo, uma das principais demandas apresentadas pelo Viva Rio desde o seu surgimento e que, naquele momento, ganhava visibilidade no debate sobre a questão da segurança pública nas grandes cidades brasileiras.

¹⁶ O Basta! (2000), uma mobilização coletiva organizada pelo Viva Rio em resposta ao "nível insustentável de violência" vivenciado pela sociedade carioca - violência que teve expressão maior no episódio do ônibus 174, ocorrido no bairro do Jardim Botânico, zona sul da cidade. A campanha foi composta por uma semana de manifestações em todo o país e propunha, com a construção do *Mural da Dor* e a realização de atos ecumênicos pela paz, uma expiação coletiva da dor e do medo provocados pela violência. Para mais informações sobre esta campanha, ver Almeida, 2005; Birman, 2004 e Leite, 2004.

A Campanha do Desarmamento de 2004: construindo o objeto de pesquisa

Em outubro de 2004, a *Campanha do Desarmamento*, que teve início oficialmente no mês julho do mesmo ano¹⁷, já contava com postos de recolhimento de armas gerenciados pelo Viva Rio em pontos estratégicos do estado do Rio¹⁸, ganhando destaque a inauguração do posto de recolhimento na TV Roc, emissora comunitária da favela da Rocinha, na cidade do Rio¹⁹. Somando-se aos postos de recolhimento do Viva Rio e das delegacias em todo o país, uma grande novidade naquele momento era a inauguração de postos também em algumas igrejas²⁰. Na mídia, a Campanha era evidenciada por seu sucesso no recolhimento de armas, que já havia ultrapassado o então estimado. A participação das igrejas era um importante fator de divulgação da Campanha, com eventos como a Missa em Aparecida do Norte, no dia 12 de outubro²¹. Em São Paulo, foi realizada, no dia 02 de novembro, a 9ª Caminhada Pela Vida e Paz em Favor do Desarmamento²², organizada pelo Fórum em Defesa da Vida²³ com apoio

¹⁷ O mês de julho foi definido como marco de inauguração da Campanha em razão da instituição de delegacias de todo o país como postos de recolhimento de armas, com o estabelecimento de indenizações pelo governo federal aos portadores que espontaneamente as entregassem. Discutirei mais detalhadamente o processo político de negociação e instituição destas medidas a seguir.

¹⁸ Refiro-me aos seguintes postos: posto de recolhimento da sede da ONG, no bairro da Glória, inaugurado em 04 de agosto; na sede regional do Viva Rio em Macaé, desde 09 de outubro; e em São Conrado, na favela da Rocinha, desde 11 de setembro

¹⁹ A implantação do posto na Rocinha foi anunciada em reportagem do JB do dia 11 de setembro como resposta a demanda dos moradores. O Jornal fez alusão a "onda" de violência que se abatia sobre a favela já há alguns meses, referindo-se, principalmente, ao episódio de mortes que marcou o cotidiano da favela em abril daquele ano e que retomei aqui, no início desta seção, ao falar sobre a manifestação *Dia do Carinho na Rocinha*, organizada pelo Viva Rio.

²⁰ O site oficial do Viva Rio anuncia no dia 26 de outubro, a inauguração de quatro novos postos de recolhimento de armas em igrejas do Município, com apoio da ONG: os postos da Igreja Ministério Apascentar em Jacarepaguá, Metodista de Cascadura, Comunidade Presbiteriana na Barra da Tijuca e Casa do Menor Miguel Arcanjo em Nova Iguaçu.

21

A reportagem do Jornal do Brasil do dia 09 de outubro destaca a presença de Rubem César Fernandes na missa e de armas, previamente danificadas, que fariam parte da celebração, simbolizando "o compromisso pela paz". Logo após a missa, como afirma o jornal, elas seriam levadas para a "sala dos milagres".

²² Como divulga o jornal Folha de São Paulo, a passeata teve início na praça do jardim Ângela e foi encerrada com uma celebração pela paz no cemitério São Luiz, localizado em uma região marcada pela alta incidência de mortes violentas (reportagem *Caminhada pela paz reúne cerca de 15 mil pessoas em SP* - 02/11/04).

²³ O Fórum em Defesa da Vida, criado em 1997, reúne cerca de duzentas entidades da sociedade civil que atuam na região do Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, voltadas à promoção de saúde e de segurança aos moradores da região. Mais informações sobre o Fórum no *site* do Instituto Sou da Paz, acesso em <http://www.soudapaz.org/informese/jornalsoudapaz2.asp?Edicao=5&Id=60>

do Instituto São Paulo Contra a Violência²⁴. O Viva Rio ampliava a divulgação do tema, criando, em parceria com o Instituto Sou da Paz²⁵. O site *ArmaNão*²⁶, que contava com informações sobre o número de armas recolhidas, os postos de recolhimento de armas em funcionamento e, principalmente, com depoimentos de vítimas de violência defendendo o desarmamento, bem como o apoio de artistas e personalidades públicas à causa.

O então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, lançou, ainda no mês de outubro, a *Caravana do Desarmamento*, promovendo o incentivo ao desarmamento nos mais diversos estados brasileiros, principalmente através da distribuição de verbas para campanhas locais. O *Jornal do Brasil* anunciava dados do Ministério da Justiça que indicavam um aumento na incidência de crimes contra o patrimônio e a redução de crimes contra a vida no país como resultados positivos da Campanha²⁷. Neste contexto, crescia o debate público sobre a restrição do porte de armas por cidadãos comuns, principal e também mais polêmica medida implementada pelo Estatuto do

²⁴ O Instituto São Paulo Contra a Violência se apresenta como uma "organização não-governamental, sem fins lucrativos, que promove parcerias com organizações não-governamentais e governamentais para identificação e resolução dos problemas que afetam a segurança dos cidadãos, a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento comunitário no Estado de São Paulo". Foi fundado em 1997, a partir do seminário "São Paulo Sem Medo", realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Fundação Roberto Marinho e Rede Globo de Televisão. Estas e outras informações sobre o Instituto podem ser encontradas no *site* do Instituto. Acesso em <http://www.spcv.org.br/content/view/2/3/>.

²⁵ O Instituto Sou da Paz surgiu, como movimento, em 1997, quando um grupo de universitários lançou a campanha *Sou da Paz pelo Desarmamento* com o objetivo de chamar a atenção da população paulista para a necessidade de combater as armas de fogo. A campanha voltou-se principalmente ao recolhimento de armas dos cidadãos e adotou como símbolo oficial a imagem de uma pomba feita com as mãos (informações retiradas do site oficial do instituto). O Instituto se tornou uma organização oficialmente em 1999.

²⁶ O *site* Arma Não (www.armanao.com.br) foi criado a partir da parceria entre o Viva Rio, o Instituto Sou da Paz, a United Nations Development Programme com o objetivo de divulgar a *Campanha do Desarmamento de 2004*. Atualmente a mesma página pode ser acessada a partir do *site* Entregue sua arma: www.entreguesuaarma.com.br.

²⁷ O *Jornal do Brasil* divulgou, na reportagem *Pesquisa indica aumento de crimes* do dia 13/10/04, estatísticas apresentadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) sobre as ocorrências criminais registradas pelas delegacias de polícia em todo o país. Outra reportagem, publicada pelo *site Folhaonline* no mesmo dia, apresentou o resultado deste levantamento através da avaliação de Marcelo Durante, coordenador-geral de pesquisa da SENASP, que indica três tendências presentes nos dados expostos: a estabilização da taxa de homicídios, o crescimento da taxa e crimes ligados às drogas e contra o patrimônio.

Desarmamento - em vigor desde dezembro de 2003²⁸. A seção *Carta aos Leitores* do *Jornal do Brasil*²⁹ dava o tom à polêmica sobre a proibição do porte, apresentando em sua maioria críticas de cidadãos que identificavam nesta medida um atentado ao seu direito natural e constitucional de autodefesa, bem como acusações sobre a ineficiência do Estado na proteção da população. Criticava-se, ainda, o fato da Campanha se voltar ao desarmamento de *cidadãos de bem* quando, na verdade, seria a violência criminal o maior problema da sociedade brasileira. O argumento central era que o desarmamento de cidadãos comuns só facilitaria e incentivaria a ação dos criminosos.

Desde sua implantação, em dezembro de 2003, o Estatuto do Desarmamento havia sido alvo de críticas e gerado debates em que se travaram disputas políticas entre atores dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Sua sanção pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe consigo a promessa de um maior investimento em segurança e teve relativa aceitação da opinião pública, especialmente carioca, à medida que restringia o porte e o uso de armas de fogo e tornava, de modo geral, a legislação mais rígida em torno desta questão³⁰.

O Estatuto representava, neste contexto, para o Viva Rio e seus aliados a consolidação de uma nova perspectiva diante do problema da violência urbana - em que cada cidadão se responsabiliza pela violência e se compromete com a paz. Esta perspectiva, tão amplamente divulgada e defendida pelo Viva Rio em suas

²⁸ O Estatuto do Desarmamento, concebido no Ministério da Justiça pelo ministro Márcio Thomaz Bastos, tramitou por uma comissão mista do Congresso Nacional, foi aprovada e regulamentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2003. Alguns de seus artigos não eram auto-aplicáveis e, especialmente no caso do Referendo sobre o comércio de armas, sua aprovação dependia da votação no Senado. O Estatuto tem por objetivo, principalmente, regulamentar o porte e o registro de arma, bem como o combate ao comércio ilegal e o tráfico internacional de armas.

²⁹ Ver anexo 1 - Carta aos Leitores do *Jornal do Brasil* no mês de outubro de 2004 e do jornal *O Globo* no mês de outubro de 2005.

³⁰ Deve-se avaliar o nível de aceitação pública do Estatuto e demais iniciativas em torno do desarmamento aqui discutidas com muita cautela, já que, embora a mídia tenha divulgado inúmeras críticas em relação ao Estatuto, percebe-se, ao mesmo tempo, uma forte adesão popular a campanha de recolhimento das armas. Discutirei mais detalhadamente estas aparentes "contradições" no decorrer deste trabalho.

manifestações e ações em torno da questão do desarmamento desde sua fundação³¹, se contrapunha, no entanto, a pontos de vista mais pragmáticos e conservadores, descrentes quanto à real eficácia do Estatuto no combate à violência, principalmente através do combate ao contrabando de armas³², e a atitudes de resistência por parte dos atores sociais que acabavam por limitar de fato sua eficácia³³. De qualquer forma, o Estatuto se firmava no debate público como uma das conquistas do governo Lula em comunhão com a sociedade civil. De fato, o principal motor do processo de divulgação e implantação do desarmamento no país foi a aliança entre o governo federal e alguns atores da sociedade civil, entre os quais se destaca o Viva Rio.

Desde sua idealização, o desarmamento nunca representou uma demanda de origem popular largamente difundida. Assim como o tema da violência que, embora considerado de suma importância pelos mais diversos atores, divide opiniões quanto às dinâmicas que o envolvem e às medidas possíveis e eficazes para solução do problema, o tema do desarmamento, ainda que de aceitação pública geral, sempre foi marcado por controvérsias. Um caso emblemático, neste sentido, foi o apoio do governo do Paraná à Campanha federal, decisivo na mobilização da população em torno da causa do

³¹ Discutirei mais detalhadamente estas manifestações e ações engendradas pelo Viva Rio em torno da questão do desarmamento na seção seguinte.

³² No âmbito do Congresso, percebemos a formação, ainda precoce, de "duas frentes" da disputa neste momento. A reportagem do Jornal do Brasil do dia 25 de novembro destacava a "luta" contra a aprovação do Estatuto do Desarmamento do deputado federal Alberto Fraga (PTB-DF), e apontava para as alianças que o deputado estabelecia no Congresso. Embora não citasse nomes, a reportagem enfatizava a ameaça destas alianças à implantação do Estatuto e à aprovação do Referendo, medidas que estariam garantidas com a adesão da maioria no congresso.

33

Como mostra reportagem do Jornal do Brasil do dia 26/10/04, alguns privilégios para aquisição do porte de armas não foram abolidos com a implantação do Estatuto. A reportagem traz o caso do senador aposentado Ney Maranhão, um entre outros políticos que teriam adquirido direito ao porte embora não se enquadrassem no perfil estabelecido por lei (o porte para civis deveria ser exclusivo para quem exercesse atividades de risco ou estivesse ameaçado de morte). Ainda outra reportagem do Jornal do Brasil, no dia 12/12/2004, denuncia a impunidade como obstáculo ao cumprimento do Estatuto. O Jornal aponta que 85% dos presos por porte ilegal de armas acabam liberados pela Justiça no Estado do Rio de Janeiro, em razão da resistência de alguns juizes em fazer cumprir a nova lei.

desarmamento e que, no entanto, não garantiu o sucesso do "sim" nas urnas em ocasião do Referendo pela Proibição do Comércio de Armas.

No entanto, como vimos até agora, a Campanha do Desarmamento iniciada em julho de 2004 obteve relativo sucesso em seus primeiros meses, se não nos debates sobre o Estatuto e sobre o Referendo, com certeza na entrega das armas pela população. Os jornais cariocas divulgavam, no mês de novembro, a expressiva participação da população no recolhimento das armas e os novos objetivos propostos pelo governo e seus aliados para ampliação da Campanha. O ministro Thomaz Bastos avaliava positivamente a repercussão da Campanha - reflexo, em sua opinião, da popularidade dos dois primeiros anos do governo Lula, como afirmava reportagem do Jornal do Brasil de 21/11/04³⁴. Por ocasião do encerramento da Caravana do Desarmamento, que percorreu vinte e sete estados brasileiros em quarenta dias, criando comitês especiais no combate à violência, o ministro apresentava como metas imediatas da Campanha a extensão do prazo para entrega de armas até julho de 2005 e a ampliação do número de postos de recolhimento em igrejas e clubes devidamente credenciados (informações do site oficial do Viva Rio em 30/11/04). O *Editorial* do Jornal do Brasil de 25 de novembro criticava a posição de alguns membros da bancada federal que se posicionaram contra o desarmamento. O jornal identificava na idéia de que o desarmamento fere o direito individual à legítima defesa uma negação ao papel constitucional do Estado e um retrocesso na construção de uma *cultura da paz*.

Até dezembro de 2004, portanto, a Campanha consolidava seu sucesso com a extensão do prazo de entrega das armas para julho de 2005. O Viva Rio, que teve durante todo o ano grande visibilidade e legitimidade na mídia para falar sobre o tema,

³⁴ Associação interessante, já que, um ano depois, com a derrota do "sim" no Referendo sobre a proibição do comércio de armas no país, muitos associaram a perda de popularidade "repentina" da causa defendida pelo governo à indignação da população em razão dos escândalos de corrupção na cúpula do governo federal que vinham à tona naquele momento.

participava do lançamento da campanha publicitária *Entregue sua arma agora*, cujo objetivo era reforçar a Campanha do Desarmamento então prorrogada³⁵. Com seu apoio, foi realizada, no dia 20 de novembro, uma grande festa em homenagem ao Dia da Consciência Negra, na "comunidade" Júlio Ottoni, em Santa Teresa. Os grupos Vozes do Gueto, Poder Consciente, Refém, Kapella, Weelf e Papo Reto organizaram o evento *Viva Zumbi: Rap sem Armas*, trazendo como tema central de reflexão e conscientização a Campanha do Desarmamento³⁶.

A ong organizou ainda, em parceria com diversos motoclubes da cidade do Rio, uma "motociata pela paz", no dia 14 de dezembro de 2004, que percorreu a zona oeste da cidade em direção a São João de Meriti, na Baixada Fluminense. E, por fim, no dia 20 de dezembro, o Viva Rio e a Unesco lançaram o *Prêmio de Segurança Humana*, concedido a personalidades que se sobressaíram no recolhimento de armas voluntariamente entregues no contexto de aplicação do Estatuto do Desarmamento em 2004³⁷. Foram premiados autoridades do Governo Federal, governadores dos seis estados que mais recolheram armas em números absolutos e relativos (em relação ao número de habitantes) e lideranças de empresas e instituições que participaram de ações

³⁵ Vários músicos aderiram à campanha e gravaram um clipe nos estúdios da Tycon, na Barra da Tijuca. Entre os adeptos famosos estavam Bruno Gouveia (do Biquíni Cavadão), Fernanda Abreu, Lenine, Sandra de Sá, Samuel Rosa (Skank), Pedro Luís, Roberto Frejat (Barão Vermelho) e Rogério Flausino (Jota Quest).

³⁶ A participação do Viva Rio neste evento é marcante pois pode ser identificada como ponto de partida de uma das principais parcerias estabelecidas em prol da Campanha do Desarmamento - a parceria entre a ONG e o movimento Hip Hop no país. Discutirei mais propriamente esta parceria no decorrer deste trabalho.

³⁷ Os premiados pela Unesco e pelo Viva Rio no ano de 2004 foram: **Autoridades do Governo Federal:** Dr. Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça; Gen. Bda. José Rosalvo de Almeida, diretor do DFPC do Ministério da Defesa; Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, diretor geral do Departamento de Polícia Federal

Governadores de Estado: Governador Geraldo Alkmin, de São Paulo; Governadora Rosinha Garotinho, do Rio de Janeiro; Governador Roberto Requião, do Paraná; Governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul; Governador Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco; Governador João Alves Filho, de Sergipe.

Iniciativa empresarial: José Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo - pela atuação da Rádio Globo na Campanha de Recolhimento de Armas através do Globo Móvel; Roberto Civita, presidente do Grupo Abril - pelo destaque na Campanha de Desarmamento Infantil.

Lideranças institucionais: Sr. Denis Mizne, diretor do Instituto Sou da Paz; Sr. Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho, assessor da diretoria do CONASEMS; Dr. Emanuel Messias Oliveira Cacho, presidente do Fórum Nacional de Secretários de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária.

de entrega voluntária de armas. Como divulga o site *VivaFavela*, a noção de “Segurança Humana”, proposta pelas Nações Unidas, "incorpora dimensões sociais ao conceito de segurança e propicia a cooperação entre Estado e sociedade civil na construção de um ambiente seguro para a vida em comum. A campanha de entrega voluntária de armas é um exemplo magnífico desta almejada integração entre governo e cidadania na busca da segurança num contexto democrático" (reportagem *Prêmio Segurança Humana* - site *VivaFavela* 17/02/04). Promovendo eventos como estes, a ong reafirmava, assim, o estilo de atuação que pretendia manter no decorrer do ano de 2005.

O ano de 2005 foi, sem dúvida, o mais importante e decisivo momento na Campanha do Desarmamento. No Rio de Janeiro, o Viva Rio iniciava o ano incentivando o "desarmamento na passarela do samba", como traz em reportagem do seu site oficial no dia 02 de fevereiro³⁸. O jornal Folha de São Paulo do dia 10 de fevereiro divulgava o lançamento da Campanha da Fraternidade 2005 em Brasília, cujo tema *Solidariedade e Paz* tinha como proposta central o desarmamento da população³⁹. Em São Paulo, o prefeito José Serra e o ministro Thomaz Bastos lançaram a Campanha do Desarmamento 2005 no dia 14 de fevereiro, dando seqüência à mobilização da população para a entrega voluntária de armas em postos de recolhimento da capital. Durante o evento, crianças trocaram armas de brinquedo por livros, reforçando mais

³⁸ Integrantes do Banco Mundial do Desenvolvimento (BID), amigos de Eduardo Gouvêa (presidente da FIRJAN), publicitários da agência VS, que criou o videoclipe *Entregue sua arma agora*; e a atriz Bianca Comparato da Rede Globo, além de integrantes da ong Viva Rio aceitaram participar da ala da Portela *Viva Rio: lugar de arma é no lixo*, no desfile das escolas de samba no carnaval daquele ano. Com o enredo *Nós Podemos: Oito Idéias para Mudar o Mundo*, a Portela pretendia representar, entre outras coisas, os abusos contra a humanidade que geram violências. Segundo reportagem do site VivaRio, "a escolha do samba-enredo da Portela para 2005 recebeu elogios até do Presidente Lula pois ressaltava a importância dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que segundo a ONU, devem ser alcançados em todo o mundo até 2015: a erradicação da pobreza e da fome, expansão da oferta de ensino básico para crianças, igualdade entre os sexos, redução da mortalidade infantil, aprimoramento da saúde materna, combate a enfermidades endêmicas, sustentabilidade do meio ambiente e estabelecimento da parceria mundial para o desenvolvimento". Em anexo 2 apresento o samba-enredo da Portela na íntegra.

³⁹ A Campanha da Fraternidade 2005 foi, sem dúvida, um dos principais instrumentos de mobilização da Campanha do Desarmamento originados da parceria entre o Viva Rio e as igrejas cristãs no país. Por este motivo, analiso de forma detalhada, no decorrer deste trabalho, todo material produzido para esta Campanha, bem como as articulações entre os agentes religiosos que esta envolveu.

uma tendência na mobilização em torno do desarmamento: o investimento na educação para cidadania, que deve começar desde cedo. Analisarei mais detalhadamente esta tendência no decorrer deste trabalho.

Em 31 de março de 2005, mais um episódio de violência marcou a cidade do Rio de Janeiro, reforçando o debate sobre segurança pública no país e colocando em cheque o desarmamento, carro-chefe das políticas públicas do governo Lula no setor: a Chacina da Baixada, episódio em que policiais à paisana atiraram, supostamente à esmo, em direção aos moradores dos bairros de Queimados e Nova Iguaçu matando 29 pessoas. Esta tragédia, que veio se somar ao "repertório da violência urbana" na cidade do Rio de Janeiro, trouxe mais uma vez à tona a questão da corrupção policial, seu despreparo e ineficiência no combate à criminalidade e na proteção da população. No cenário nacional, por sua vez, discutia-se também a importância de políticas públicas de inclusão social para o combate à violência urbana. Em São Paulo, os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e da Cultura, Gilberto Gil, ao participarem de um ato ecumênico organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado na Catedral da Sé⁴⁰, enfatizaram a importância do desarmamento como "instrumento de ajuda à cultura da paz", assim como o investimento na educação da juventude brasileira.

A falta de credibilidade da população nas forças policiais fora largamente associada pelos atores contrários ao desarmamento, quando discutida em relação à Campanha, à necessidade latente de defesa individual de cada cidadão. Ilustrativo das nuances deste debate é o artigo de Emerson Facão no site *VivaFavela* de 12 de abril, que, embora divulgado pelo site do Viva Rio, revela como o episódio representou um saldo negativo na mobilização ao desarmamento, ainda que contra as expectativas os atores engajados

⁴⁰ Como noticia o jornal Folha de São Paulo de 17/04/07, durante o ato foram realizadas uma missa, celebrada pelo secretário-geral da CNBB, dom Odilo Pedro Scherer, e um show com a participação de diversos artistas. No encerramento do show, Gilberto Gil cantou para os presentes a música "A Paz".

em favor da Campanha. Emerson Facão - apresentado no site como "poeta, músico, nascido e criado no Complexo da Maré e filósofo nas horas vagas" - reitera a demanda, já tão difundida, pelo combate à corrupção na polícia e por um maior investimento na formação e remuneração de seus profissionais. Entretanto, chama atenção a preocupação expressa pelo autor em relação à liberdade ao porte de armas concedido a estes profissionais, que seriam visivelmente despreparados para assumirem sua função. Ele argumenta, então, que a restrição ao porte prevista no Estatuto poderia se tornar um estopim na corrida à carreira policial por parte de jovens irresponsáveis e seduzidos pelo poder que a arma confere. Este argumento reafirma, de certa forma, o descrédito no Estado em sua função de defender a população e em sua autoridade para manter o monopólio do uso da força na sociedade. Do ponto de vista daqueles que se opuseram ao desarmamento da população, este argumento lhes seria, então, favorável, embora não fosse, de modo algum, intenção do autor criticar o Estatuto.

Outra dimensão que se tornou marcante na relação entre o episódio da Baixada e o debate em torno do desarmamento diz respeito à participação das mães e parentes de vítimas de violência na Campanha. No dia 25 de abril o jornal Folha de São Paulo noticiou a viagem de trinta familiares de vítimas da Chacina da Baixada para o Distrito Federal, com o objetivo de se encontrarem com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), para exigir a criação da Coordenadoria de Direitos Humanos da Baixada, proteção para as testemunhas e parentes dos mortos e a criação de uma força-tarefa para acabar com grupos de extermínio na região. Os familiares reivindicaram também a votação do Referendo do Desarmamento e do Fundo de Assistência às Vítimas de Crimes e Violência.

Com o apoio do Viva Rio e da organização SOS Queimados, estes familiares, juntamente com outros parentes de vítimas de violência e outras organizações contra a violência e pelos direitos humanos, marcaram sua presença na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional entre os meses de abril e junho, defendendo principalmente a votação do projeto de decreto legislativo que autorizava a realização do Referendo sobre a Comercialização de Armas de Fogo no país⁴¹. De fato, a associação entre a imagem de parentes e vítimas da violência urbana e a luta pelo desarmamento no país foi um recurso recorrentemente utilizado pelos movimentos e ongs engajados na Campanha. Na maioria das vezes, a utilização deste recurso objetivava a conscientização e persuasão dos cidadãos em favor da causa, mas acima de tudo o uso da imagem de parentes e vítimas da violência no decorrer da Campanha produzia simbolicamente a remissão da sociedade brasileira por seus "pecados" - uma dimensão do processo que discutirei mais adiante.

Contudo, no mês de maio e nos meses seguintes não foi a participação das mães e parentes de vítimas de violência na Campanha o elemento de destaque na opinião pública. Paralelamente aos ruídos que rondavam o Congresso Nacional e a Câmara dos Deputados sobre a aprovação e o agendamento do Referendo, revelando um ainda tímido confronto de opiniões, propostas e posicionamentos políticos em torno a questão do desarmamento, mantinha-se em evidência a mobilização para entrega das armas em postos de recolhimento, principalmente em postos instalados nas igrejas. Do mesmo modo, o evento evangélico *Marcha para Jesus*, realizado no dia 14 de maio no Rio de Janeiro, evidenciou este momento como auge da mobilização das igrejas cristãs. A

⁴¹ Reportagens do Jornal Hoje e do Jornal Nacional, ambos noticiários da Rede Globo, divulgavam no dia 28 de junho a vigília de parentes de vítimas de violência e religiosos no senado, reivindicando a votação do referendo para outubro. Segundo os jornais, os manifestantes acenderam velas e colocaram cartazes com fotos de vítimas no chão do Congresso. Ganharam destaque a presença do senador Renan Calheiros, do padre Luís Antônio, de grupos de repentistas e de hip hop. A reportagem do Jornal Nacional noticiava ainda uma tragédia doméstica provocada pelo porte de arma e a fala de Antônio Rangel defendendo a aprovação da CPI dos Correios e do Referendo, sob o argumento de que duas coisas são primordiais para o povo brasileiro: honestidade e segurança.

Caminhada percorreu as ruas principais do centro da cidade, animada pela apresentação de cantores gospel e do pastor Ezequiel Teixeira, presidente do Conselho de Pastores do Estado do Rio de Janeiro. Como noticiava o site *VivaRio*, o pastor Ezequiel Teixeira "falou dos riscos de acidente e morte que uma pessoa corre ao guardar uma arma em casa, condenou o uso de armas de fogo e convidou Rubem César Fernandes para destruir a marretadas três revólveres"⁴².

A campanha de recolhimento se encerraria naquele mês e, por este motivo, foi intensa a mobilização das igrejas. Durante todos os sábados do mês de maio foram realizados mutirões para o recolhimento das armas. Estive presente em uma destas igrejas no dia 21 de maio, o *Dia do Mutirão pelo Desarmamento*, e pude acompanhar, então, como se organizou este evento. Era a mesma paróquia em que eu havia estado alguns meses antes, ainda em 2004, para acompanhar a organização da *Campanha de Orações em Vigário Geral e Parada de Lucas*. Mais uma vez encontrei padre Luís Antônio, pároco e dirigente da Pastoral de Favelas no estado do Rio de Janeiro, confirmando sua liderança e sua importância na articulação e mobilização destes fiéis pela causa do desarmamento. Chamava-me atenção, neste momento, como as articulações que padre Luís Antônio estabeleceu no espaço público desde o início da Campanha lhe garantiram uma maior visibilidade na mídia e representatividade para dentro e para fora da Igreja no que se refere a questão das favelas e da segurança pública no Rio de Janeiro. E pude observar como a entrega das armas e como este procedimento se desenvolvia e era noticiado.

Foi interessante notar os novos elementos que se inseriram ao "ritual" de entrega das armas quando este foi acompanhado pela imprensa - desde a presença de padre Luís Antônio, que acompanhou o processo para, então, parabenizar a iniciativa daquele cidadão, até o depoimento que este prestou a imprensa, declarando o alívio que sentia ao

⁴² Reportagem *Marcha para Jesus apóia o Desarmamento*, 16/05/05.

se livrar da ameaça a arma representava para si e para seus familiares. Diferente de outros que ali estiveram para entregar sua arma, ao cidadão que teve sua iniciativa divulgada na mídia coube ainda a tarefa de marretar sua arma. Aquele ritual agregava significados de acordo com os sujeitos ali envolvidos e as circunstâncias que estavam postas. Mais do que isto, ganhava significado de acordo com as práticas e discursos que os atores envolvidos ali consolidavam - ganhando destaque neste empreendimento a mídia, o Viva Rio e a Igreja católica.

Padre Luís Antônio havia encarregado André, fiel atuante na Pastoral Jovem de sua paróquia, como o responsável pela organização e fiscalização do posto de recolhimento. Conversando com André, soube que a atuação no posto dependia da participação de seus agentes no curso de capacitação Gente que Faz Paz⁴³, ministrado a nível nacional. Ele enfatizava que o objetivo do curso era orientar os agentes sobre os procedimentos necessários na entrega das armas e, principalmente, sobre o atendimento aos cidadãos que se dirigiam ao posto. O ato de entregar a arma adquiria, no ambiente das igrejas, um caráter espiritual, e cabia também ao agente auxiliar/orientar esta experiência vivenciada por cada cidadão. Era fundamental, segundo André, conduzir o cidadão a uma experiência religiosa, que não se realizaria, necessariamente, de modo espontâneo. Desarmar-se, a partir da experiência de entrega de uma arma de fogo, significava, na lógica proposta pelos organizadores da campanha de recolhimento de armas e para além de sua dimensão objetiva, "abrir o coração", disponibilizar-se e posicionar-se a favor da "paz". Significava, ainda, redimir-se do passado, seu envolvimento com o "mal" e a

⁴³ O Programa Gente que Faz a Paz é o resultado de diversas parcerias desenvolvidas entre a UNIPAZ (Universidade Internacional da Paz), a associação Palas Athena, a URI (Iniciativa das Religiões Unidas), o Viva Rio, o Afro Reggae e a UNESCO, com o objetivo de capacitar voluntários e profissionais que atuam em projetos sociais, educacionais e ambientais para o comprometimento e promoção da Cultura de Paz. Nos seminários de autoria das instituições parceiras do programa, são fornecidas metodologias, ferramentas e um amplo repertório de reflexões e experiências voltadas para a vivência da Cultura de Paz. Mais informações sobre o Programa podem ser encontradas no site www.gentequefazpaz.org.br.

violência, e abraçar um novo modo de vida. Este, com certeza, é mais um ponto que abordarei neste trabalho.

Em maio de 2005 foi lançada no Congresso Nacional a *Frente Parlamentar Brasil Sem Armas*, que assumiu a representação da demanda pela aprovação e pelo agendamento do Referendo para outubro⁴⁴. Embora a Campanha já estivesse em curso há quase um ano, este foi o momento em que começou a se ampliar a visibilidade dos atores contrários ao desarmamento no cenário nacional. Em artigo ao *Jornal do Brasil* de 26 de maio⁴⁵, Almir Pazzianotto, ex-ministro do trabalho e então presidente do Tribunal Superior, definia como exagerada a Campanha do Desarmamento, que criminaliza *cidadãos de bem* por portarem armas em suas casas. Para Pazzianotto, a real causa do problema da violência na sociedade brasileira é a ineficiência no combate ao contrabando e ao crime organizado e não o porte de armas por cidadãos comuns. Até as medidas regulamentadas no Estatuto, que visam o combate ao contrabando de armas e à corrupção policial, não estariam postas em práticas, fato que o autor denunciava para criticar a omissão dos atores envolvidos na Campanha.

Em outra reportagem do *Jornal do Brasil*, esta divulgada no dia 31, ganhava destaque um novo ator na onda anti-desarmamento: o movimento MV-Brasil. Cartazes espalhados pelo movimento em toda a cidade do Rio de Janeiro, trazendo os dizeres "Entregue sua arma e torne-se um escravo", eram o destaque da notícia. Nas palavras de Wagner Vasconcelos, um dos fundadores do movimento, o objetivo dos cartazes era "alertar para o verdadeiro intuito da campanha" - "enfraquecer militarmente o país de

⁴⁴ O Estatuto do desarmamento incluía um projeto de lei para realização de um referendo popular sobre a proibição do comércio de armas de fogo no país. O Referendo seria agendado para 23 de outubro de 2005 após votação e aprovação no Congresso Nacional, graças ao apoio de Renan Calheiros, presidente do Senado e fundador da Frente Parlamentar, e à forte demanda de alguns setores da sociedade civil, aliada à influência do Viva Rio no governo e seu papel no diálogo com grandes organizações internacionais de controle de armas. A forte demanda para que o referendo fosse realizado em 2005, decorreu, como divulgou a mídia à época, da preocupação dos ativistas pela causa do desarmamento que eventos importantes previstos para os anos seguintes, como a eleição à presidência e a copa do mundo em 2006 e o Pan-americano em 2007, adiassem e acabassem por engavetar a votação.

⁴⁵ Artigo *Exagero e Desinformação*.

forma que tenhamos que nos submeter a imposições políticas externas". O desarmamento da população refletiria os interesses internacionais subsidiados pelo governo e a cúpula das ongs engajadas na Campanha, "entre elas o Viva Rio".

Embora as críticas à Campanha do Desarmamento e a visibilidade dos atores contrários á causa crescessem gradativamente, eu percebia uma continuidade na linha de atuação que os atores engajados na Campanha adotavam até este momento. Ainda no mês de maio, o Viva Rio organizava, juntamente com a Babilônia Feira Hype⁴⁶, a campanha FAZPAZ, no Jockey Club da cidade do Rio de Janeiro, nos dias 14, 15, 28 e 29 de maio. No evento foram recebidas armas, vendidas camisetas e pulseiras da campanha e realizadas apresentações de artistas como Fernanda Abreu e Sandra de Sá. Os dias 28 e 29 formaram, na programação da Feira, o Dia D do Desarmamento, com o lançamento da campanha publicitária "Ser Hype é Ter Responsabilidade Social". Acompanhando o evento do dia 14 pude observar a composição da feira e seus mais diversos artigos, desde bijuterias e cristais, até artigos domésticos e roupas no estilo "hyppie chique". Para além da movimentação habitual dos consumidores, o estande *FAZPAZ* vendia artigos relacionados à Campanha e distribuía balões brancos às crianças presentes, marcando efetivamente o caráter especial do evento. Outro elemento do ambiente que me chamava atenção era a rádio que animava a Feira e anunciava, entre uma música e outra, seu objetivo central naquele ano. No alto-falante, o locutor conclamava os presentes a exercerem sua cidadania, comprometendo-se com causas que promovam o bem comum - como seria o caso do desarmamento.

A lógica desenvolvida no evento associava claramente o consumo dos artigos à venda ao comprometimento de seus consumidores com a causa do desarmamento. Mais do que isso, o consumo daqueles produtos era apresentado como "ter responsabilidade

⁴⁶ A Babilônia Feira Hype surgiu em novembro de 1996, com a primeira edição no Parque do Flamengo. Desde então percorreu vários pontos da cidade no projeto de revitalização das áreas públicas. Atualmente é realizada no Jockey Clube Brasileiro.

social", exercer a cidadania, assumir o estilo de vida que estaria simbolizado naqueles produtos. A associação da Campanha do Desarmamento a eventos como este reafirmava duas tendências fortemente ligadas ao projeto de construção de uma *cultura da paz*, presente nas iniciativas engendradas pelo Viva Rio. A primeira consiste na proposta de um estilo de vida envolvendo a experiência de uma religiosidade difusa que agrega elementos das religiões tradicionais e constitui uma *mística*. Uma proposta que se identifica, até certo ponto, com o estilo Hype ou, ao menos, com um estilo de vida que, mesmo marcado pela experiência no interior de instituições religiosas tradicionais, estabeleça laços e alianças com as demais religiões no espaço público através da defesa de valores como a solidariedade, a caridade e a paz. A segunda tendência pode ser identificada na convocação a um exercício da cidadania, compatível com o estilo de vida contemporâneo da sociedade individualista e de consumo.

O mês de junho se iniciava, por conseguinte, com fortes expectativas: o Referendo deveria ser aprovado até o fim deste mês para que fosse realizado em outubro. Neste contexto, três manifestações marcaram o espaço público na mobilização pelo desarmamento. O ato público *Referendo Já*, cujo tema fazia clara referência à manifestação *Diretas Já*, foi organizado pela ong Convive, cujo slogan é "Paz, você quer, você faz!", e por estudantes da Universidade de Brasília, do Centro de Ensino Unificado de Brasília e do Instituto de Educação Superior de Brasília. A 10ª Parada do Orgulho Gay, realizada na zona sul do Rio de Janeiro, denominada *Atobá -20 anos pedindo paz*, teve por iniciativa do Grupo Arco-íris "incentivar a entrega de armas pela população, numa adesão à Campanha pelo Desarmamento, do governo federal". E, por fim, a inauguração do *Parque dos Brinquedos* em Nova Iguaçu, no dia 19 de junho, construído com metais das armas recolhidas na Campanha, contou com a presença do secretário nacional e de segurança pública, Luiz Fernando Corrêa, e do ministro da

Cultura, Gilberto Gil - mais um evento que, entre outros, coroaram a Campanha do Desarmamento como uma iniciativa em favor da cidadania, da democracia e da paz naquele momento.

Merece destaque, ainda, o artigo divulgado no Editorial do jornal O Globo em 21 de junho, que exaltava as "vitórias" alcançadas com a promoção do desarmamento, como a redução em 5% da taxa de homicídios no estado de São Paulo. O artigo identificava a aliança entre Viva Rio e Ministério da Justiça como elemento decisivo na consolidação desta causa, e apontava como obstáculos "a incompreensão dos que supõem que o objetivo [ao desarmar a população] é acabar de vez com a criminalidade, ou que as armas podem ser uma defesa adequada contra assaltantes". Apesar das críticas que a Campanha do Desarmamento recebia, oriundas principalmente do *lobby* dos fabricantes de armas, sua contribuição fundamental, afirmava o jornal, estava no controle do mercado legal que abastece os arsenais do crime organizado. Este argumento foi fortemente combatido pelos partidários anti-desarmamento, que afirmaram a irrelevância do mercado legal de armas no abastecimento do crime organizado. Apresento mais detalhadamente estes argumentos no decorrer deste trabalho.

E à medida que essa polêmica em torno do desarmamento crescia no espaço público e ganhava visibilidade na mídia, tornava-se cada vez mais relevante no campo da política. Não por acaso, a aprovação do projeto que regulamentava o Referendo abriu o mês de julho com reportagens dos principais jornais trazendo falas de políticos a favor e contra o desarmamento manifestando publicamente seus posicionamentos. Ganharam destaque as falas de Renan Calheiros, presidente do senado, do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), e do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), principais ativistas no governo pela causa do desarmamento, o que reafirmava, ao menos supostamente, seu

favoritismo e sua aceitação pública na sociedade brasileira até este momento. Com aprovação da maioria na Câmara dos Deputados e comemoração dos manifestantes presentes - que lançaram pétalas de rosas sobre o salão da Câmara⁴⁷ - o Referendo foi agendado, então, para o dia 23 de outubro.

Os meses de agosto e setembro marcaram definitivamente a Campanha do Desarmamento com a mobilização para o Referendo. No dia 02 de agosto foi lançada em Campinas a Campanha pelo Sim no Referendo. Reportagem do jornal O Globo conferia destaque para as participações do presidente do Senado, Renan Calheiros, do prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira, de Rubem César Fernandes e de Denis Minze, representante da ONG Sou da Paz.. A escolha da cidade de Campinas se deu por ser uma das cidades mais violentas do país e as falas noticiadas enfatizavam a importância do apoio popular à campanha eleitoral pelo sim, que não poderia estar associada a nenhum grupo ou organização específica. A exigência do TSE de que as campanhas eleitorais pelo "sim" e pelo "não" no Referendo se desvinculassem do financiamento dos atores diretamente envolvidos para assim adquirirem uma representatividade popular mudou de certa forma os rumos da campanha do desarmamento à medida que alterou o lugar e o *status* de cada ator articulado à causa e permitiu maior visibilidade dos atores engajados pelo não. Analiso mais detalhadamente as mudanças que marcaram o processo de mobilização pública em torno de desarmamento no decorrer deste trabalho.

O Viva Rio lançava em sua sede, no dia 11 deste mês, o Guia Prático *Armas de Fogo: proteção ou risco?*⁴⁸, elaborado por Antônio Rangel Bandeira e Josephine

⁴⁷ Reportagem *Votação garante referendo das armas este ano*, jornal O Globo, 07/07/05

⁴⁸ *Armas de Fogo: Proteção ou Risco?* é um guia que responde a 100 perguntas sobre as vantagens e desvantagens do uso de armas, apresentado no formato de cartilha e produzido com uma linguagem mais acessível ao conjunto da população, visando a conscientização e a persuasão da sociedade como um todo no que diz respeito a questão do desarmamento.

Bourgois⁴⁹, e do livro *Brasil: as armas e as vítimas*, organizado por Rubem César Fernandes, resultado de um conjunto de pesquisas sobre o porte de armas e seus efeitos no país nas áreas do Direito, da saúde e segurança públicas e dos direitos humanos, realizadas por pesquisadores ligados ao Iser (Instituto de Estudos da Religião) e ao Viva Rio⁵⁰. Observando o evento pude conferir a presença de representantes de alguns movimentos e organizações da sociedade civil (como Julita Lembruger, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes), dos artistas Marcelo Yuka, Fernanda Abreu e Sandra de Sá, de representantes do Movimento Inter-religioso⁵¹, pesquisadores e funcionários do ISER e do Viva Rio, e de políticos adeptos à causa da campanha, entre eles o senador Renan Calheiros, o deputado federal Raul Jungmann (secretário-executivo da *Frente*), os deputados estaduais Alessandro Molon e Carlos Minc (partidários do PT e ligados ao tema dos Direitos Humanos) e a deputada federal Jandira Feghali (partidária do PCdoB).

Rubem César Fernandes abriu o evento, apresentando a atração que antecederia o lançamento oficial dos livros: o grupo de Chorinho formado por músicos da Escola de Música Vilallobos, todos moradores de favelas cariocas – como enfatizava nosso anfitrião. Encerrando o lançamento, Rubem César Fernandes convidou os

⁴⁹ O sociólogo Antonio Rangel Bandeira é coordenador do Programa de Controle de Armas do Viva Rio e Josephine Bourgois é pesquisadora da área de desarmamento da ong.

⁵⁰ Assim se apresenta o ISER em seu site oficial: *Há 35 anos o ISER atua no campo das ongs e da sociedade civil organizada, fiel à sua missão de promover o desenvolvimento com justiça social e responsabilidade ambiental*. Suas pesquisas estiveram sempre voltadas a temas como sociedade civil, violência urbana, segurança pública e direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento, religião e sociedade. A “dobradinha” Viva Rio/ISER está na origem da proposta de união entre as esferas da religião e da política na atuação pública dos sujeitos, inédita, até então, no espaço público e que orienta até hoje seus projetos. Como nos aponta Birman, “as tentativas exploratórias de novos caminhos para articular religião e política começaram no âmbito do Iser, por iniciativa de Rubem César Fernandes, e posteriormente foram encampadas pelo Viva Rio, onde se institucionalizaram” (2004: nota 14).

⁵¹ Assim é apresentado o MIR por André Porto, seu coordenador, no site oficial do ISER: *O MIR entende a espiritualidade como o caminho de superação dos desafios éticos do século XXI. O projeto promove o diálogo e cooperação entre diferentes religiões e grupos espirituais do Rio de Janeiro e trabalha na criação de um Centro de Referência à Discriminação Religiosa, dando visibilidade às diversas denominações religiosas e mediando conflitos*. Para Birman (2004) o movimento surgiu, sob coordenação de Rubem César Fernandes, inspirado pelos novos rumos na entre religião e política que o ISER empreendia no início da década de 90, apostando numa presença da religião na esfera pública da vida social cada vez menos eclesial e cada vez mais mística.

representantes de movimentos e os políticos presentes a se reunirem em um restaurante próximo para discutirem e organizarem a participação da sociedade civil carioca na *Frente Rio Sem Armas*, já que, pela liminar do TSE antes referida, fora proibida a condução da campanha eleitoral no referendo por entidades privadas, bem como o lançamento na sede do Viva Rio da *Frente Rio Sem Armas*, representante da *Frente Parlamentar Brasil sem Armas* na cidade.

Ainda em agosto, os jornais divulgavam a criação do site *ReferendoSim*, trazendo informações sobre o Referendo, as normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a consulta popular, as razões de se votar SIM, o passo a passo para montar um comitê de campanha e dicas de como participar da campanha pelo "sim". Além disso, o site disponibilizava para *download* todo o material de divulgação da campanha e uma agenda com os principais eventos organizados pelos comitês e frentes pelo "sim" formados em todo o país. O Conselho Nacional da Juventude, formado por onze organizações voltadas para os jovens, entre elas a União Nacional dos Estudantes (UNE), A Pastoral da Juventude (PJ) e a Nação Hip Hop, afirmava seu apoio à campanha o "sim", como anuncia o site oficial do Viva Rio. O Conselho justificava seu apoio à Campanha apontando o desarmamento como instrumento de ampliação e proteção das condições de vida dos jovens brasileiros, o segmento da população mais atingido pelo fenômeno da violência.

Em reportagem do jornal O Globo, do dia 23 de agosto, foram divulgados o sucesso de uma operação conjunta entre a Polícia Federal e a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, que conseguiu prender trinta e quatro integrantes de uma quadrilha acusada de envolvimento com o tráfico de armas e entorpecentes, entre outros crimes, e o lançamento da *Frente Brasil sem Armas* em Recife, bem como da Campanha pelo "Sim" no Rio de Janeiro. Os dois últimos eventos marcaram a articulação de

movimentos e organizações como a UNESCO⁵², o MovPaz⁵³ e a Casa da Paz⁵⁴, que distribuíram, em Recife, cartilhas com os números da violência no país. No Rio de Janeiro, as falas de Renan Calheiros, do prefeito de São Paulo, José Serra, de Alessandro Molon, Carlos Minc, Jandira Feghali, do vice-governador Luiz Paulo Conde, do secretário de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, do representante da Unesco, Jorge Werthein e de Rubem César Fernandes definiram a iniciativa do desarmamento como um passo fundamental no combate à violência e, de modo geral, buscaram ressaltar a transparência e a popularidade da campanha no que dizia respeito a arrecadação de verbas. Esta postura dos participantes em defesa da transparência da campanha parecia responder, naquele contexto, às inúmeras denúncias que surgiam a respeito da real origem de seu financiamento. Alguns atores engajados na campanha pelo "não" denunciavam, através da Internet, e era veiculado de modo marginal na mídia, que o dinheiro investido na Campanha viria, na verdade, de organismos internacionais interessados no enfraquecimento bélico do país.

Acompanhando lançamento da Campanha pelo "Sim" no Rio pude perceber os diferentes níveis que caracterizaram a articulação entre os sujeitos ali presentes, o que acabou por gerar momentos de tensão. Durante todo evento, realizado no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o palco foi o espaço para manifestação de adesão à causa do desarmamento por parte dos presentes. Todos os convidados falaram por alguns minutos, convocando os demais a comprometerem-se com a causa. No

⁵² A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi fundada em 16 de novembro de 1945 e se define como uma agência das Nações Unidas - uma agência de "padronização para formar acordos universais nos assuntos éticos emergentes" e "do conhecimento (...) enquanto colabora com os Estados Membros na construção de suas capacidades humanas e institucionais em diversos campos". Mais informações sobre UNESCO, sua atuação no Brasil e no mundo podem ser encontradas em seu *site*: www.unesco.org.br (acesso em http://www.unesco.org.br/unesco/sobreaUNESCO/index_html/mostra_documento).

⁵³ O MovPaz é uma ong fundada em 1991, na cidade de Feira de Santana, com influências das manifestações do movimento de não violência na Índia, inspiradas em Mahatma Gandhi. Informações sobre a ong no *site* www.movpaz.com.br.

⁵⁴ A Casa da Paz é uma instituição filantrópica, fundada em 1994, que atua no Município de Embu Guaçu desenvolvendo projetos sócio-educativos com crianças e adolescentes.

entanto, rivalidades emergiam á medida que os participantes expressavam suas opiniões e demandas políticas. A deputada Jandira Feghali, embora tenha centrado seu discurso na importância da participação feminina para conscientização popular em relação ao risco das armas de fogo, não poupou críticas ao governo do estado pela falta de investimento no treinamento de sua polícia. A crítica foi rebatida por Clarice Matheus, líder da juventude peemedebista no Rio e filha da governadora Rosinha Matheus, que defendeu a política de combate à corrupção desenvolvida no governo de sua mãe e de seu pai, Anthony Garotinho. Outro momento de tensão emergiu em razão da presença do prefeito de São Paulo, José Serra, recebido com vaias por jovens da União da Juventude Socialista - o que foi duramente repreendido pelos políticos presentes e pelo próprio presidente da ABI.

Os políticos presentes no evento fizeram questão de enfatizar o caráter plural, democrático e suprapartidário do evento e convergiram seus olhares para os atores que supostamente representariam uma demanda comum pela paz e contra a violência: os movimentos compostos por parentes e vítimas de violência. As falas de seus integrantes foram especialmente valorizadas no evento na medida que diluíam os diferentes posicionamentos políticos e ideológicos ali presentes. Com isto quero dizer que, mesmo no caso dos parentes e das vítimas de violência que falaram ao público, foram reprimidas críticas à atuação do governo na área de segurança pública. A proposta dos organizadores ficava clara em todos os momentos: o objetivo do evento era celebrar a união dos diversos atores em torno de uma causa comum e legítima. E a legitimidade da causa do desarmamento era garantida graças ao apoio de sujeitos que vivenciaram episódios violentos.

Como já apontei anteriormente, a utilização da imagem dos parentes de vítimas de violência e das próprias vítimas em manifestações de defesa ao desarmamento, de

modo mais pontual, e em manifestações pela paz e contra a violência, de modo geral organizadas com uma lógica que marca a trajetória do Viva Rio em suas campanhas e projetos, subentendendo uma tentativa de "expição da culpa" por parte da sociedade e de seus representantes diante de sua omissão e impotência. Durante toda a Campanha do Desarmamento, a presença dos parentes e vítimas constituiu um eixo agregador entre os diferentes atores e a utilização de sua imagem garantiu a legitimidade de sua demanda comum. Vale analisar, contudo, de que forma esta estratégia repercutiu na opinião pública - que significados adquiriu de fato no decorrer do processo.

Com isso, não intento apontar qualquer manipulação por parte dos atores engajados na defesa ao desarmamento, muito menos afirmar que a presença dos parentes e vítimas de violência teria um único sentido no discurso do Viva Rio e de seus aliados. O que ressalto é que os discursos e práticas destes atores expressavam, na maioria das vezes, uma experiência simbólica de expiação que não encontrou necessariamente ressonância na opinião pública naquele contexto. Muito se especulou sobre a real importância dada aos parentes e vítimas pelos militantes do "sim" - organizadores de uma campanha em que artistas e personalidades públicas foram a presença mais marcante -, bem como sobre a suposta incoerência no discurso daqueles que vivenciaram uma violência quase sempre relacionada à criminalidade urbana e que tentavam alertar para o perigo maior da violência na esfera "doméstica" e os riscos associados ao porte de armas. Enfim, é de fundamental importância analisar as diferentes nuances que caracterizaram a adesão destes sujeitos a causa do desarmamento - um dos pontos centrais que desenvolverei neste trabalho, pois elucidada o campo de forças que envolve a construção de determinadas noções de violência, paz e cidadania no espaço público brasileiro.

Estamos no mês de setembro e é interessante notar que, embora o Referendo já fosse um tema de grande repercussão na mídia e debate no espaço público neste momento, pouco se discutia sobre sua proposta e se esclarecia sobre seu real alcance legal e institucional. O debate sobre o Referendo ainda se desenvolvia, substancialmente, como uma reedição dos argumentos e contra-argumentos que marcaram a discussão sobre o Estatuto do Desarmamento; no entanto, com uma maior visibilidade no espaço público de ambos os lados. Dizer "sim" ou "não" no Referendo representava, no discurso dos atores engajados na Campanha pelo Desarmamento, ser a favor ou contra o desarmamento, ser a favor do "bem" ou do "mal", desejar ou não o fim da violência no país.

O jornal O Globo divulgava, no dia 10, uma pesquisa da UNESCO apontando que o número de mortes causadas por armas de fogo registrado em 2004 foi 15,4% menor do que o esperado e que, ao todo, 5.563 vidas teriam sido poupadas durante aquele ano em razão da Campanha do Desarmamento. O editorial do JB do dia 11, por sua vez, trazia uma explícita defesa à Campanha do Desarmamento, referindo-se aos políticos engajados na campanha pelo "não" como "direitistas fervorosos e supostos liberais" e criticando seus argumentos em defesa ao porte de armas. Como afirmava o jornal,

(...) a tentativa de resistência armada a roubos costuma (...) ter resultado negativo para quem buscar reagir com armas particulares. Raros são os casos em que essa resistência é eficiente: normalmente provocam resultados negativos para quem tenta resistir. A luta democrática e republicana deve obedecer a uma lógica oposta: a de concentrar o poder de ação armada e da posse de armamentos nas mãos do Estado, melhorar muito as polícias, assim como o funcionamento e o ritmo de ação do Judiciário.

Entre os eventos que marcaram a Campanha no mês de setembro está o 1º Encontro *Gingando pela Paz*, realizado no dia 02 na sede do Viva Rio. Com a presença "mestres, contramestres e professores de capoeira, pesquisadores da cultura da capoeira, representantes da cultura afro-brasileira e de movimentos culturais" (cf. site oficial do Viva Rio, 30/08/05). O encontro marcava o lançamento de um projeto com o mesmo nome, financiado pela ong com o objetivo de "criar um espaço para a construção do conhecimento, fortalecimento e disseminação da arte da capoeira, entre outras linguagens culturais, além de [incentivar a juventude a] participar de campanhas que multipliquem a cultura da paz, como a do Desarmamento".

No dia 10, manifestações no Rio e em São Paulo defendiam o fim da venda de armas. No Rio, um ato público realizado na Cinelândia tomou as escadarias da Câmara Municipal, onde os presentes formaram a palavra "sim" com bandeiras brancas. O evento também contou com a participação de parentes de vítimas da violência praticada com armas. Em São Paulo, cerca de trezentos e cinquenta pessoas participaram de manifestação no Vale do Anhangabaú para comemorar a queda no número de mortes por armas de fogo em 2004. Os manifestantes formaram o número 3.234, que representava as vidas salvas no primeiro ano de vigência do Estatuto do Desarmamento⁵⁵.

Momentos de debate também ganharam destaque na programação da Campanha naquele mês. A Universidade BENNETT, no Rio de Janeiro, promoveu, no dia 12, uma discussão sobre as estatísticas e os estudos apresentados sobre o universo das armas de fogo por Patrícia Riveiro, pesquisadora do ISER, Antônio Rangel e Josephine Bourgois. No dia 19, o Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer e instituições parceiras

⁵⁵ Reportagem *Manifestações pelo desarmamento*, jornal O Globo, 10/09/2005.

promoveram, na FIRJAN, mais um encontro da série de debates “Desarmamento e Segurança Pública na Construção da Paz”, com a presença de Terry Crawford-Browne (ECCAR – Economists Allied for Arms Reduction), Pablo Dreyfus (ONG Viva Rio e um dos autores do livro “Brasil: as armas e as vítimas”), Instituto Ethos e Wilhelm Hofmeister (Fundação Konrad Adenauer). E encerrando a programação de debates, a Academia de Polícia do Rio de Janeiro organizou, no dia 20, um encontro entre profissionais e políticos ligados à área de segurança pública para discutir os argumentos do "sim" e do "não" na questão do Referendo. Mais uma vez, o que se discutiu foi a legitimidade e a eficácia do desarmamento, e não a medida proposta pelo Referendo. Estiveram presentes no debate Antônio Rangel, o deputado Alessandro Molon e o delegado de Polícia Civil Vinícius Jorge - defendendo o "sim" no Referendo -, o professor Ronaldo Leão, diretor de Estudos Estratégicos de Segurança da Universidade Federal Fluminense (UFF), o coronel da Polícia Militar, Fernando Príncipe. Álvaro Lins, chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, e o diretor da Acadepol, Sérgio Simões Caldas - defendendo o "não".

As denúncias de corrupção no governo exaltavam os ânimos e perpassavam os debates em torno do Referendo naquele momento - o que se refletiu na participação popular na campanha eleitoral. Em reportagem do jornal O Globo do dia 27 de setembro, discutiam-se as dificuldades que as frentes parlamentares enfrentavam para arrecadar verbas em suas campanhas. Os problemas de arrecadação das frentes, além de revelarem o descrédito da população num contexto de escândalos públicos, eram consequência das regras editadas pelo TSE para o referendo - adaptadas da legislação que rege as eleições comuns - restringindo a utilização de verbas provenientes de concessionárias de serviços públicos e organizações que recebem recursos governamentais ou estrangeiros. Neste contexto, agências e profissionais de

publicidade, produtoras de vídeo e gráficas tornaram-se instrumentos fundamentais na organização das campanhas eleitorais. A importância da mídia ficava evidente e ampliava-se ainda mais com as campanhas pela televisão que tiveram início em outubro.

Durante toda a Campanha, a iniciativa do Viva Rio e seus aliados foi, de modo geral, apoiada pela mídia, através do espaço concedido para a divulgação de suas demandas e eventos, e mesmo da defesa implícita ou explícita de sua causa. Os atores posicionados contra o desarmamento também tiveram seu espaço para apresentarem seus argumentos. No entanto, a divulgação de argumentos contrários ao desarmamento e críticas à Campanha do Desarmamento estavam restritos, na maioria das vezes a espaços próprios de divulgação (como sites e grupos de discussão pela internet) e na chamada "mídia independente". Neste espaço, de certo modo marginal, circulavam teorias conspiratórias que apontavam para alianças entre os atores engajados a favor do desarmamento, organismos supranacionais e elites internacionais que objetivavam expandir seu poderio sócio-econômico no país. Entretanto, em poucas ocasiões a imprensa de maior circulação no país e especialmente no Rio de Janeiro abriu espaço para veiculação destas críticas.

O mês de outubro de 2005 marcou a "virada do jogo" para os atores envolvidos no debate público sobre o desarmamento com a aproximação do Referendo. Neste momento, os atores contrários ao desarmamento adquiriram um espaço fundamental na grande mídia para defenderem sua posição. E esta tornou-se, curiosamente, o espaço de reflexão sobre as estratégias de ambos os lados da disputa, sobre os prós e os contras, sobre a vitória e a derrota, ao mesmo tempo em que o "não" ganhava popularidade e adesão no debate sobre o Referendo. Ficava claro que a formação das frentes parlamentares e sua participação na discussão sobre o Referendo havia descentralizado

os discursos sobre o desarmamento que se concentravam, até então, no Viva Rio e seus aliados. A Frente do “Não” trazia ao debate, como seu argumento central de que a proibição do comércio de armas feria a liberdade e a integridade dos cidadãos no exercício da cidadania. E criticava a Frente do “Sim” e, em especial, o Viva Rio, por apresentar uma proposta inconsistente e duvidosa para o combate à violência no país, já que o desarmamento dos cidadãos não garantiria, entre outras coisas, o combate à criminalidade.

O desfecho deste processo reafirmou, a meu ver, a importância de uma análise que se construísse ligando passado, presente e futuro, ou seja, que se voltasse à trajetória do Viva Rio, suas propostas e idéias centrais, à adoção do desarmamento como demanda representativa do projeto de construção de uma *cultura da paz*, às iniciativas relacionadas ao desarmamento que empreendeu em sua história de vida e aos atores com os quais se aliou neste percurso. Nesta dissertação busco reconstruir analiticamente a trajetória do Viva Rio, definindo o presente como o processo da Campanha do Desarmamento e seu desfecho com a realização do Referendo. Procuo também apontar para o futuro, ao considerar de que modo o Viva Rio definiu sua "derrota" e se redefiniu a partir dela.

No primeiro capítulo, analiso a trajetória do Viva Rio, de que modo este se insere no debate sobre a violência e sobre o desarmamento no espaço público brasileiro, definindo-se, no decorrer dos anos, como um movimento social e como uma organização não-governamental. Sua inserção no campo das ongs e da política nacional caminhou lado a lado à elaboração de um discurso sobre a violência urbana no país e de um formato inédito de atuação e mobilização no espaço público - orientado para o projeto de construção de uma *cultura da paz*. Examino, então, a construção das

representações sobre a violência com as quais o Viva Rio opera desde sua fundação e de que maneira estas estão presentes na *Campanha do Desarmamento de 2004*.

O capítulo seguinte discute o repertório simbólico que fundamenta o modelo de atuação e do Viva Rio: um "apelo aos corações" dos indivíduos; um recurso aos sentimentos e aos princípios da solidariedade e da fraternidade como forma de mobilização dos mais diversos atores. Examinamos como o caráter ritualístico das campanhas e manifestações realizadas pelo Viva Rio criaram novas alternativas para a expressão de demandas e para a articulação dos atores em seus diferentes posicionamentos e interesses na sociedade civil. O vocabulário para se "falar da paz" que as iniciativas da ong ajudaram a compor no espaço público brasileiro colocaram em segundo plano os projetos e as disputas dos atores engajados no combate à violência no país, bem como consolidaram o projeto social de construção de uma *cultura da paz*. A utilização dos símbolos religiosos e o recurso à memória dos mortos como elementos fundamentais na agregação dos sujeitos e articulação dos atores nas iniciativas do Viva Rio - em especial na *Campanha do Desarmamento de 2004* - são temas centrais neste capítulo.

Se violência e paz, nesta análise, são noções que envolvem os discursos, orientam as ações e posicionam os atores no espaço público em relação ao tema do desarmamento, também a noção de cidadania constitui um ponto-chave para a compreensão do projeto social engendrado pelos atores engajados na *Campanha*. No terceiro capítulo, analisamos de que maneira os atores na *Campanha do Desarmamento de 2004* se tornaram instrumentos de *ação e participação* enquadrados à lógica de organização proposta pelo Viva Rio e seus aliados. Estes atores foram convocados a um exercício da cidadania baseado nos princípios cristãos da caridade, da reconciliação, do perdão, e orientado por uma lógica de "inclusão social". A cidadania, nos discursos dos

atores engajados à favor do desarmamento, foi o elo que encadeou a reversão da violência à produção de um novo modo de vida que preconizasse a "paz".

No capítulo quatro examino, enfim, a consolidação do projeto de construção de uma *cultura da paz* na sociedade brasileira, seus principais idealizadores, seu papel na *Campanha do Desarmamento de 2004*, bem como o campo de parcerias e disputas que este projeto subentende. A análise da participação das igrejas na *Campanha*, de seus discursos na defesa do desarmamento e de algumas reações que esta participação ocasionou no debate público encerram este capítulo, apontando para as articulações entre o campo da política e da religião que o projeto de uma *cultura da paz* tem ajudado a construir no espaço público brasileiro.

Primeira Parte



Desarmar por uma *cultura da paz*: o *cidadão de bem* e a *cultura do*
medo

CAPITULO 1

O modelo de atuação do Viva Rio e as representações da violência na mobilização pelo desarmamento

1.1 Trajetória Viva Rio: estratégias pela paz na *cidade partida*

O Viva Rio se apresenta, em seu *site*⁵⁶, como forte combatente na redução da criminalidade e da violência armada no país. Entre as atividades que a ong afirma incentivar para promoção do desarmamento na sociedade brasileira estão a "redução da demanda ou procura por armas", a "redução da oferta e o controle de estoques". As campanhas que a ong tem realizado sob a temática do desarmamento desde sua fundação envolvem: "a conscientização da população", a "destruição de armas", a "realização de pesquisas que busquem esclarecer questões e estabelecer metas de ação", a "realização de eventos", a "participação em seminários, conferências e no movimento internacional contra a proliferação das armas pequenas", a "participação em várias redes de ongs" e, por fim a "colaboração e pressão sobre os governos estadual e federal no sentido de que tomem medidas mais eficazes de controle da proliferação das armas de fogo".

Desde sua fundação, o Viva Rio vem priorizando campanhas contra o desarmamento em sua linha de ação e colocando em pauta a discussão sobre a falência

⁵⁶www.vivario.org.br

das instituições estatais - representada principalmente pela desestruturação e corrupção dos órgãos policiais - bem como sobre a estigmatização dos segmentos pobres da população. Os episódios de violência que marcaram o imaginário coletivo da população no início da década de 90 e as representações da cidade como *partida* e *em pé de guerra* tinham expressão na postura autoritária e opressora que o governo e a elite carioca tomavam em relação às chamadas *classes perigosas*. A ong procurava se inserir neste quadro apontando para o caráter perverso destas posturas que defendem a ordem "a qualquer preço" e seus efeitos indesejados, fazendo um apelo para que o *Rio abaixe essa Arma*, ou seja, para que os "cidadãos de bem" renunciem a uma autodefesa inconseqüente contra a violência, sobre a qual todos têm responsabilidade e não apenas os moradores das periferias da cidade - na verdade, suas principais vítimas.

Em 1994, o Viva Rio lançou a campanha *Rio Desarme*, contra o abuso de poder da polícia e do exército em sua ação nas favelas cariocas⁵⁷ - campanha que antecederia o *Reage Rio*⁵⁸. De 1999 a 2000, a ong organizou a campanha *Rio Abaixo essa Arma*, que tinha por objetivo recolher assinaturas em prol da criação da lei de proibição de venda de armas no Brasil. A partir de então, a atuação da ong junto aos órgãos públicos, sua

⁵⁷ A estratégia governamental denominada *Operação Rio* foi realizada entre 1994 e 1995 com a ocupação de diversas favelas da cidade pelas Forças Armadas. A ação do exército e da polícia nestas áreas se resumia ao controle da entrada e da saída dos moradores e transeuntes e à realização de algumas incursões, o que gerou muita polêmica em razão das várias denúncias de abuso de poder e desrespeito aos direitos civis dos favelados. Embora esta iniciativa tenha recebido inicialmente apoio do Viva Rio, se mostrou, então, bastante impopular quando implementada. Para mais informações e uma análise mais detida do debate em torno deste episódio, ver Leite (1998).

⁵⁸ Apresentarei mais informações sobre esta campanha a seguir.

legitimidade na opinião pública e sua afinidade com setores do governo seriam peças-chaves na elaboração do futuro Estatuto do Desarmamento. As campanhas organizadas pelo Viva Rio, é importante frisar, eram definidas como respostas a situação de violência na cidade, mais especificamente contra uma modalidade de violência que se instaurou na sociedade carioca nas últimas décadas.

Foi neste sentido que o movimento orientou suas ações desde sua fundação, atribuindo explicitamente importância à participação dos moradores de favelas como mais um segmento social que se unia à cidade no desejo pela paz. Em duas de suas mais importantes campanhas, *Reage Rio* e *Basta! Eu quero paz*, que serão analisadas adiante, a lógica de união da *cidade partida* esteve presente, orientando simbolicamente a inversão do estigma que sofridos pelos favelados. A campanha *Reage Rio* (1995), organizada a partir de três seqüestros ocorridos na cidade num mesmo dia⁵⁹ e das incursões violentas às favelas cariocas promovidas pelos aparatos de segurança pública, no marco das representações da violência que operavam a partir da metáfora de uma cidade em *pé de guerra* (Leite, 1995; 1997), buscava reverter a situação de vulnerabilidade a que seus moradores estavam entregues propondo a articulação entre

⁵⁹ Os seqüestros a que me refiro são os de Eduardo Gouvêa Vieira Filho, o Duda (filho do então presidente da Firjam – Federação de Indústrias do Rio de Janeiro), de Carolina Dias Leite (filha de um empresário e neta de ex-ministro do governo militar), e de Marcos Chiesa (filho de um dos proprietários da Churrascaria Oásis, na Ilha do Governador).

os diversos atores sociais e da sociedade civil com o Estado para unir a *cidade partida* e acabar com a violência.

Inicialmente centrada na reação aos seqüestros para a solução dos quais exigia uma resposta imediata e eficaz dos poderes públicos, a campanha voltou-se também para outra face da violência na *cidade partida* após a invasão da favela de Vigário Geral por policiais em busca do local de cativeiro de Duda, um dos seqüestrados: a violência policial indiscriminada contra as favelas. Este episódio marcou a adesão das favelas ao *Reage Rio*, com o lançamento da campanha *Favelas Contra a Violência*. Identificados como vítimas da violência, convocados à contribuírem com a busca do seqüestrado e a

participarem da *Caminhada Pela Paz*, evento principal da campanha *Reage Rio*, os moradores de favelas eram integrados à cidade pelo Viva Rio enquanto moradores e enquanto cidadãos.

O *Basta!* (2000), uma campanha organizada pelo Viva Rio em resposta ao “nível insustentável de violência” que a cidade do Rio de Janeiro vivenciava, expressa na forma em que foi noticiado e discutido publicamente o episódio do ônibus 174⁶⁰, foi composto por uma semana de manifestações em todo o país. Estas manifestações deram

⁶⁰ No "seqüestro do ônibus 174" passageiros da linha 174 foram tomados como reféns por um homem armado, Sandro do Nascimento. A polícia cercou o ônibus e, após quatro horas e meia de negociação, Sandro saiu do ônibus com uma das reféns, quando um policial atirou. A refém, Geisa Firmino, morreu na hora e Sandro foi levado para o camburão, morrendo por asfixia a caminho do hospital.

ênfase ao caráter conciliador dos diversos segmentos que agregavam e as noções de violência em jogo apontavam sempre para a integração entre os diversos segmentos sociais como forma de inversão de seus efeitos perversos na formação da sociabilidade entre os moradores da cidade (Almeida, 2005; Birman, 2004; Leite, 2004).

A participação os moradores de favela e da polícia teve destaque na Campanha do *Basta!*. A postura da polícia e o discurso dos policiais buscavam sempre contrapor a uma imagem de descrédito da competência policial, uma imagem mais humanizada de seus profissionais, procurando destacar as condições de trabalho, de assalariamento e de

demérito à que eles estão sujeitos na sociedade atual; era explorada a idéia de que a polícia também é vítima da violência, com ênfase nos casos de policiais mortos em serviço, ou por serem reconhecidos como policiais por criminosos. Ganharam destaque, ainda, os policiais paraplégicos que visitaram o Mural da Dor e participaram do ato no Largo da Carioca⁶¹ - eventos centrais da Campanha, que veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte. Birman analisa a participação institucional da Polícia Militar no mural do *Basta!*, que apresentou um painel com fotos de policiais mortos no combate à criminalidade. Para a autora, a presença da Polícia no *Basta!* tinha por objetivo *limpar a imagem* da instituição, "em claro confronto com as acusações que surgiam de todos os lados, em que aparecia como algoz e responsável pela morte de inocentes" (2004: 277). A participação deste ator expressava claramente, então, o caráter conciliador que adquiriu a campanha do *Basta!*, produzido, principalmente, pelo formato de organização que o Viva Rio propunha à sociedade civil:

O Viva Rio, para viabilizar o evento "Basta! Quero Paz", preocupou-se em evitar conflitos: o intuito era promover um momento de conciliação a favor da paz, o que incluiria os comandos policiais militares. Em consequência, os responsáveis pela política de repressão ao crime no Estado - que aplicam um política onde o morticínio dos bandidos é um instrumento legítimo na atuação destes - puderam apresentar os seus subordinados como vítimas no cumprimento do dever, reforçando assim a idéia que estamos numa guerra onde matar bandidos faz parte do dever do Estado (Op.cit).

⁶¹ Birman (2004) analisa a participação institucional da Polícia Militar no mural do *Basta!*, que apresentou um painel com fotos de policiais militares mortos no combate à criminalidade. Para a autora, a presença da Polícia no *Basta!* tinha por objetivo *limpar a imagem* da instituição, "em claro confronto com as acusações que surgiam de todos os lados, em que aparecia como algoz e responsável pela morte de inocentes"

Numa reunião entre o secretário de segurança, Josias Quintal, e Rubem César Fernandes, noticiada pelo jornal O Globo no dia 1º de julho⁹, o major Antônio Carlos Carballo, designado para organizar a participação policial na campanha, anunciava a participação da polícia na caminhada *Favela e Asfalto pela Paz* e afirmava que, com essa adesão, a polícia pretendia mostrar seu interesse em combater a criminalidade: “*É um objetivo comum. Todos querem a paz e nós também*”. A caminhada *Favela e Asfalto pela Paz*, um dos eventos que compunham a programação do *Basta!*, seria dirigida por lideranças de associações de moradores de favelas com o acompanhamento de moradores da região. Cinquenta e oito líderes de favelas cariocas participaram do evento, afirmando, como declarou ao jornal O Globo⁶² um presidente de associação de moradores, seu desejo de “que o pessoal do asfalto tenha consciência que os moradores do morro também sofrem com a violência”. No entanto, a caminhada foi definida pelo Viva Rio, e assim divulgada através dos jornais, como um evento de convocação, com destaque à participação de policiais distribuindo folhetos explicativos da campanha e à faixa colocada à frente dos manifestantes, carregada por um policial, trazendo o que o Jornal do Brasil chamou de “lema de ordem do movimento”: *Vamos unir a cidade partida*. A lógica de união da *cidade partida* presente nas manifestações organizadas pelo Viva Rio pressupunha, portanto, uma modalidade de convívio social pacífico que amenizasse os efeitos da desigualdade social. A posição da polícia na manutenção do equilíbrio entre as relações sociais é fundamental, neste sentido, para o combate à *cultura de violência* à promoção da paz.

O apelo solidário e associativo de suas campanhas e manifestações é definido por Rubem César Fernandes como instrumento central para a reintegração simbólica das

⁹ Reportagem “PM carioca apoiará a campanha ‘Basta!’”, O Globo, 01/07/00, 2ª edição.

⁶² Reportagem “Copacabana marcha pela paz”, O Globo, 03/07/00. Uma análise detida sobre a relação de mediação entre asfalto e favela que o Viva Rio assume em sua atuação no espaço público, expressa nestes eventos, pode ser encontrada em minha comunicação *A favela como objeto e/ou instrumento da paz na cidade partida: a relação entre favela e asfalto na mediação Viva Rio*, apresentada no GT Religião e Cidades da XIII Jornadas Sobre Alternativas Religiosas na América Latina (2005).

camadas pobres ao espaço urbano e à cidadania e para a integração dos diversos setores da sociedade carioca em torno de objetivos comuns. Este instrumento têm caráter singular na lógica de organização do movimento, pois se inscreve num projeto de “pacificação” da cidade, de produção de uma *cultura da paz* em oposição a uma *cultura do medo*⁶³, buscando, deste modo, uma base comum entre os habitantes da cidade para as demandas e propostas, discursos e ações que constituem a agenda pública do movimento (Fernandes, 1998).

Desde sua fundação, em 1993, o Viva Rio vem buscando agregar os mais diversos segmentos sociais da cidade em torno da luta contra a violência, atribuindo a si um papel de mediador entre os atores sociais na sociedade civil, entre esta e o Estado. Já em 1994, o Viva Rio tornou-se uma organização não-governamental, como mencionado na introdução a esta dissertação. Apesar disso, continua a se definir como movimento social. Como afirma Fernandes (1994), as ongs são instituições propriamente privadas, sem fins lucrativos que, no entanto, têm por objetivo prestar serviços públicos à sociedade. Ao se tornar uma ong, o Viva Rio assume o papel de prestadora de serviços à sociedade através de seus projetos. No entanto, continua a se definir enquanto movimento e a organizar manifestações *pela paz e pela cidadania*, dando ênfase à paz e incentivam a expressão dos sentimentos – de indignação, de dor, de medo, de insegurança – como ponto de intercessão no qual diluem-se as diferenças e partir do qual os indivíduos se sentem chamados ao exercício da cidadania (Novaes, 1998).

De certa forma, os eventos que reúnem representantes do “capital e do trabalho”, de jornais concorrentes, de diferentes religiões e, do asfalto e da

⁶³ A ‘cultura do medo’, e aqui me baseio na definição de Luiz Eduardo Soares (1996), consiste na deterioração dos laços identitários entre os diversos segmentos sociais da sociedade carioca em decorrência das experiências de violência vivenciadas e compartilhadas entre os moradores da cidade. O “outro” se torna uma ameaça e a sociabilidade na cidade se configura a partir da desconfiança, da insegurança, da indiferença.

favela, podem até ser pensados como rituais de transgressão de fronteiras sociais. Porém não se trata de buscar inversão simbólica de posições ou anulação ideológica de diferenças sociais. Ao contrário, as possibilidades de resultados imediatos estão diretamente relacionadas com uma específica legitimidade adquirida, justamente pela apresentação de demandas de “todos”, pessoas e instituições reconhecidas como diferentes, distantes ou até oponentes. (1998: 07)

Deste modo, a atuação do Viva Rio no espaço público brasileiro adquire duas dimensões no decorrer de sua trajetória: mais ou menos institucionalizada, de acordo com as circunstâncias, as demandas, os interesses e propostas que se apresentam. Por um lado, o Viva Rio organiza grandes mobilizações que têm por objetivo a articulação dos atores para manifestação de seu desejo por paz e pelo fim da violência, independente dos meios através dos quais se incidirá sobre a realidade para que estes objetivos sejam alcançados. Por outro, a ong presta serviços à comunidade através de projetos que subentendem determinadas representações sobre a realidade de sua população e propostas para intervenção em seu cotidiano.

Após seu período de articulação e fundação, o movimento estabeleceu algumas propostas efetivas para projetos a serem implementados na cidade: "políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para a integração da juventude pobre; medidas para estancar o tráfico de drogas – tomando como foco principal de controle as fronteiras nacionais; reforma e reagrupamento da polícia; e o desarmamento de toda a população carioca" (Soares, 1998). A partir daí o Viva Rio desenvolveu vários projetos voltados a discussão e proposição de alternativas cabíveis à sociedade civil para contribuir com a resolução dos problemas então identificados. No entanto, seu ponto forte tem sido, desde então, as campanhas que organiza; e foram várias: “Dois Minutos de Silêncio”,

“Estamos no mesmo barco”, “Unir forças do Rio”, “Reage Rio”, “Desarme-se”, “Paz no Trânsito”, “Basta! Eu quero paz”, o “Dia do carinho na Rocinha”, a “Campanha de orações por Parada de Lucas e Vigário Geral”, entre outras. Ainda assim, vale ressaltar que mesmo suas manifestações de maior alcance e mobilização públicas supõem ações políticas pontuais e se afinam a projetos políticos a longo prazo.

A própria figura pública de Rubem César Fernandes nos ajuda a compreender de que modo o Viva Rio construiu sua identidade como movimento e como ONG, e, ainda, de que maneira se inseriu no debate público sobre a questão da violência urbana na sociedade carioca do início dos anos 90. Rubem César Fernandes aliou de modo original em seu discurso a autoridade de um intelectual à proposta de unir religião e política na ação coletiva. Sua formação como antropólogo e seu olhar voltado às dinâmicas e características da cultura brasileira o influenciaram a privilegiar aspectos das relações e do comportamento dos sujeitos para compreender o fenômeno da violência nas grandes cidades.

A imagem do movimento Viva Rio, inicialmente centrada na figura de Betinho⁶⁴ e, por este motivo, fortemente associada à ação social cristã em seu apelo à solidariedade e à fraternidade, adquire novas facetas à medida que cresce em visibilidade a figura de Rubem César Fernandes. Sua fala pública nunca foi diretamente associada a alguma denominação religiosa, mas sempre enfatizou a importância da fé para motivar os sujeitos a irem além da compreensão e explicação do real, através da crença em possibilidades de intervenção e transformação do real. Sua crença na fé aliada a uma visão pragmática da realidade vislumbrava a possibilidade de agir sobre

⁶⁴ A figura de Herbert José de Souza esteve associada a campanha pela anistia na década de 70 e os movimentos sociais pela democracia e pela Justiça social na década de 80. No início dos anos 80 ajudou a fundar o ISER, presidiu a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS e dedicou-se à coordenação-geral do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas até seus últimos dias. Sua atuação de maior visibilidade no cenário nacional foi na Campanha "Ação pela Cidadania contra a Miséria e pela Vida" no início da década de 90. Informações retiradas do *site* www.aids.gov.br.

aspectos da cultura da violência sem atingir diretamente suas causas e apontava para a motivação individual como ponto de partida para uma mudança de atitude, inicialmente conjuntural que, então se tornaria estrutural. A presença no debate público e acadêmico associada à experiência de uma religiosidade difusa como marca do Viva Rio se consolidam, então, sob a tutela de Rubem César Fernandes e à medida que sua imagem se fortalece no espaço público brasileiro.

De acordo com os discursos de seus principais organizadores e participantes, o Viva Rio incentiva de maneira simbólica e prática a produção de um novo modo de vida em sociedade, que pressupõe a solidariedade e a caridade como princípios fundamentais. Suas propostas estão diretamente relacionadas, portanto, à sua "dupla" identidade: buscam modificar aspectos centrais de nossa cultura sem identificarem, para isto, a necessidade de interferir em suas causas primevas. Mais ainda, pressupõem uma transformação social gradativa e profunda que tem como ponto de partida a predisposição dos sujeitos em vivenciar uma nova realidade. É interessante a forma em que idealismo e pragmatismo se associam: enquanto convoca a sociedade à construção de uma cultura da paz, o Viva Rio põe em prática projetos que atuam de modo emergencial e pontual no que ele mesmo considera como sendo efeitos perversos dos "males" que acometem nossa sociedade: a miséria e a desigualdade social, das quais se originam a violência e a corrupção.

Landim (1998) define a solidariedade e a caridade como elementos centrais de uma demanda comum e universal que os "novos" movimentos trazem à sociedade e que submetem a segmentação das demandas e dos discursos no espaço público brasileiro. Segundo a autora, a nova forma de organização e manifestação coletivas expressa nestes movimentos, revelada na campanha da *Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida*, se caracteriza pela "livre iniciativa" e por uma agenda de caráter pragmático

que privilegia a “ação” em detrimento da “discussão” na mobilização coletiva. É importante ressaltar que a perspectiva apresentada pela autora identifica nas ações engendradas por essa nova forma de mobilização um caráter “assistencial”, “emergencial”, “imediatista”, mas também descentralizado, flexível e autônomo que se distancia da noção de ação coletiva fundamentada na perspectiva teórico-política tradicional.

Como se viu, a Ação da Cidadania constituiu-se pregando a descentralização e flexibilização organizativa, a autonomia e a ação espontânea na produção de práticas de combate à miséria e à fome, num incentivo a uma “livre iniciativa” e indivíduos e entidades – campanhas onde todos poderiam participar, de modos diversificados, sem pedir licença para entrar e onde ninguém estaria subordinado a ninguém. Nesse sentido, a Campanha criou formas específicas de organização, legitimidade, representatividade que não passaram pelas modalidades democráticas clássicas da representação por delegação. (1998: 251)

Seu formato preferencial de atuação no espaço público - através de campanhas - expressa nitidamente essas características. A própria definição de campanha reflete a importância da agregação dos sujeitos em sua realização e o caráter provisório de sua atuação em torno de uma causa. Remete-nos, de certo modo, a uma conotação religiosa e a uma temporalidade que não apenas se propõe a expressar uma demanda comum (como seria o caso de uma única passeata, por exemplo), mas que esbarra num curto período de duração, dificultando a instituição de ações a longo prazo. Não por acaso, a meu ver, as campanhas do Viva Rio tenham sido as iniciativas de maior adesão, de maior alcance social e político que empreendeu. De modo inédito no espaço público

brasileiro, suas campanhas permitiram que os sujeitos se unissem em torno de um mesmo objetivo - a paz - ainda que o encarassem de modo diferente.

Analisando a primeira fase do Viva Rio, Soares (1996) afirma que o contexto de seu surgimento é de extrema importância para entendermos a tematização da violência na cidade. O Viva Rio surgiu em 93, ano marcado por três episódios de grande repercussão na opinião pública carioca e nacional: a chacina da Candelária, a chacina de Vigário Geral e os “arrastões” nas praias da zona sul carioca⁶⁵, que teriam gerado o que ele chama de *cultura do medo* entre os seus habitantes. A discussão que estes episódios desencadearam na opinião pública carioca produziram, segundo o autor, diversos discursos sobre as experiências de violência vivenciados na cidade, noticiados na mídia, analisados por pesquisadores das mais diversas áreas e discutidos pelos representantes do poder público – discursos que compunham no senso comum a violência como algo único, com lógica e coerência essenciais e próprias, como objeto de reflexão genérico.

Os três episódios citados por Soares para discutir a questão da violência são identificados por ele como “feridas narcísicas” que atingiram a cidade e abriram espaço à emergência de posturas intolerantes, autoritárias e preconceituosas entre os atores sociais na esfera pública. A violência e a criminalidade são apresentadas como síndromes do “mal” que se alastra pelas redes do social, tanto em seus setores institucionais quanto não-institucionais (Soares, 1998). Como resposta a este quadro, o Viva Rio surge, a partir de três eventos inaugurais: um seminário sobre a questão da violência no Rio de Janeiro, realizado por uma “Comissão de Cidadãos”; um “ato mobilizador” (“Dois

⁶⁵ O verão de 92 na cidade do Rio de Janeiro foi marcado pelos chamados “arrastões” nas praias da zona sul que foram amplamente noticiados pela mídia. Tratavam-se de grupos de jovens, apontados pelos jornais como jovens moradores de favelas e da periferia da cidade, que iniciavam inesperadamente uma onda de assaltos em massa aos banhistas, gerando correria e pânico. Na Chacina da Candelária, em 93, vários jovens, menores de rua, foram mortos por policiais enquanto dormiam supostamente a mando de comerciantes da região. Na Chacina de Vigário Geral, policiais assassinaram vários moradores com o pretexto de matar traficantes em retaliação a seus colegas de trabalho mortos.

Minutos de Silêncio”); e um “ato religioso” encerrado por um show musical (“Orações pelo Rio”). Enquanto o primeiro tinha por objetivo discutir causas, conseqüências e possíveis soluções para a questão da violência na cidade reunindo um grupo representativo da sociedade carioca, o segundo buscava condensar o apelo de diversos atores para que a cidade parasse e pensasse sobre si mesma, propondo a população que no dia 17 de dezembro, às 12 horas, vestisse branco e parasse por dois minutos. Por fim, o terceiro evento, segundo Fernandes, *“não foi um rito ecumênico. Valorizou-se, ao invés, a variedade das crenças, cada tradição ocupando um lugar que conviesse e celebrando à sua maneira. (...) Apesar e através das diferenças, evocaram a unidade da cidade, obtida na somatória difusa das intenções.”* (1998, p. 14)

Desde sua origem o Viva Rio associa o debate entre intelectuais e formadores de opinião na tentativa de compreender o fenômeno da violência urbana a um forte apelo religioso e uma extensa visibilidade na mídia. É importante frisar que, ao definir a busca pela paz e o combate à violência através da superação da "cultura do medo", o Viva Rio propõe, acima de tudo, uma intervenção simbólica. No entanto, esta proposta se associa uma interpretação pragmática e racionalista da realidade. A noção de violência com que a ong opera em seus discursos e iniciativas encontra ressonância, desde sua fundação, no debate público sobre a questão da segurança pública nas grandes cidades brasileiras. Tendo origem nos processos de exclusão e marginalização que marcam a sociedade de mercado, a violência "se alastra pelas redes do social", desencadeando e alimentando um processo de fragmentação social, que é identificado por intelectuais e estudiosos do tema.

Outros autores, como Caldeira (2000) e Leite (2000), apresentam a violência como um aspecto marcante de nossas sociedades, que tem como resultado um processo

de deterioração do espaço público, levando a uma modalidade de convívio social cujos fundamentos são a hostilidade, a indiferença, a apartação social e a segmentação territorial, e produzindo a fragmentação do espaço público na vida cotidiana, expressa não só na segmentação de seu território a partir de barreiras físicas, mas na precária difusão dos princípios democráticos entre os diversos setores da sociedade – principalmente no que diz respeito à relação entre os atores sociais marginalizados e os órgãos governamentais – produzindo e reproduzindo barreiras simbólicas entre seus habitantes (Machado da Silva e Leite, 2004; Wacquant, 2001).

Discutindo o tema, Leite (2000) analisa a constituição destas barreiras no espaço público carioca, expressas no imaginário coletivo da população a partir de uma representação da cidade como “partida” - imagem que substitui a representação da “cidade maravilhosa” no âmbito nacional e internacional em razão da violência urbana e seus efeitos perversos. Um sentimento de medo e insegurança acomete as camadas médias da sociedade carioca diante deste quadro, irrompendo em demandas por ordem e segurança que deslegitimam a garantia dos direitos e liberdades individuais para as consideradas “classes perigosas”. A representação da violência no Rio de Janeiro traz consigo a representação de uma cidade em “pé de guerra”:

A banalização da violência e a desvalorização da vida não se restringem apenas a quem vive e morre do crime, perpassando a esfera de relações sociais, profissionais, familiares, o trânsito etc. Assistimos a uma desconstrução de padrões de sociabilidade urbana que problematiza a coexistência e o convívio de grupos sociais diversos na cidade. (Leite, 1995: 05)

Há mais de dez anos intelectuais e militantes se uniam aos fundadores do Viva Rio na tentativa de romper com a *violência simbólica* que ditava os discursos e as

atitudes de grande parte da sociedade carioca. Se parecia quase impossível vislumbrar soluções para a questão da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro e as diferentes posições de políticos, intelectuais e ativistas sobre o assunto geravam oposições e disputas no espaço público que pareciam irreversíveis, as propostas e demandas trazidas pelo Viva Rio em suas manifestações iniciais pareciam produzir um consenso e viabilizar “parcerias” para ações imediatas e pontuais. De acordo com Soares este quadro foi possível já que o movimento operava – e ainda opera – com um novo vocabulário, uma nova linguagem para se falar da violência e da paz na cidade; linguagem que enfatiza a contribuição do indivíduo como instrumento fundamental de uma ação transformadora a partir da lógica do “fazer sua parte” e que se legitima a medida que fornece espaço e voz para que os diversos atores manifestem suas demandas próprias – dentro de certos limites – mantendo-as, no entanto, submetidas a uma demanda geral.

O que torna possível o estabelecimento de um consenso entre os diversos atores é o caráter propositivo e comunicativo desta linguagem, em que a paz é celebrada e produzida a partir de uma reversão simbólica dos efeitos disruptivos da violência na cidade. A reversão simbólica que o Viva Rio propõe para o combate à violência na cidade, por sua vez, encontra na religião ambiente ideal para fundamentação dos signos que utiliza. A ruptura simbólica com a “cultura do medo” e “da violência” se construiria a partir das campanhas que promove, da difusão, transmissão, e comunicação de “signos de paz”. Ao partir do lugar de mediação que assume e da linguagem que propõe, o Viva Rio busca criar um espaço de interlocução entre os representantes dos diversos segmentos sociais. Nesse sentido, é importante ressaltar o papel da mídia e da conotação religiosa, constitutivos da “linguagem” Viva Rio, como aspectos fundamentais para a aceitação dos signos que difunde e para a legitimação do lugar que assume. Analisarei

mais propriamente estes aspectos nas seções seguintes.

Miranda, ao tratar da estrutura dos movimentos sociais na atualidade, afirmava que estes operam estabelecendo uma conexão entre Estado, mercado e cultura ao proporem não apenas pautas para ações políticas coletivas, mas, principalmente, por fomentarem uma cultura “associativa” e “solidária”. Os movimentos estimulariam a construção de “identidades coletivas”, porém, acima de tudo, fundamentariam a construção de “comportamentos coletivos”. Os efeitos dos “novos movimentos sociais” na vida pública – “o número de pessoas que [cada movimento] mobiliza e os objetivos que consegue realizar, elementos como as mudanças culturais e simbólicas que promovem, seu impacto na agenda pública (inclusão/exclusão de temas e abordagens), e a adesão a novos valores em torno aos problemas que estão na raiz de sua existência” – se caracterizariam especialmente pela ampliação e redefinição da democracia contemporaneamente (1998: 108).

Esta característica também é valorizada por Rubem César Fernandes, que defende o papel dos movimentos sociais na atualidade enquanto instrumentos de reprodução e difusão dos princípios democráticos nas relações da vida cotidiana. Segundo Fernandes (1994), o surgimento do terceiro setor marca uma mudança não só no papel do Estado em relação à sociedade: revela uma mudança nas formas de ação política e coletiva dos cidadãos, redefinindo seus laços identitários tradicionais, como os partidários e religiosos, por exemplo. Para ele, “a afirmação de valores, fonte e fim das ações voluntárias, é característica distintiva do terceiro setor” que, neste sentido, não se confunde com o Estado nem com o mercado e que defende os interesses da sociedade civil.

À lógica do Estado que deve promover bem-estar social se sobrepõe, no discurso e na prática das instituições supra-nacionais e dos Estados Nacionais, uma lógica em

que setores não-governamentais da sociedade devem se organizar e a se responsabilizar por esse bem-estar. A “sociedade civil” é concebida como esfera em que os cidadãos se organizam de forma independente em ações coletivas e o exercício da cidadania se equipara à integração individual no mercado, dependendo de esforços particulares e não da garantia do estado. O “terceiro setor”, formado por associações voluntárias, não-governamentais e não-lucrativas, adquire a função de complementar e regular as dinâmicas do Estado e do mercado, bem como intermediar sua relação com o restante da sociedade civil. No bojo destas representações, teóricos e militantes de movimentos sociais na atualidade apontam, então, para as novas tendências na articulação e mobilização dos atores sociais.

É inegável a mudança na configuração dos movimentos sociais, especialmente no que diz respeito à participação voluntária nas últimas décadas. À medida que o contexto sócio-cultural brasileiro (em seus aspectos econômicos e religiosos) passa por profundas modificações de caráter interno e externo, novas dinâmicas configuram as relações entre os atores sociais no espaço público, implicando a redefinição do campo político, das noções de cidadania e de democracia – noções que não estão dadas, mas em constante processo de construção e reconstrução.

Estes autores, não somente enquanto intelectuais do campo dos *movimentos sociais*, mas enquanto militantes e/ou simpatizantes dessa forma de organização coletiva, e, nesta qualidade, formuladores deste novo enquadramento teórico, defendem os movimentos sociais atuais e as ongs como espaços neutros de interlocução entre os atores. Ao fazê-lo, subestimam as conotações políticas do projeto que estes idealizam. Muito mais do que fomentarem a “transformação cultural” das sociedades e/ou “fazerem política” no sentido tradicional da expressão, os “novos” movimentos sociais põem em prática “políticas culturais”, ou seja, propõem agendas públicas que

subentendem posicionamentos e projetos políticos, ao mesmo tempo em que subentendem o campo cultural e o redefinem. Como afirmam Alvarez, Dagnino e Escobar,

Na América Latina, a expressão “política cultural” designa normalmente as ações do Estado ou de outras instituições com relação à cultura, considerada um terreno específico e separado da política, muito freqüentemente reduzido à produção e consumo de bens culturais: arte, cinema, teatro etc. Aqui utilizamos “política cultural” para chamar atenção para o laço constitutivo entre política e cultura, e a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a cultura entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter “cultural” ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. (2000: 17)

Alvarez, Dagnino e Escobar argumentam que o novo contexto sócio-econômico instaurado nas sociedades latino-americanas coloca diante dos movimentos sociais a possibilidade de redefinir os parâmetros da democracia e as fronteiras da arena política, ao mesmo tempo em que os processos de globalização econômica e as políticas neoliberais introduzem um novo tipo de relação entre a sociedade civil e o Estado, baseada numa concepção minimalista do estado que atribui à sociedade civil as responsabilidades sociais antes estatais. Os chamados “novos movimentos sociais”, que surgem nos anos 70 e 80 (organizados por local de moradia, por minorias sexuais, de mulheres ou ecológicos), assumem como projeto principal de suas agendas a

construção da democracia, num contexto político de ditadura. A noção de democracia aqui abrange não só o sistema político, mas o campo de práticas culturais e sociais marcado por desigualdades sociais de todo tipo.

Mais do que interferir positivamente no campo político através da expansão de suas fronteiras à participação dos atores sociais, a agenda destes movimentos tem por objetivo redefinir os sentidos de cidadania, representação política e participação destes atores na democracia. A redefinição do espaço público era também o projeto destes movimentos. A expansão deste espaço permitiria uma maior interlocução entre os atores sociais, entre estes e o Estado, revalorizaria e legitimaria a expressão de suas demandas. Como afirmam Alvarez, Dagnino e Escobar, os movimentos davam expressão a “interesses populares” através dos “espaços públicos alternativos” que acionavam e estes, por sua vez, possibilitavam também a reconstrução constante destes interesses.

Para Dagnino (2000), a transformação cultural surge como estratégia destes movimentos latino-americanos no fim do século XX, voltados não só para a sociedade civil, mas também ao Estado e à política. A cultura, até então subordinada a condição de superestrutura social, vista como domínio da alienação e da mistificação pela esquerda, bem como a política, atrelada ao Estado, são concepções reavaliadas neste contexto – inclusive pela produção acadêmica. Temas como a vida cotidiana, a subjetividade e o consumo passaram a tomar forma como expressões da relação entre cultura e política na esquerda e nas ciências sociais:

[...] a nova percepção do significado político da cultura, de sua imbricação constitutiva com a política, foi, em larga medida, uma conseqüência de mudanças na percepção geral sobre o significado da própria política: onde, como, por quem e sobre o que a política deve ser feita. Com todas estas interrogações postas, as novas respostas proporcionadas, tanto pela teoria quanto pela prática, trouxeram uma compreensão nova da relação entre cultura e política. Quando o terreno da cultura é reconhecido como político e como *locus* da constituição de diferentes sujeitos políticos, quando as transformações culturais são vistas como alvos da luta política e a luta cultural como instrumento para a mudança política, está em marcha uma nova redefinição da relação entre política e cultura (2000: 78).

A redefinição dos campos político e cultural abordada por estes autores suscita uma disputa em torno da concepção de movimento social, de sua configuração e de seu papel na sociedade civil. Enquanto os autores defendem uma continuidade entre os movimentos sociais atuais, o Estado e a sociedade civil, criticam uma concepção de prática associativa que opõe a esfera civil à esfera política, identificada com Estado e com suas dinâmicas partidárias tradicionais. Criticam também a noção de terceiro setor enquanto dimensão da prática associativa que não corresponde nem ao Estado, nem ao mercado, nem a sociedade civil – noção que atenderia à lógica neoliberal.

Movimentos como o Viva Rio, chamados “movimentos cívicos” ou “pela paz e pela cidadania”, assumem, portanto, uma posição de mediação entre a sociedade civil e o Estado, buscando rejeitar projetos e posicionamentos políticos prévios à articulação dos atores sociais nas iniciativas que propõem. Contudo, ao abrirem espaços de interlocução entre os atores sociais, a sociedade civil e o Estado, estes movimentos encontram limites e obstáculos às suas iniciativas nos interesses políticos pessoais e de

grupo dos quais divergem.

1.2 A violência como "epidemia" e a arma como seu "vetor"

Armas não matam. Homens tampouco. Homens com
armas matam (Bandeira e Bourgois, 2005).

Como vimos, examinar as iniciativas que o Viva Rio engendra no espaço público a favor da paz exige a análise das representações da violência em jogo no debate. Na campanha *Reage Rio a metáfora da guerra* ditava as representações da violência entre os mais diversos segmentos da cidade. A violência gerava, acima de tudo, a fragmentação dos espaços e a apartação dos sujeitos. Como afirma Leite,

As questões postas no debate da cidade eram: quem mandava no Rio e quem tinha o direito a dele usufruir? Através dos jornais foi se articulando o discurso sobre a necessidade de resgatar a solidariedade entre o "*povo do Rio*", nomeado ora como seus *habitantes/população* ora como os "*cidadãos*" contra os "*bandidos e seqüestradores*". Valorizava como seus instrumentos principais, além do Disque Denúncia, as passeatas pela paz que começavam a se popularizar na cidade. (1997, 124)

O tema da violência, inicialmente associado a três seqüestros ocorridos no mesmo dia na cidade e definidos como pontos de partida para a organização da campanha, adquiriu outros significados no momento em que surgiram denúncias de abuso do uso da força por policiais contra os moradores de favelas, como apontei anteriormente. De forma dúbia foi encarada a situação destes moradores em relação á violência na cidade: por um lado, eram suspeitos por sua proximidade física e, sob

alguns pontos de vista, moral com as dinâmicas de criminalidade no território das favelas; por outro, essa proximidade os torna as maiores vítimas da violência que essa criminalidade produz na cidade. A proposta do *Reage Rio* era a superar esse estigma, "quebrar" a indiferença, produzindo uma "união de forças" para "expulsar a violência de nossa cidade"⁶⁶. As demandas centrais da campanha apontavam para uma modalidade de atuação implícita na tentativa de resolução de conflitos. A integração simbólica dos moradores de favela à cidade nas iniciativas do Viva Rio passa sempre pelo crivo de sua mediação e de suas estratégias de atuação, como indiquei nesta introdução.

Esta lógica se fez presente na *Campanha do Desarmamento de 2004*, como sinalizava o jornal O Globo do dia 28 de setembro. A tentativa de articulação dos moradores de favela a favor do desarmamento esbarrava no risco de vida que esta adesão representava para estes moradores. A estratégia adotada foi, então, deslocar o discurso contra o desarmamento para um discurso à favor da paz, o que se expressa na mudança de nome que o movimento de apoio ao desarmamento na favela da Maré sofreu no decorrer da *Campanha*: de "Maré diz sim ao referendo", o movimento se tornou "Maré diz sim à vida". A integração simbólica dos moradores de favela à cidade e a reaparelhamento das polícias representavam medidas de inclusão dos segmentos marginalizados e o fortalecimento dos instrumentos de repressão da criminalidade, propondo uma noção de violência como desvio e como efeito perverso da exclusão social.

Do mesmo modo, na campanha do Basta!, a violência, representada como um “mal” que se alastra pela sociedade, corromperia, inclusive, aqueles que deveriam resguardá-la de seus efeitos⁶⁷. E, neste sentido, o episódio não pôde e não foi discutido

⁶⁶ Fala de Rubem César Fernandes ao jornal O Globo do dia 30 de outubro de 1995 (Leite, 1997: 125).

⁶⁷ À época, o debate público sobre o episódio enfatizava a ação "desastrada" dos policiais envolvidos na negociação e no resgate dos reféns. O desfecho trágico do seqüestro, que resultou na morte da refém Geisa, baleada enquanto se tentava imobilizar o bandido, e do próprio seqüestrador, asfixiado no camburão após ser preso, resultou em um processo contra os policiais envolvidos, acusados de atirarem na refém e assassinares o bandido após este ter se rendido. Na conclusão do processo, no entanto, os

como um fato isolado, contudo inserido num contexto mais abrangente. Noções de honestidade/desonestidade, corrupção, marginalidade e solidariedade permearam a construção da imagem dos "personagens" deste episódio trágico. O debate sobre a ação policial no episódio deslizava facilmente para a discussão sobre a corrupção policial e a responsabilidade do poder público em preparar técnica e eticamente seus profissionais para essa função, impedindo, assim, que estes abusem do poder que lhes é conferido. O debate sobre a crueldade do seqüestrador, Sandro do Nascimento, sua história e seu passado como menino de rua⁶⁸ deslizava facilmente para a discussão sobre a marginalidade, a exclusão social no país e suas origens na desigualdade social, concebida socialmente como uma forma de violência – ao privar os cidadãos de seus direitos, inclusive à sobrevivência – bem como o papel do Estado na gerência destas questões. A corrupção policial e a marginalidade eram representadas, então, como fatores desviantes em uma ordem social cada vez mais fragmentada, como componentes de uma lógica que privilegia a violência⁶⁹.

À essa lógica que privilegia a violência, por sua vez, se sobrepunham a solidariedade, a honestidade e o equilíbrio, características atribuídas aos seqüestrados enquanto personagens deste drama social. Geisa era apresentada pelos jornais como uma “jovem dedicada às crianças”, a recriadora que sonhava em ter uma família. Segundo Jornal do Brasil do dia 14 de junho de 2000, ela “ajudava jovens carentes, para evitar que acabassem como o seqüestrador que tirou sua vida” e teria sido “corajosa” ao dispensar a chance de sair e trocar de lugar com sua amiga Damiana. Janaína era

policiais foram inocentados destas acusações.

⁶⁸ Os jornais de grande circulação divulgaram exaustivamente, à época, reportagens que davam muito mais destaque à ação violenta de Sandro do Nascimento do que à sua ação criminosa propriamente dita, construindo uma imagem desumanizada ao enfatizar seu comportamento - que utilizava de uma violência sem sentido. No entanto, as reportagens traziam também uma outra face deste bandido ao tratar sua infância nas ruas, na miséria e no abandono, e ao apontá-lo como um dos menores atacados por policiais no episódio que ficou conhecido como Chacina da Candelária - apresentando o criminoso, então, como mais uma vítima da violência.

⁶⁹ Para uma análise mais detida das representações acionadas em torno do episódio do ônibus 174, ver Piault (2004).

apresentada como uma estudante de administração que teria sobrevivido a outra tragédia em sua infância: um acidente que matou sua mãe, sua avó e uma amiga.. Por fim, Luanna era uma jovem estudiosa, com uma bolsa integral na PUC, amante de Literatura, ganhadora de concursos, que trocou o jornalismo pela publicidade na faculdade de comunicação⁵. Refêns do “ônibus do terror”, representantes dos “cidadãos de bem”, de um povo “sofrido” e “batalhador”, dessa organização social fragmentada, estas cidadãs representaram a própria sociedade civil contaminada pela violência que tomou conta da cidade no imaginário coletivo.

O termo contaminação, aqui, é proposital, pois ressalta a forma pela qual violência se torna uma categoria central na compreensão e explicação da realidade carioca - e, mais ainda, nacional -, e em torno da qual se definem estratégias de ação e intervenção coletivas. Embora o debate público nestes dois eventos opere com a dicotomia entre o "bem" e o "mal" na construção dos episódios violentos, percebe-se que o "bem" involuntariamente sofre a influência do "mal" - representado por "particularismos", "autoritarismos", revolta e ódio. Os discursos engendrados pelo Viva Rio no espaço público estão no centro desta lógica e pressupõem que, se a violência se "alastra" à medida que cada sujeito se deixa levar por sentimentos egoístas de indiferença e raiva, é a adesão de cada um a sentimentos de identificação e de ajuda mútua, o caminho que leva à transformação social.

Para explicar e compreender o real, a noção de violência como "epidemia" não apenas é forjada pelos atores envolvidos em um determinado projeto político e social - entre tantos outros em disputa na arena pública -, mas fundamentada em mecanismos de produção de conhecimento e instâncias de poder compartilhados e legítimos nas sociedades contemporâneas. Desde sua fundação, o Viva Rio incentivou e organizou

⁵ reportagens “O despertar de um pesadelo” e “Vítima e Algoz têm mesmo fim”, Jornal do Brasil, 14/06/00, p.23 e 24.

momentos de debate, estudos, palestras, seminários, enfim, instrumentos para reflexão e construção coletiva de representações e estratégias em torno da questão da violência urbana no país. Buscou construir, ainda, uma modalidade de atuação que, ao mesmo tempo, reivindica do e se alia ao poder público em suas iniciativas.

Em todas as iniciativas empreendidas pelo Viva Rio em torno do desarmamento - fossem campanhas de conscientização e mobilização, fossem projetos de intervenção ou modificação da legislação, fossem debates públicos, fossem pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento - estiveram presentes os aspectos centrais de sua atuação: a proposta de uma intervenção simbólica na dinâmica social e a adoção de medidas pontuais e imediatistas para a contenção de seus malefícios. Podemos perceber, contudo, que sua proposta de reversão simbólica sobrepuja em visibilidade e legitimidade pública todos os projetos que implementou até hoje no espaço público - inclusive no que diz respeito ao desarmamento.

Na *Campanha do Desarmamento de 2004* tivemos, por um lado, os discursos que definem o avanço da violência como epidemia e a arma como seu vetor, considerando os sujeitos enquanto agentes involuntários que, acometidos por este "mal", se tornam seus transmissores, ou que, através da adesão a medidas preventivas, se tornam seus principais combatentes. Deste modo, a contribuição social da *Campanha* no combate à violência seria, então, a conscientização da população na adoção de medidas preventivas, neste caso através da destruição das armas de fogo. Nesta lógica, não se busca culpados, causas, nem resultados à longo prazo: o que está em jogo é a modificação de uma prática social com o objetivo de transformar um aspecto da cultura - mais especificamente de reverter uma *cultura de violência*. Por outro lado, um dos aspectos centrais de sua proposta de ação está na alteração da legislação como forma de controlar o porte e comércio de armas de fogo. E embora a primeira dimensão de sua

proposta de ação tenha se destacado em visibilidade e legitimidade na opinião pública nacional, a aprovação do Estatuto do Desarmamento e a realização do Referendo foram medidas marcadas por controvérsias.

Propostas de intervenção direta em algum aspecto da dinâmica social sempre estiveram presentes nas iniciativas do Viva Rio - como políticas de reforma da polícia e de educação da juventude pobre e favelada. No entanto, o que percebemos, no decorrer dos anos, é um processo de institucionalização da ong, antes movimento social. Seus projetos políticos adquiriram cada vez mais amplitude, especialmente no que diz respeito ao tema do desarmamento, e suas parcerias com o governo e com alguns organismos internacionais ganharam destaque no espaço público. Não pretendo aqui avaliar se esse processo de institucionalização levou a uma perda de popularidade; o que acredito ser possível afirmar, no caso da *Campanha do Desarmamento*, é que, a despeito de todo o sucesso alcançado na campanha de recolhimento de armas, em que se acionava um apelo genérico à paz e ao exercício da cidadania, o Referendo tenha representado uma derrota para os atores engajados neste projeto ao acionar um repertório político que dialogava com e dava visibilidade a discursos e atores mais conservadores na arena pública.

O objetivo implícito na luta pela aprovação do Referendo nada mais foi do que a consolidação da luta pela aprovação do Estatuto - que estabelecia um maior controle sobre o porte e o uso de armas de fogo entre os cidadãos comuns, bem como a regulação do tráfico legal de armas e seu comércio no interior do Estado. Estas medidas acompanhariam a conscientização e educação da sociedade brasileira em direção uma cultura mais pacífica e democrática na resolução de conflitos. Contudo, estabelecer uma alteração na legislação, para além de conscientizar e educar a população, abriu caminho a um debate sem precedentes sobre os direitos no exercício da cidadania, na instituição

da democracia e da soberania nacional. O projeto social de construção de uma *cultura de paz*, de uma nova sociedade, esbarra, aqui, em outras formas de concepção do que é liberdade, cidadania e paz, acionando, por um lado, a tradição republicana que institui os princípios democráticos e, por outro, nossa própria história de luta pela democracia.

O ato de proibir, se pensarmos a partir de um modelo analítico foucaultiano, produz um campo de relações e práticas, institui novas modalidades de saber, novas modalidades do real. A repressão sexual, como afirma o autor, muito mais do que indicar ao sujeito como ele não deve agir e se relacionar no mundo, o instrui sobre como ele deve fazê-lo. Em *História da Sexualidade – A vontade de Saber*, Foucault (1999) identifica o poder como constituinte das representações que orientam as relações e práticas sociais – e identifica, em última instância, o poder como constituinte do real. Para o autor, toda forma de saber existente tem origem em campos discursivos; estes, por sua vez, consistem em campos de forças alicerçados por alianças e disputas entre as inúmeras fontes de dominação e resistência presentes em cada sociedade. Estas fontes de dominação e resistência existem tanto quanto existem relações sociais, ou seja, compõem o social de forma pulverizada e não polarizada como algumas teorias da sociologia da dominação tendem a defender. A perspectiva relacional do autor aponta para uma relação entre dominação e resistência que é produtora do real; é contrária, portanto, a idéia de que, em um campo discursivo de forças, algumas verdades são sujeitas a outras como resultado de relações de poder: as verdades existentes em um campo discursivo se constituem a partir destas relações e de seu posicionamento, não sendo anteriores ao processo que as constitui.

Neste sentido, é interessante pensar as demandas, práticas e discursos em torno da proibição do comércio de armas defendida pela *Frente Parlamentar Brasil sem Armas*, com apoio do governo federal, como uma tentativa de produzir de novas formas

de conceber a paz, a sociabilidade, o civismo e a atuação no espaço público engendradas atualmente no país. A aliança entre governo federal e entidades da sociedade civil à favor do desarmamento, lideradas pelo Viva Rio, já se mantinham há alguns anos, como vimos. Há algum tempo, portanto, presenciamos a união de um vocabulário legal e político ao vocabulário cívico e religioso utilizado pelo Viva Rio para aliar as noções de cidadania e responsabilidade social aos princípios da solidariedade e da caridade. Contudo, foi impressionante o investimento realizado pelo governo federal e pelas organizações envolvidas na questão do Referendo na promoção de eventos, seminários, reuniões, cartilhas, propagandas, enfim, de todo um aparato técnico, por um lado sócio-educativo, por outro mercadológico, voltado à discussão, persuasão, educação, controle e agenciamento dos atores em torno da questão do porte e uso de armas no Brasil e no mundo.

Este aparato voltado à questão das armas trazia, estatísticas, depoimentos de cidadãos comuns, relatórios técnicos de instituições reconhecidas de pesquisa, análises de intelectuais, profissionais especializados, políticos renomados, apresentando sempre provas inquestionáveis dos malefícios causados à sociedade pelo porte de arma por cidadãos comuns. E por trás de tantos debates, disputas e alianças, o projeto de construir um novo cidadão, mais solidário, imbuído de espírito cívico, comprometido com uma determinada agenda pela paz e contra a violência no país – bem como uma teia de interesses políticos, públicos e privados, de acordos, parcerias e trocas de favores envolvidos na aprovação ou reprovação do desarmamento e do comércio de armas.

A produção deste aparato técnico-científico e a definição de estratégias de ação em torno da questão do desarmamento, remontam de anos anteriores, com a campanha *Rio Abaixo essa Arma*, em 2000. Naquele momento consolidavam-se os principais discursos com os quais o Viva Rio opera para falar (da) e combater a violência a partir

da questão das armas de fogo. Na campanha *Rio abaixo essa Arma* foram definidas estratégias centrais de *ação e participação*⁷⁰ na defesa ao desarmamento, bem como o foco de investimento destas estratégias e dos discursos englobam - o cidadão comum. Isso foi possível, como indica Ana Paula Morais (2001), em sua dissertação sobre a campanha, graças às pesquisas realizadas à época sobre a temática da violência urbana. Morais aponta o ISER (Instituto de Estudos sobre Religião) como principal parceiro do Viva Rio na produção de pesquisas sobre armas de fogo e sua relação com a violência, como também pela sistematização de pesquisas anteriores referentes à questão.

Entre as pesquisas utilizadas, está a de Inácio Cano (1997) que relatava o aumento dos “autos de resistência” por parte dos policiais - classificação usada pela polícia para comunicar incidentes oficiais, com ocorrência de mortes e ferimentos, em situação de confronto e resistência à ação policial. Outro estudo que utilizou, além de outros dados, os números apresentados pelo ISER, e serviu de base para definição de estratégias de ação pelo Viva Rio, foi o livro *Violência e Criminalidade no Estado do Rio de Janeiro*, do então candidato a governador do Rio Anthony Garotinho. Nestes textos, a violência é representada como um fenômeno complexo, que deve ser entendido a partir de um conjunto de aspectos econômicos, sociais e culturais. No entanto, para combatê-lo, embora deva levar em conta questões como a exclusão social gerada pelas desigualdades sociais, a má distribuição de renda e o racismo, a ong deve se propor a intervir de maneira mais direta nas questões que consideram estar ao seu alcance, auxiliando o governo na transformação da polícia e na realização de projetos sociais que possam amenizar a situação de exclusão que estaria colaborando para a “desagregação do tecido social”. Nas palavras de Morais "focalizar a arma de fogo como instrumento

⁷⁰ A definição de *ação e participação*, que Morais (2001) aponta como elementos fundamentais da atuação do Viva Rio e da proposta de mobilização que oferece a seu voluntariado, pode ser vista no capítulo 3 deste trabalho.

da violência foi a alternativa encontrada pela campanha *Rio Abaixo essa Arma* para colaborar com o combate à violência sem desconsiderar as características da violência que julga não poder atingir".

O ponto central de argumentação do Viva Rio naquele momento, portanto, dizia respeito à conscientização da população sobre o perigo da arma de fogo e sua condição de *principal instrumento da violência*. Isto orientou as pesquisas que o ISER realizou a partir de então, voltadas à análise da participação das armas de fogo no número de mortes registrados junto aos boletins de ocorrência policial, principalmente no caso das mortes ocorridas em situações mais cotidianas, como brigas de bar ou entre vizinhos. Naquele momento, o Viva Rio lançava mãos dos dados, criando folhetos explicativos para desmistificar o mito da separação entre “armas do bem” e “armas do mal”, ponto de defesa daqueles contrários às restrições à venda. Como apresenta Morais, "as “armas do bem” seriam aquelas que os “cidadãos de bem” compram para se defender, geralmente revólveres e pistolas (88,7%), de calibre 38, de fabricação nacional (83,1%) e comprados legalmente em lojas especializadas. As “armas do mal” seriam as armas contrabandeadas, de fabricação estrangeira e de grande porte, geralmente metralhadoras e submetralhadoras, as quais, no imaginário popular, pertenceriam a traficantes e seriam a maior ameaça".

A partir desta argumentação, a ong aponta para a questão das armas na campanha tanto como *diagnóstico*, quanto como *vetor da violência*. Surge, então a idéia da violência como *epidemia* que impõe atitudes de caráter emergencial num esforço conjunto do Estado e da sociedade civil. Ao Estado caberia a execução de um programa de segurança pública, que incluiria em sua agenda a transformação da Polícia, e a sociedade civil, representada pelas ongs, caberia discutir o tema e conscientizar a população, focalizando o ‘cidadão comum’. O foco da campanha estaria definido, a

partir de então, e expresso na seguinte máxima: “A consciência desarma o cidadão e a polícia desarma o bandido”.

Na *Campanha do Desarmamento em 2004* essa perspectiva se confirma e se expressa de modo especial na produção dos textos *Armas de fogo: proteção ou risco? Guia prático - 100 perguntas e respostas*, de Antônio Rangel Bandeira e Josephine Bourgois, e *Brasil: as armas e as vítimas*, coordenado por Rubem César Fernandes. Ambos os livros trazem um apelo a adoção de uma postura racional por parte dos sujeitos no que diz respeito a avaliação das implicações do porte e do uso de armas de fogo. Os textos propõem ao leitor que se questione sobre a eficácia do porte de arma em casa como forma de garantir a segurança de si e dos seus, e que, nesta reflexão, *não se deixe levar pela emoção*, pois o medo, a raiva, e a vingança não são bons conselheiros do cidadão que pretende se defender; propõe, ainda, que o leitor procure buscar *informações científicas* para que não se baseie apenas em casos específicos, experiências e opiniões pessoais na hora de decidir. O *Guia Prático* traz o argumento de que

Se bem informados estaremos em condições de superar as velhas crenças ligadas o uso da arma, que floresceram como conhecimento vulgar na ausência de informações científicas. Os novos estudos nos permitem substituir idéias arcaicas, típicas de uma sociedade rural, subdesenvolvida e conservadora, pelo conhecimento moderno, aberto às reformas e à necessidade de mudar uma realidade violenta que se tornou insuportável. (2005: 20)

Deste modo, a concepção do que é cidadania e de como deve agir o "cidadão de bem" e civilizado proposta rejeita a valorização de atitudes que preconizam a "justiça pelas próprias mãos", marca da cultura brasileira. A identificação da arma de fogo como "mercadoria perigosa", assim como dinamite para minas, produtos químicos explosivos ou inflamáveis e certos agrotóxicos, confirmam o argumento de que nem toda a

educação pode garantir um comportamento sempre pacífico e sensato por parte dos sujeitos⁷¹. O *Guia Prático* traz, neste sentido, casos de assassinatos múltiplos por cidadãos comuns em escolas e lugares públicos que marcaram a opinião pública europeia e especialmente americana como exemplo do mal que o porte de armas legais pode produzir. Por fim, traz dois exemplos de assassinatos do gênero ocorridos no Brasil, apontando para o risco de disseminação desta *cultura da violência*.

Nas cartilhas e pesquisas publicadas por organizações envolvidas na *Frente parlamentar Brasil sem Armas*, portanto, as questões levantadas em torno do porte de armas e da violência que este gera na sociedade brasileira tinham como cerne a reflexão sobre a responsabilidade individual de cada cidadão com a preservação da paz. A forma em que os dados foram apresentados apontavam sempre para o indivíduo como chave na interrupção do avanço da violência, prevenindo e evitando no cotidiano as situações de conflito e perda do controle no uso da força. As cartilhas e manifestos religiosos, por sua vez, reforçavam esta perspectiva, buscando exortar os cidadãos a sua responsabilidade e orientá-los quanto ao campo de possibilidades de ação que possuem - e aliando, assim, o apelo à razão a um apelo à moral. Na *Cartilha pela Proibição do Comércio de Armas* produzida pela CEBI (Centro de Estudos Bíblicos)⁷², instituição agenciada pela CNBB, somos exortados a “construir a paz a cada dia”, sem nos acomodarmos:

Um dia, demos **SIM** a um convite e aceitamos a proposta de sermos cristãos e cristãos. A proposta inclui um desafio alegre e inquietante: sermos promotores e

⁷¹ Como definem os autores, é sempre grande a possibilidade de um uso inconseqüente da arma. Neste ponto, o texto apresenta o termo da psicologia "transtorno de conduta", criado para classificar desvios de conduta, os momentos em que a pessoa "perde a cabeça", ou seja, "quando a emoção se sobrepõe a racionalidade, isso é, em que nossas idéias e princípios são dominados por sentimentos incontidos". (Bandeira e Bourgois 2005: 123)

⁷² Cartilha retirada do *site* do Conselho Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB): www.cnbb.org.br. Analiso mais propriamente os discursos religiosos em defesa do desarmamento no decorrer da *Campanha* no quarto capítulo desta dissertação.

promotoras da Paz! É algo que queima como brasa no peito, quando corremos o risco de nos acomodarmos. Por isso, mais do que ficar lamentando ou mesmo apregoando a violência, esforcemo-nos por construir a Paz a cada dia. Mais do que uma atitude pacífica, o Evangelho nos convida a ter uma atitude pacificadora:

*“Bem aventurados os que promovem a paz,
porque serão chamados filhos de Deus.” (Mt 5,9)*

Intercalando dados estatísticos e trechos bíblicos, materiais como este propõem uma concepção de paz vinculada a constituição subjetiva e moral da pessoa. Conotações políticas são postas em segundo plano nas reflexões e debates, embora não sejam, de modo algum, ignoradas. A submissão de posicionamentos e interesses políticos à causa a paz nos discursos e atuações institucionais de entidades públicas e privadas na esfera pública, não representa sua completa exclusão do projeto coletivo que defendem. Muito pelo contrário – tomando emprestada a abordagem analítica que Foucault nos propõe –, a forma em que a política estabelece alianças e conflitos entre os diversos atores, aparecendo em seus discursos, relacionadas, de modo positivo ou negativo, à “verdadeira” paz, ao “verdadeiro” cidadão, ao ideal de civilidade e sociabilidade que nossa sociedade deve almejar, constitui uma determinada modalidade de atuação e relação do sujeito no espaço público brasileiro.

Outra aplicação interessante da teoria foucaultiana para a análise da Campanha do Desarmamento, diz respeito a sua concepção de Estado enquanto agência racional de produção de poder e saber em sociedade. Para o autor, os sujeitos e as organizações sociais se inscrevem nas modalidades do real e do saber institucionalizadas e, neste sentido, a agência está sempre submetida a uma lógica social. O apoio da bancada do governo ao desarmamento, seu investimento na persuasão e conscientização do cidadão

sobre os perigos do porte de arma, sua postura na política mundial em relação à questão do desarmamento foram fundamentais na orientação e determinação das linhas de ação e reivindicação adotadas pelos atores a favor ou contra a aprovação do comércio de armas. Da mesma forma, a repercussão que as investigações e envolvimento com sistemas de corrupção entre diversos núcleos da política brasileira, principalmente na bancada do governo, são fatores importantes na compreensão da direção que os debates e discursos sobre a questão do desarmamento tomaram nos meses anteriores ao Referendo.

Nos capítulos seguintes veremos, então, mais detalhadamente, duas dimensões fundamentais na construção dos discursos a favor da paz e da cidadania engendrados no espaço público pelo Viva Rio e seus aliados em ocasião da *Campanha do Desarmamento*. Uma delas consiste na dimensão religiosa, que agrega os sujeitos enfatizando a importância da coletividade na articulação das diferenças e da individualidade, na produção de uma nova forma de convívio social: a *cultura da paz*. Outra diz respeito ao caráter educativo e civilizatório que marcam os discursos do Viva Rio e de seus aliados; estes discursos se direcionam aos sujeitos considerando e reafirmando sua posição social.

CAPÍTULO 2

Pela paz e pela Cidadania: a linguagem dos sentimentos nos movimentos cívico-religiosos

2.1 O repertório simbólico das campanhas e manifestações do Viva Rio

Como vimos no capítulo anterior, as primeiras iniciativas em torno do desarmamento engendradas pelo Viva Rio propunham trazer ao debate público a falência das instituições estatais, representada principalmente pela desestruturação e corrupção dos órgãos policiais, e as representações da violência em jogo na sociedade

carioca. Naquele momento, campanhas de alcance nacional e projetos de alteração na legislação desenvolvidas pela ong consolidaram sua representatividade e sua legitimidade em relação ao tema perante a sociedade civil e os atores engajados a favor da causa. Nos anos seguintes, o Viva Rio reafirmou sua modalidade de atuação, além de realizar campanhas mais pontuais de conscientização pelo desarmamento.

Em 2001, mais um evento organizado pela ong chama a atenção da opinião pública para a questão do desarmamento. Na manifestação *Rio Sem Armas*, no dia 24 de junho, cem mil armas foram queimadas no Aterro do Flamengo, junto ao Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de divulgar a Conferência da ONU sobre o Comércio Ilícito de Armas Leves, realizada em julho daquele ano. Com o apoio do governo do estado, as armas foram inicialmente destruídas por um trator enquanto um helicóptero lançava pétalas de rosas sobre os manifestantes. As armas foram então queimadas, formando o que o Viva Rio definiu como *chama da paz*. Ainda durante a manifestação, 600 pares de sapatos de vítimas de violência na cidade de São Paulo⁷³ foram expostos no local, uma forma de marcar sua ausência, tornando-os presentes simbolicamente.

Eventos como este nos remetem a elementos fundamentais do discurso da ONG, expressos em sua atuação no espaço público principalmente através dos eventos que organiza. Entre eles, está o apelo à reconstrução de uma identidade comum, em última instância nacional, aliada a utilização de uma simbologia, em última instância religiosa, para a mobilização e conscientização dos manifestantes e da população. E de modo interessante estes elementos se confundem com as mobilizações a favor do desarmamento na sociedade civil brasileira, como propõe o quadro de fotografias no site

⁷³ A seqüência de fotografias que apresento a seguir da manifestação *Rio Sem Armas*, divulgadas pelo Viva Rio, traz imagens da *chama da paz* e dos sapatos expostos no local.

Desarme. O álbum apresenta cronologicamente algumas iniciativas em favor do desarmamento, dando destaque a manifestação *Rio Sem Armas*⁷⁴, que vemos a seguir:



⁷⁴ Nesta seqüência de fotografias reproduzi fielmente a ordem em que estas foram apresentadas, embora tenha retirado algumas para efeito de minha análise. As fotografias retiradas, de certa forma, repetiam os elementos apontados aqui analisados. A seqüência completa de fotografias, com a apresentação de outros eventos, pode ser vista no site *Desarme*: <http://www.desarme.org>.



A seqüência de imagens aqui reproduzida traz um claro recorte do espaço e do tempo da cidade, revelado tanto na imagem de cartão postal revelada ao fundo da primeira foto, quanto na ordem de apresentação das fotos proposta. As fotos revelam a transcendência e o alcance da participação individual: se, inicialmente, todos se confundem na imagem panorâmica da passeata, com o Pão de Açúcar ao fundo e uma enorme faixa a frente, representando a população carioca, as fotos seguintes irão revelar as participações "especiais" das mulheres e dos moradores de favela, com suas faixas e demandas próprias. Logo, no entanto, a peculiaridade e especificidade que estes sujeitos representam são sublimadas sob a égide da identidade nacional. Mais ainda, transcendem as barreiras nacionais e encontram sentido na definição de humanidade que defende a importância da vida e celebra a memória dos mortos. A memória dos mortos e das tragédias vivenciadas pelas vítimas da violência presentes na manifestação - o caso de Camila - é o elemento motivador da ação e da participação dos sujeitos, reacende o ardor patriótico e destrói o vetor da violência - dimensão dos eventos organizados em torno do tema do desarmamento que discutirei mais detalhadamente no decorrer deste capítulo.



André Porto



Sandra Delgado



Sandra Delgado



André Porto



Rodrigues Moura



André Porto



Sandra Delgado



André Porto



Rodrigues Moura



Sandra Delgado

A Caminhada *Brasil sem Armas*, evento que antecedeu a Campanha do Desarmamento de 2004, foi realizada em setembro de 2003 com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional pela votação do Estatuto do Desarmamento. Reuniu

50 mil pessoas na orla de Copacabana, chamando a atenção da opinião pública carioca por sua repercussão em uma novela de horário nobre da rede Globo, que apresentava um caso ficcional de morte por bala perdida e vários de seus personagens participando da caminhada. Mais uma vez a proposta de uma seqüência de fotografias imprime sentido à manifestação produzida pelo Viva Rio e a inscreve em um processo de mobilização pelo desarmamento que já se estende por uma década. Desta vez é o próprio Viva Rio que propõe a seqüência de fotografias⁷⁵, organizada a partir da recente campanha de recolhimento de armas e seguida da apresentação da campanha publicitária *Entregue sua arma agora*, citada na introdução deste texto, para chegar, então à *Caminhada Brasil Sem Armas*.

Desarmamento



⁷⁵ Cf. <http://www.vivario.org.br>.



Rodrigues Moura



Kita Pedroza

Entregue sua Arma Agora



Brasil Sem Armas



Kita Pedroza



Kita Pedroza



Kita Pedroza

A Caminhada ganha destaque com a apresentação de legendas para as fotos que indicam os mais importantes atores presentes na manifestação: as mães e os parentes de vítimas de violência. Outra vez a celebração da memória das vítimas é o ponto central de motivação e mobilização dos cidadãos, bem como de legitimação da causa defendida. A ficção se une, então, à realidade na seqüência de fotos, com a imagem dos artistas na passeata representando a mobilização após a tragédia causada pela violência na trama global:



Rodrigues Moura

A memória das vítimas mais uma vez transcende as demandas de grupo, representadas na participação de atores como o AfroReggae, capoeiristas, funkeiros e integrantes do movimento GLT. Transcende ainda o apelo à identidade nacional,

representada pela participação de vários políticos no evento. E na imagem de cartão-postal da cidade, se reafirma a comoção social carioca e nacional em torno da causa do desarmamento.



Sandra Delgado



Sandra Delgado



Sandra Delgado



Walter Mesquita



Walter Mesquita

Ao operar com a noção de *cultura do medo*, o Viva Rio propõe uma linha de ação voltada à transformação individual, como já vimos. Visando produzir uma reversão simbólica dos efeitos da violência nas relações sociais entre os atores na cidade do Rio de Janeiro e, de modo geral, na sociedade brasileira, o Viva Rio busca incentivar e promover a reflexão e a conscientização dos indivíduos, conclamando-os a “fazerem sua parte”. O debate sobre a violência na cidade direciona-se às responsabilidades individuais, aos casos particulares e sua dimensão emocional, ao teor das relações cotidianas, associando a produção da paz à reconstrução dos padrões “normais” de sociabilidade entre os habitantes da cidade e ao desenvolvimento da solidariedade. Sentimentos como a dor, o medo, a indignação e a revolta, devem ser sublimados a partir dos rituais que a ong propõe -transformando-se, em última instância, em instrumentos de reivindicação e mobilização por parte dos sujeitos. A agregação dos

sujeitos e, conseqüentemente, dos diversos segmentos sociais que estes representam, constitui-se simbolicamente nestes rituais como produção de redes de solidariedade a partir da identificação de uma causa comum, a paz, e de um sentimento de pertencimento à cidade e à sociedade entre os manifestantes.

As abordagens contemporâneas sobre rituais chamam atenção para as possibilidades de análise da relação entre as práticas e as representações sociais que este oferece. Peirano discute a relevância da abordagem dos rituais como estratégia para se analisar eventos etnográficos, entendendo que rituais *são tipos especiais de eventos, mais formalizados e estereotipados e, portanto, mais suscetíveis à análise porque já recortados em termos nativos* (2002: 08). A autora defende que não compete aos antropólogos definir o que são rituais, mas utilizar as diferentes definições propostas pelo campo e analisá-las à luz da experiência etnográfica – embora identifique nos rituais uma ordem que os estrutura em torno de um propósito que é coletivo e os diferencia, assim, dos simples eventos.

Rituais, como aponta Peirano, *ampliam, focalizam, põem em relevo e justificam* o que é usual em uma sociedade na perspectiva antropológica. Neste sentido, a etnografia permitiria, então, ao pesquisador decifrar costumes e crenças de um grupo ao analisar os elementos presentes nestes eventos tão especiais para os nativos. Nesta perspectiva, os ritos representariam a dimensão do *viver* na existência humana, inerente à sua condição assim como a dimensão do *pensar*, esta relacionada aos mitos. Mitos e ritos marcariam, portanto, uma antinomia natural, expressão, em última instância, da tradicional dicotomia entre as relações sociais e as representações, sempre reiterada na apropriação de autores consagrados como Mauss e Durkheim. No entanto, a relação

entre as relações sociais e as representações depende da eficácia das crenças e idéias dos sujeitos em suas ações, bem como da eficácia de suas ações em coerência com suas idéias e crenças. Nas palavras de Peirano:

Distinguir reações sociais e representações é um recurso heurístico na análise antropológica. Mas sociedades não se reproduzem apenas porque os indivíduos se relacionam e porque pensam o mundo; o movimento e o dinamismo das sociedades derivam da eficácia de forças sociais ativas – para usar a idéia-mãe de Durkheim. Em outras palavras, a sociedade não é um ser nominal de razão, mas um sistema de forças atuantes, e a eficácia das crenças e idéias precisa ser incluída na análise explicativa, somando-se à ação, para que se identifiquem os mecanismos de movimento e reprodução da sociedade (2002: 23).

O caráter performativo dos ritos garante sua eficácia à medida em que associam as ações dos sujeitos a um sistema de idéias, ao mesmo tempo que estas ações investem este sistema de sentido. Os traços formais e padronizados dos ritos variam em relação às performances e experiências dos participantes e estas vinculam formas e conteúdos à simbologia ritual de modo particular, ainda que informados e contextualizados cultural, social e historicamente. Assim, a dicotomia entre representações e relações sociais só pode ser considerada enquanto recorte artificial para efeito analítico: as representações investem as relações sociais de sentido, o qual, por sua vez, se modifica de acordo com as variações e transformações que estas apresentam. Por fim, Peirano nos chama atenção à manipulação dos símbolos na ação ritual. Esta resignifica práticas e crenças, resignificando, ao mesmo tempo ritos e mitos (2002: 27).

De acordo com Peirano, os ritos são eventos que possuem uma configuração e uma padronização que lhes são próprias unicamente em aspectos gerais. Por este motivo, devemos estar atentos às particularidades dos casos que encontramos e às variações que os aspectos gerais definidores do rito apresentam, embora não devemos perder de vista seus traços fundamentais: primeiro, são eventos distinguidos dos acontecimentos cotidianos pelos nativos; segundo, trata-se de uma performance coletiva voltada à determinado fim; e terceiro, possuem uma ordenação que os estrutura (Peirano, 2002: 35). As formulações da autora parecem-me extremamente sugestivas para a análise dos *novos movimentos sociais* e, especialmente, dos chamados *movimentos cívicos-religiosos* na sociedade brasileira atual, permitindo examinar as manifestações caracterizadas como eventos, em muitos aspectos ritualizadas, que estes realizam. Este é o caso dos eventos produzidos pelo Viva Rio, que ocupa o espaço público da cidade do Rio de Janeiro com práticas cívico-religiosas como forma de reação às comoções provocadas pela violência e de defesa da paz e da solidariedade.

Nas diversas manifestações pela paz realizadas pelo Viva Rio desde sua fundação, diversos símbolos, religiosos ou não, foram resignificados de acordo com os contextos e as demandas em questão. De acordo com a lógica de sua organização, a ong busca valorizar em seus eventos a união das diferenças religiosas, políticas e culturais que consegue articular. A expressão dos sentimentos, a religiosidade e a celebração tornam-se caminhos fundamentais para estabelecer um vínculo entre os diversos atores sociais. O silêncio, a oração, o abraço substituem o debate, a reivindicação e a negociação como elementos constituintes de sua presença e atuação no espaço público, oferecendo, ao mesmo tempo, um modelo alternativo de sociabilidade entre os atores na

cidade. Ao relatar a manifestação realizada em dezembro de 1993, denominada “Abraço à Candelária”, Soares identifica um *novo vocabulário*, uma nova linguagem para se falar da violência e da paz na cidade; o ato de abraçar a Candelária, em silêncio e vestindo branco representou abraçar o coração da cidade para *meditar sobre sua própria responsabilidade e sobre o que cada um poderia fazer pela paz* (1996: 297).

O silêncio e os espaços da cidade investidos simbolicamente de significado, neste caso a Candelária, tornaram-se, assim, símbolos rituais, tendo seu sentido construído a partir da ação dos manifestantes. A ruptura com a *cultura do medo e da violência* disseminada pela cidade constituiria-se a partir da difusão, transmissão e comunicação de *signos de paz*, experimentados nestes rituais pelos participantes como uma outra maneira possível de viver no Rio de Janeiro. Mais do que isto, eventos como o "Abraço à Candelária" e o "Dois Minutos de Silêncio"

[...] envolveram um modo de intervenção no espaço público que, ao mesmo tempo em que recusava as formas habituais de expressão política, buscava em meios sociais, relativamente à margem das mobilizações de protesto, recursos para renovar as formas e os objetivos a alcançar nas manifestações no espaço público. A solidariedade entre as pessoas, entre grupos sem proximidade ideológica afirmada, se constituía como um horizonte de ação (...). A partilha de novas práticas humanitárias ganhava assim uma face ritual, fornecida por religiosos diversos e unificadas pelo Viva Rio por intermédio do silêncio que promovia assim uma forma de união, "mística", com forte ênfase emocional, distante da racionalidade pragmática (Birman, 2004: 236)

A utilização do silêncio como forma de manifestação e a realização de atos simbólicos em diferentes espaços da cidade tornaram-se elementos rituais à medida em que foram investidos de significado na ação ritual e assim recuperados em outros eventos de mesmo caráter. Durante a campanha *Basta! Eu quero paz*, em 2000, as diversas manifestações realizadas também apresentaram estes elementos, que recuperavam significados antes recebidos e, em outros, adquiriam novos sentidos. A *Caminhada em Ipanema*, convocada por um artista da Globo através da internet e realizada no dia 18 de junho de 2000, lembrava uma marcha fúnebre, trazendo todos de preto, em silêncio, acompanhados pela batida do surdo. A manifestação centrava-se na expressão de sentimentos, sem nenhuma reivindicação específica, e a faixa carregada pelos manifestantes à frente da caminhada ressaltava: "O silêncio é a nossa voz"⁷⁶. Era como se palavras não fossem o suficiente ou mais do que necessárias para expressarem um desejo que é comum, que independe das formas tradicionais e racionalizadas de expressão, que não diverge e não opõe os sujeitos em seus diferentes interesses e seus diversos pontos de vista em relação às causas e soluções para a violência na cidade.

No ato ecumênico no Jardim Botânico, também no dia 18 de junho, o episódio do 174 foi lembrado, com destaque à presença do marido de Geisa, Alexandre Magno Alves, e de doze policiais que levaram até o local faixas com nomes de policiais mortos em serviço para demonstrar, segundo declarava ao jornal um tenente da PM, que os policiais são parte da sociedade e que a violência também os atinge; dava destaque, ainda, a uma árvore – atingida por um dos tiros disparados pelo policial que acertaram

⁷⁶ Obtive as informações sobre esta manifestação de comunicação pessoal da professora Márcia Leite, que observou o evento em razão de sua pesquisa *Mural da Dor: Movimentos Sociais, Religião e Política no Rio Janeiro*, desenvolvida juntamente com Patrícia Birman, Regina Novaes e Ludmila Catela e a colaboração de outros pesquisadores no âmbito do Núcleo de Religião e Política do Pronex e da qual participei como bolsista de iniciação científica.

Geisa – que teria sido enfeitada de flores pela artista plástica Tereza Cristina: “*A árvore está oca por dentro, mas está com os galhos florindo. Isso mostra que, como dizia Che Guevara, você pode matar as flores, mas não pode matar a primavera. A Geisa e o Sandro renasceram com a consciência de milhões de brasileiros que amanhã vão estar de branco*”⁷⁷. Estava presente ali mais um referencial disponível no imaginário coletivo para se falar de fé e esperança. A idéia era de que as vítimas de violência continuam vivas na memória daqueles que estão vivos e, mais do que isso, que sua presença espiritual interfere na realidade objetiva dos viventes.

O ato ecumênico no Largo da Carioca, dia 7 de julho, momento auge da campanha, foi também marcado por esse processo simbólico de reversão da violência para construção da paz. O ato foi iniciado com a leitura do manifesto *Basta! Eu quero paz* por Luanna, “refém do 174”. Um dos pontos-chave do evento é o momento em que é tocado o Sino da Paz, produzido com munição derretida de várias guerras, representando a reversão daquilo que gera a violência em algo que gera paz⁷⁸, recurso que esteve presente em outras iniciativas da ong, como o *Reage Rio*. O badalar do sino foi seguido como “cerimônia de multiplicação da chama” - cada pessoa acendendo sua vela na de outra até se produzir uma multiplicidade de luzes. A “chama” pode significar, de acordo com a crença cristã, o Espírito Santo (e, portanto, a presença divina), a luz em oposição às trevas (ou o bem em oposição ao mal), a fé, a esperança⁷⁹. Neste ritual, a luz era compartilhada por todos e dependia da doação de cada um e de todos para se multiplicar. Representantes de várias religiões uniram seus rituais, acompanhados de

⁷⁷ Reportagem “Um clima de desabafo na Carioca”, *Jornal do Brasil*, 08/07/00, p.22

⁷⁸ É interessante perceber, inclusive, que o sino remete a presença divina na crença cristã, significando, portanto, que é a presença divina a responsável pela paz.

⁷⁹ Vale ressaltar a recorrência na utilização desta simbologia nas manifestações do Viva Rio, como já vimos ao tratar da campanha *Rio sem Armas* e a produção da *chama da paz* no início deste capítulo.

“tambores, cânticos gregorianos e música gospel”. O ato foi encerrado com uma apresentação de música clássica, a leitura do texto *I have a dream*, de Martin Luther King (uma referência a uma das expressões mais marcantes do desejo pela paz no campo político mundial) e da oração de São Francisco de Assis (uma referência a uma das expressões mais marcantes do desejo pela paz no campo religioso), e a distribuição de mil pães. Assim, o Viva Rio constituiu a manifestação como forma de produzir simbolicamente a solidariedade e a união utilizando como referência marcos da crença cristã. Refiro-me, neste caso, a passagem bíblica em que Jesus Cristo multiplica dois pães e dois peixes, distribuindo-os à multidão que o seguia pelo deserto para ouvir suas pregações. Este episódio representaria um exemplo de caridade e solidariedade para com o “outro”.

A apresentação do coral Cidade de Deus, cantando *Bandeira Branca*⁸⁰ no encerramento do evento do Largo da Carioca reafirmaram as tendências de seu modelo de atuação, trazendo os moradores de favela como elos para a união da *cidade partida* e utilizando símbolos com base em diversos referenciais para a mobilização os participantes de formas diferentes. É Vale ressaltar aqui o significado da apresentação de um coral da Cidade de Deus, já que Geisa era moradora da Rocinha, outra conhecida favela da cidade do Rio de Janeiro⁸¹. Ressalto, ainda, a música cantada - *Bandeira Branca* - como se sabe, uma música profana sobre o desejo de paz na esfera privada, mas que desde o *Reage Rio* é utilizada pelo Viva Rio em suas manifestações acerca da violência (cf. Leite, 1997). Como se pode perceber, referências religiosas, políticas e

⁸⁰ Reportagem “Largo da Carioca concentra protesto”, *Jornal do Brasil*, 07/07/00, p.20.

⁸¹ A atuação de Geisa na Rocinha, como recriadora de um centro comunitário, e o desfecho trágico do episódio do 174 que resultou em sua morte absurda pelas mãos de um policial, abriram precedentes para a discussão do episódio como expressão do cotidiano e da condição dos moradores de favela no espaço da cidade. Para uma reflexão sobre o debate e as representações em jogo na Rocinha com a morte de Geisa, ver Brito (2004). Para uma reflexão sobre o papel das manifestações artísticas realizadas por jovens moradores de favelas nas campanhas do Viva Rio, ver Leitão (2004).

culturais se uniram ao princípio da caridade e da solidariedade como instrumentos centrais de mobilização e ação dos participantes.

Da mesma forma, na *Campanha do Desarmamento de 2004*, analisada mais detalhadamente nos capítulos seguintes, a entrega e destruição voluntárias das armas por seus portadores nas diversas igrejas conveniadas que funcionaram como postos de recolhimento ganhavam significado ao serem identificadas como um comprometimento com a paz e o fim da violência na cidade. Outros eventos da *Campanha* recorreram ao mesmo repertório simbólico. O *Ato pela paz na Lagoa*, realizado no dia 16 de outubro de 2005, contou com a presença de representantes da *Frente Parlamentar Brasil sem Armas* e da governadora Rosinha Garotinho. Esta lançou sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas cruzeiros de isopor representando as vítimas de arma de fogo no país e soltou pombas que, simbolizando a paz, levariam os presentes à reflexão sobre a violência e ao comprometimento com a produção da paz na cidade⁸².

Vimos anteriormente que, desde sua fundação, o Viva Rio tem sido considerado por diversos autores⁸³ como um movimento social que opera com uma concepção e um projeto de paz na cidade que alia princípios cívicos e religiosos e demanda dos moradores da cidade uma participação política orientada por uma espécie de *religiosidade cívica*. A “dimensão religiosa pública” que o Viva Rio enfatiza e defende como instrumento fundamental na construção de um Estado democrático é por Bellah definida como “*um tipo de generosidade e de envolvimento voluntário com o bem comum*” que tem por marca o compromisso dos cidadãos com os destinos da cidade ou

⁸² Reportagens *Manifestações pelo Sim mobilizam o Rio na reta final para o Referendo* (site do Viva Rio, 17/10/05) e *Na Lagoa as cruzeiros da discórdia* (O Globo, 17/10/05).

⁸³ Entre os quais cito Almeida (2005a, 2005b) Birman (2004), Leite (2003, 2004), Miranda (1998), Morais (2001), Novaes (1998), e Soares (1996, 1998).

da nação: um religião civil (Bellah, 1985, *apud* Leite, 2003). A invenção de uma religião civil para assim produzir uma sociedade mais solidária e democrática envolve um forte apelo religioso, forjado por uma *linguagem dos sentimentos*. A expressão de sentimentos e demandas através de palavras, gestos e, inclusive, através do silêncio, ganham, então, caráter de protesto e reivindicação nas manifestações que a ong realiza.

Os símbolos religiosos presentes nas mobilizações do Viva Rio são parte de sua agenda, de seu programa, para além da participação e da contribuição de seus adeptos. Mais do que isso, eles determinam e impõem muitas vezes condições e limitações à expressão de demandas por parte destes (Birman, 2004; Leite, 2004). O que torna possível o estabelecimento de um relativo consenso entre estes diversos atores é o caráter propositivo e comunicativo destes rituais, em que a paz é celebrada e produzida a partir de uma reversão simbólica dos efeitos disruptivos da violência na cidade (Soares, 1998).

Compartilhando a interpretação de Leite (2004) e de Birman (2004) considero, no entanto, que estes movimentos redefinem a concepção e o papel da política com os quais operam em suas ações, sem necessariamente desvalorizá-los ou reduzi-los. A participação de fiéis de várias religiões, inspirados por valores religiosos, e a utilização de símbolos religiosos nestes movimentos têm papel fundamental na redefinição da política em suas dinâmicas. Como aponta Leite, as fronteiras entre religião e política vêm sendo redefinidas à medida que novas redes de filantropia, solidariedade e ação cívica são introduzidas no campo dos movimentos sociais brasileiros, apelando para o sentimento religioso como expressão do “fazer sua parte” – comprometer-se com os problemas e com o destino da sociedade –, como forma de agregação social e de

construção de uma “dimensão religiosa pública” no interior da sociedade.

Nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, atravessadas por um crescimento avassalador da violência associada às novas dinâmicas e a crescente amplitude do tráfico de drogas, diversas organizações não-governamentais vêm convocando o povo em geral, e os cristãos em particular, a se comprometerem com os destinos da cidade ou da nação, especialmente através de uma ação cívica solidária com os pobres e os desvalidos, em particular os jovens, como forma de combate à violência. Este processo vem redefinindo as fronteiras entre religião e política ao transformar lideranças religiosas em atores políticos relevantes e a linguagem religiosa em uma das linguagens privilegiadas para se falar em violência. Com isso, emerge legitimamente no espaço público uma religiosidade fluida, eventualmente ligada às redes caritativas tradicionais do catolicismo e do espiritismo, mas em grande parte, associada a uma resignificação da ação política através de símbolos, valores e práticas religiosas provenientes do catolicismo e/ou das religiões evangélicas, bem como de uma religiosidade fluida muitas vezes genericamente identificada como “Nova Era”. (Leite, 2003: 03).

Isso ocorre no contexto de perda da hegemonia da Igreja Católica no cenário nacional enquanto religião oficial que agrega os diversos segmentos sociais e fundamenta a imagem cordial do brasileiro no imaginário nacional e internacional, como analisam Birman e Leite (2002). O avanço do pentecostalismo e a construção de uma identidade “contrastiva” em relação ao catolicismo, que disputa a hegemonia do campo religioso com seu sistema de crenças, se processam em um contexto social

representado como mais fragmentado e conflituoso que possibilita a emergência e consolidação de outros atores religiosos no espaço público. A crise das instituições religiosas nas últimas décadas acompanha, por sua vez, um “ressurgimento do religioso” no que diz respeito às modalidades de mobilização coletiva e política que as diversas religiões têm sustentado na atualidade, estabelecendo, assim, novas relações entre religião e política. Como aponta Carneiro (2002), “um número significativo de pessoas procura um sentido ou um novo sentido para suas vidas, fora das religiões tradicionais, dos espaços religiosos institucionalizados, bem como em decorrência ou não deste fato, buscam também um espaço de atuação que se dá fora do espaço tradicional da política”.

A relação entre religião e política tem se fundamentado em “fontes morais” que são construídas no interior do movimento Nova Era⁸⁴. Segundo a autora, a religião enquanto fonte de sentido para a vida e para a atuação na vida cotidiana perpassa as escolhas e as interpretações pessoais de qualquer doutrina institucional (ainda que não implique a adesão exclusiva a qualquer uma delas) e tem encontrado na atuação política importante forma de expressão. Vale ressaltar ainda outra característica importante da influência da Nova Era na atuação religiosa e política dos indivíduos na atualidade. Como afirma Carneiro, o movimento engendra formas efêmeras e volúveis de associação entre os indivíduos que privilegiam a ação individual autônoma como instrumento fundamental de qualquer transformação positiva. Essa transformação parte sempre de uma mudança individual e subjetiva para se estender a mudanças coletivas e

⁸⁴ O movimento Nova Era que não se define como movimento social nem religioso, surge a partir de influências do Transcendentalismo, do Espiritualismo, da Teosofia, entre outras marcas da cultura oriental, ressignificadas no contexto ocidental. Sua forma de expressão na ação individual se caracteriza, segundo Carneiro, “na transformação individual”, na “cura expressa na linguagem da energia”, na “sacralização da natureza”, na reivindicação da “espiritualidade oriental concebida como um espelho invertido do Ocidente”, na “sacralização de um *self* não socializado e um *locus* interno de autoridade”, e são apresentadas enquanto crenças que garantem a adesão pessoal. (Carozzi, 2000, Apud Carneiro, 2002: 03).

objetivas. Definir a identidade pessoal, portanto, é o primeiro passo para “transformação cultural”.

[...] para se entender a presença da “nova cultura religiosa”, representada pelo movimento da Nova Era, é fundamental verificar a construção de novas subjetividades, de novas relações sociais e sociabilidades, que envolvem um grande número de pessoas que vivem nas grandes cidades e que não podem dispensar os atributos ou fontes morais fornecidos por esta nova consciência religiosa. Esta, em última análise, contribui para a regulamentação de certos princípios, valores e crenças, por ocasião dos contatos e interações correntes nesta nova forma de sociabilidade. [...] esta “cultura Nova Era” é também uma modalidade que atravessa a cultura política e, possivelmente, tem tido papel importante na elaboração de um novo quadro de tomada de decisões no contexto político presente nas cidades, marcado por novas formas de participação social (em que as ações voluntárias seriam um dos exemplos) e pela construção de novas identidades. (2002: 11-12)

O contexto sócio-cultural de surgimento e expansão do movimento Nova Era não representaria, portanto, a decadência institucional da religião ou da política. Do mesmo modo, não representaria tampouco a falência das instituições religiosas num ambiente social secularizado, nem o descrédito na política enquanto formadora de valores, expressão de ideais, instrumento de articulação e organização social. Afinada a essa perspectiva estão as abordagens de Campbell e Steil sobre o processo de reconfiguração do campo religioso e seu redimensionamento nas demais esferas da vida social. Campbell aponta para a *orientalização* como tendência principal do ocidente supostamente secularizado. *Orientalização* consiste no “processo pelo qual a concepção

de divino tradicionalmente ocidental e suas relações com a humanidade e com o mundo é substituída por aquela que tem predominado por longo tempo no Oriente” (1997: 7), baseada na crença em uma força divina imanente e impessoal, que faz parte do mundo. O deslocamento da teodicéia tradicional para outra, oriental em sua natureza, provocou substancialmente um relativismo religioso em relação a todas as formas de crença e gerou uma nova modalidade de relação com o divino em que as verdades alcançadas através da experiência espiritual e mística representam a forma mais pura de religião. Neste contexto, a *Mística* representaria, portanto, a forma dominante de expressão do Cristianismo nas sociedades ocidentais contemporâneas, inclusive no que se refere ao campo da política.

Assim como Campbell se utiliza da tese troeltschiana para apontar a religião espiritual e mística como a maior tendência do ocidente secularizado, Steil (2003), ao analisar a decadência da Teologia da Libertação e o simultâneo avanço da Renovação Carismática no interior do Catolicismo nas últimas décadas, identifica a expressão de uma nova forma de espiritualidade que exige, por sua vez, uma reorganização do campo religioso em relação às suas transformações no nível da subjetividade. O autor apresenta os *tipos ideais* que Troeltsch propõe como forma de compreensão da experiência histórica do Cristianismo – *Igreja, Comunidade e Mística* – e cujas combinações diversas no tempo e no espaço configuraram a presença e o papel do religioso nas sociedades ocidentais. A relevância cada vez maior da *Mística* na constituição do campo religioso e sua relação com o campo da política estariam associadas a uma determinada combinação entre estes três tipos ideais que é própria de nosso tempo.

A *Mística*, para Troeltsch, estaria apontando para uma experiência que se caracteriza por um “individualismo religioso radical”, conduzindo a formações institucionais de natureza polimorfa. Neste sentido, a *Mística* se distingue da

Igreja na medida em que seus seguidores se sentem ligados, não a uma instituição, mas a um líder espiritual, ou guru e se distingue da Seita, uma vez que seus seguidores não se vêem como “os escolhidos de Deus” em oposição ao mundo, mas entendem que todos os seres existem numa única escala de espiritualidade, que pode se estender para além dessa vida. (2003: 148)

Por fim, Giumbelli (2002), em seu livro *O Fim da Religião*, ao analisar as fronteiras do que ele denomina de "definições sociais da religião", trata das controvérsias públicas geradas com o avanço dos *novos movimentos religiosos* nas sociedades brasileira e francesa nas últimas décadas e demonstra como a concepção contemporânea de crise institucional religiosa está ligada à ruptura conceptual que se estabelece entre modernidade e religião como forma de redefini-las na dinâmica social. O autor questiona o pressuposto teórico que identifica uma relação de oposição entre religião e modernidade e afirma que os elementos determinantes do novo papel adquirido pela religião nas sociedades contemporâneas –“secularização” , “pluralismo confessional”, e “liberdade religiosa” – fundamentam a modernidade e têm sua origem em princípios religiosos. O autor aponta para uma redefinição do campo religioso e não sua extinção, principalmente no que diz respeito à construção de novas identidades e novas estratégias de ação coletiva no espaço público. É neste contexto de redefinição do campo religioso e construção de novas identidades e estratégias de ação coletiva que surgem os *novos movimentos sociais*, muitas vezes, como é o caso das manifestações do Viva Rio, associando a política e a religião em sua concepção e forma de atuação.

2.2 Celebração e religiosidade: construindo a memória das vítimas e a identidade de uma nação

A celebração da memória das vítimas de violência como forma de reivindicação e mobilização dos sujeitos é mais um recurso acionado de modo recorrente nas campanhas que o Viva Rio tem organizado no decorrer de sua trajetória. Na manifestação *Rio Sem Armas*, como vimos, o espiritual uniu-se ao material para envolver os presentes e direcioná-los a um comprometimento cívico, com a causa do desarmamento, com os atores e suas iniciativas (vale lembrar que o objetivo do evento era divulgar a Conferência da ONU sobre o Comércio Ilícito de Armas Leves). As pétalas lançadas sobre os manifestantes, a torre formada pelas armas de fogo que se tornou uma grande fogueira - montada diante do Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, um símbolo da cultura cívica nacional que, ao mesmo tempo, reverencia os mortos e clama por paz - e o tapete de calçados usados, simbolizando a presença das vítimas de violência, eram elementos que tinham por objetivo "tocar mais fundo" na consciência, ou, mais ainda, no coração das pessoas. Acionar a memória dos mortos, neste sentido, objetivava reforçar o apelo à causa do desarmamento e da paz, torná-la legítima e inquestionável.

Na campanha *Basta! Eu quero Paz*, em 2000, a construção do *Mural da Dor* e a realização de atos ecumênicos pela paz propunham a expiação coletiva da dor e do medo provocados pela violência. Nesta lógica, o *Mural da Dor* representou, entre outras coisas, o resgate de uma solidariedade esvaziada pelas situações de sofrimento e medo vivenciadas pelos indivíduos que sofreram algum tipo de violência. Os participantes foram convocados a manifestarem sua dor como forma de superá-la. Nesse espaço, eles contavam os casos trágicos que viveram e muitas vezes cobravam do poder público e dos órgãos competentes que a "justiça fosse feita", ou seja, reivindicassem a solução de seus casos e punição dos responsáveis. O restabelecimento da solidariedade e da ordem social na cidade estavam vinculados a ações que perpassavam simultaneamente o

campo simbólico e o campo político no discurso dos participantes. A superação da dor passava pelo crivo da subjetividade do indivíduo, a partir de estratégias pessoais, mas também por reivindicações objetivas através de ações individuais e coletivas⁸⁵.

Entre os manifestantes que participaram da construção do *Mural* e do ato ecumênico no Largo da Carioca, destacaram-se as mães de vítimas de violência em sua busca, individual e coletiva, por visibilidade e justiça para o caso de seus filhos. Leite analisa as modalidades de participação das mães no *Mural*, examinando "o papel que foram chamadas para ali desempenhar pelo Viva Rio, as reinterpretações e apropriações que dele fizeram e suas estratégias de inserção ou afastamento da manifestação" (2004: 149). Para além da proposta que o Viva Rio imprimia ao evento - uma oportunidade para que as vítimas de violência, seus parentes e amigos, expressassem sua dor e se vinculassem a um projeto de paz civil e também de pacificação interior - as mães de vítimas de violência estavam ali "para lembrar e fazer lembrar a memória de seus mortos e, assim, mais uma vez cobrar que se lhes fizesse justiça" (Leite, 2004: 142).

A participação das mães foi, então, marcada por tensões e contradições, já que, se, por um lado, as "mães de vítimas de violência" constituíam atores indispensáveis de um projeto de "pacificação civil" - à medida que sua identidade social representava a dor, o sofrimento, mas, acima de tudo, o perdão, a tolerância, a reconciliação e a paz -, por outro, em seu discurso preponderava o tema da justiça e não o da paz. Como aponta Leite:

O enredo que se desenrolava no "Basta!" recorria, assim, à dimensão simbólica da categoria "mães de vítimas de violência", que se fundamenta no pressuposto enraizado a cultura judaico-cristã de que os laços primordiais mais estreitos - isto é, aqueles experimentados como vínculos inefáveis, vigorosos e

⁸⁵ Para mais informações e uma análise mais detalhada da construção do *Mural da dor* na campanha *Basta! Eu quero Paz*, ver Birman (2004), Leite (2004), Novaes e Catela (2004).

obrigatórios em si mesmos - se dariam entre mães e filhos. A perda e a dor seriam, por isso, mais intensamente experimentadas pelas mães que, em decorrência, seriam os personagens mais legítimos para denunciar violação de direitos, exigir reparações, cobrar deveres morais e clamar por justiça. (2004: 155)

O caráter incontestável da fala pública deste ator social constrói-se, ainda, pelo fato de que a categoria "mães de vítimas de violência" recorre a uma alusão religiosa que aproxima estas mães da figura de Maria, mãe de Jesus Cristo, como analisa Leite (2004: 159). Mesmo sofrendo pelo martírio de seu filho, Maria perdoou os seus algozes por entender que era necessário a morte de um inocente para redenção da humanidade. Neste sentido, o lugar de mediadora que esta desempenha na religião católica, fruto de sua dupla condição - mãe de Deus (Filho) e mãe dos homens - se transfere para a imagem das "mães", que, na lógica de organização de eventos como o "Basta!", mediam os mais diversos atores e seus interesses, colocando todos lado a lado, independente de vítimas e culpados.

No entanto, mais do que protagonizar o perdão e a tolerância, estas mães almejavam ser beneficiárias de medidas políticas concretas que acabassem com a impunidade dos responsáveis pela dor que foram forçadas a viver e fizessem justiça às vítimas. Assim, ao mesmo tempo em que buscavam a parceria com o Viva Rio para adquirir visibilidade na mídia e apoio para os casos de seus mortos, não podiam negar a decepção que esta parceria lhes causava, como aponta Leite. Ressaltar, contudo, que tanto o *Mural* como os demais eventos organizados pelo Viva Rio com a presença destas mães possibilitaram a formação de uma rede de solidariedade entre elas e incentivaram sua articulação política na busca por justiça. Uma rede ampliada de mães de vítimas da violência teve ali seu ponto de partida, fortalecendo-se e autonomizando-

se no decorrer dos anos. O indica as possíveis mudanças na relação entre as "mães de vítimas de violência" e o Viva Rio nos eventos seguintes - em especial, na *Campanha do Desarmamento de 2004*. Antes de examinar a participação das mães de vítimas de violência nesta, faz-se necessário refletir um pouco mais sobre o papel que podem assumir a celebração, a religiosidade e a expressão dos sentimentos individuais e coletivos em contextos de fragmentação social gerados pelo aumento da violência.

Winter, em seu livro *Sites of Memoring, Sites of Mourning*, discute as representações da violência e de suas vítimas que emergiram nas sociedades européias do período pós-guerra. O autor analisa as redes sociais de suporte e consolo que se criaram em torno das famílias que perderam seus parentes na Segunda Guerra Mundial. Seu objetivo é observar de que forma os familiares, os atores sociais e instituições envolvidos nestas perdas investiram de significados estas mortes, que modalidades de relação estabeleceram entre si, de que maneira se inseriram no contexto sócio-econômico do período pós-guerra, bem como os efeitos da guerra no imaginário religioso destas sociedades.

Winter aponta para a representação da violência gerada no período das guerras como um "mal" que penetra as redes do social. Os sentimentos gerados pelas intensas, constantes e violentas experiências vivenciadas pelos sujeitos extrapolaram o contexto das guerras e acabaram por ser incorporadas às relações sociais dos mais diversos setores das sociedades européias, relações então marcadas pelo medo, pela desconfiança, pela insegurança e pela intolerância. Neste sentido, as redes de solidariedade que se formaram em torno dos familiares de vítimas da guerra e dos demais atores envolvidos consolidaram-se como uma resposta a este quadro perverso instaurado, à medida em que estavam investidas de uma espécie de *ética da generosidade*, fundamentada, de modo geral, no modelo de caridade cristã. Do mesmo

modo, Winter identifica como elemento importante na reversão do quadro de fragmentação das relações sociais que se estabelecia como tendência no pós-guerra, a formação de uma religiosidade, ou, nos termos do autor, de um *espiritualismo*, que conferiu significado ao período da guerra em seus mais diversos aspectos.

Nas sociedades européias, durante a guerra e no pós-guerra, as tentativas institucionais de perpetuar a memória das vítimas da guerra tinham implicitamente por objetivo sanar a dívida de cada Estado com seus cidadãos. Entretanto a valorização dos mortos e feridos como "mártires" que sacrificaram a vida pelo bem de sua pátria (representação acionada principalmente quando a vítima era um membro das Forças Armadas), a crença na possibilidade de comunicação com estes mortos e em sua missão de resguardar o bem estar de seu povo também constituíam elementos fundamentais do que Winter define como *Espiritualismo*, e que identifica como peça-chave para compreensão da cultura européia deste período.

A celebração da memória dos mortos tornava-se uma oportunidade para a expressão dos sentimentos de dor, raiva e nostalgia por parte dos familiares e amigos de vítimas de guerra e dos cidadãos de modo geral. Traduzia-se ainda, resalta Winter, em rituais de celebração e valorização da imagem da nação e de seu povo, de restabelecimento dos laços de identidade e do sentimento de patriotismo dos cidadãos. A união de esforços individuais e coletivos em torno da reconstrução de cada nação destruída pela guerra, aliada, por sua vez, à intervenção divina e sobrenatural seriam os instrumentos principais na superação dos sentimentos de dor e de perda atribuídos, na maioria dos casos, às vidas que foram "perdidas", mas atribuídos também à derrota na guerra, em alguns casos, e à perda que cada nação sofreu independentemente de sua vitória ou derrota. No entanto, Winter argumenta também que neste contexto de perda e dor, os rituais de celebração dos mortos na Segunda Guerra Mundial representavam

apenas uma faceta da relação entre instituições e cidadãos comuns na construção de uma memória coletiva acerca desse período. As negociações e disputas que marcaram a relação entre os familiares de vítimas de guerra e os órgãos estatais revelariam o campo minado em que caminharam as nações européias em seu processo de reconstrução material e simbólica.

A busca da "verdade" por detrás dos comunicados oficiais encaminhados aos familiares pelo governo e a busca de indenizações que de alguma forma reparassem emocional e materialmente a perda de um filho ainda jovem ou de um pai de família foram questões cruciais na relação entre o Estado e os civis no período pós-guerra. Winter destaca a criação de uma rede de solidariedade que abrangia troca de informações, auxílios espirituais, emocionais e financeiros e se interligava não apenas através de familiares das vítimas, mas integrava também civis sensibilizados por esta causa e, ainda, instituições que ofereciam seu apoio.

O resultado da relação entre os exércitos, governos, parentes e demais atores envolvidos na busca de repostas sobre a morte de seus filhos e maridos na Segunda Guerra Mundial, consistia em mais do que a mera apuração dos fatos: subentendia, na verdade, a construção de significados em torno destas mortes, refletia, por sua vez, a negociação e interação entre estes atores. Para além da construção de significados para essas mortes, a relação entre estes atores subentendia a elaboração de noções de paz e violência que envolviam seus interesses e tinham origem em suas experiências. Ao mesmo tempo em que a violência remetia ao contexto da guerra, era também identificada em seus efeitos sócio-econômicos à nível mundial e na atuação do Estado em relação aos mais atingidos por suas mazelas. Da mesma forma, o sentido da paz não se restringia à identificação de países perdedores e vencedores, mas a resolução e à harmonização dos conflitos que surgiam no interior de cada país.

Transformar suas vítimas em mártires significava, para estes familiares, atribuir um propósito ao seu sofrimento. Significava, para a opinião pública de cada país, associar estas mortes à redenção e à pacificação de sua nação. E se isto dependia de um processo de negociação e articulação destes familiares com o governo e com os mais diversos atores sociais, dependia também da construção e da valorização da imagem pública destas vítimas. Por serem seus entes queridos e/ou por serem heróis nacionais, seus familiares acionavam sua imagem pública para afirmarem a irrefutabilidade de suas demandas. Mais do que isto, estes familiares representavam seus mortos e adquiriam, assim, uma imagem própria que se caracterizava pela preocupação com o próximo e conscientização em relação ao bem comum. A transformação das vítimas em mártires construía, portanto, novos atores e conferia-lhes legitimidade para falar no espaço público.

A análise desenvolvida por Winter é sugestiva para pensarmos os sentidos que as mães de vítimas de violência - no contexto contemporâneo da cidade do Rio de Janeiro - buscam imprimir às suas ações no âmbito da *Campanha do Desarmamento*. A construção da imagem pública das mães de vítimas de violência estava inicialmente ligada às estratégias de ação do Viva Rio e de seus aliados no projeto de construção de uma *cultura da paz*. No entanto, à medida que as "mães" adquiriram legitimidade, adquiriram também autonomia (Leite, 2004). A rede de solidariedade que se construiu entre elas foi identificada inicialmente, em razão de sua parceria com o Viva Rio, como uma estratégia de apoio emocional e de mobilização na defesa à causa da paz - através de sua visibilidade no espaço público. Contudo, inegavelmente adquiriu caráter político no decorrer dos anos, realçando, pouco a pouco, as tensões e controvérsias de sua relação com o governo e com atores como o Viva Rio. De certa forma, sua autonomização e sua articulação política em torno da reivindicação por justiça -

demanda que, neste caso, se sobrepõe e ressignifica o tema da paz, pois questiona a violência policial e a impunidade desses agentes, construindo-se como uma luta contra a violência (Birman e Leite, 2004: introdução) - questiona substancialmente a atuação e organização de atores como o Viva Rio. Isto não significa, todavia, que tenham se encerrado as parcerias entre as "mães" e os atores articulados pelo Viva Rio.

Como apontei na introdução a esta dissertação, a participação das mães e de parentes de vítimas de violência na *Campanha do Desarmamento de 2004*, esteve relacionada quase exclusivamente ao episódio da Chacina da Baixada. Em sua viagem ao Distrito Federal, financiada pelo Viva Rio e pela Associação SOS Queimados, com o objetivo de se reunirem com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, as "mães" adotaram uma estratégia que acionava os elementos centrais de sua imagem pública e, ao mesmo tempo, recorria a um discurso eminentemente político. Na visita que as "mães" fizeram à esposa e à filha de Severino Cavalcanti, uma estratégia para "sensibilizar" o deputado, buscaram garantir sua adesão à causa do desarmamento e seu empenho em agendar o Referendo ainda para aquele ano. Levando fotografias de seus filhos e materiais da Campanha, estas mães, mediadoras por excelência, buscavam unir forças apelando para a aproximação e identificação com estas mulheres e, ao mesmo tempo, recorrendo à mídia para divulgar o sentido de suas ações e a esperança no compromisso político de Severino Cavalcanti com a causa do Desarmamento⁸⁶.

Entretanto, não podemos perder de vista o principal objetivo destas mães no Distrito Federal: simultaneamente demandar e pressionar a Câmara dos Deputados pela votação pelo Referendo do Desarmamento e a criação do Fundo de Assistência às Vítimas de Crimes e Violência, que adquiria sentido de urgência com a comoção em torno da Chacina da Baixada. Por estas causas, estas mulheres, juntamente a outros

⁸⁶ Viagem noticiada pelo jornal O Globo em 30 de março de 2005.

familiares, permaneceram em Brasília e se fizeram presentes no Congresso, levando consigo a memória e o "espírito" de seus mortos. Na vigília pelo Referendo⁸⁷, a presença destes mortos foi celebrada através da exposição de suas fotografias ao lado de velas acesas. As mães e familiares eram porta-vozes de suas demandas e peças-chaves na articulação dos atores ali presentes enquanto Renan Calheiros, presidente do Senado, representava o campo da política e padre Luiz Antônio, coordenador da Pastoral de Favelas no Rio de Janeiro, o campo da religião. Repentistas e *rappers*, por sua vez, representavam o campo da cultura e a sociedade de modo geral.

Recorrendo à celebração, à oração e à sensibilização, vale ressaltar, a atuação dos familiares de vítimas de violência priorizava, naquele momento, acima de tudo, a reivindicação política. E isto fica claro quando comparamos a participação destes familiares em iniciativas como a viagem à Brasília a outras iniciativas em que a celebração dos mortos estava presente. No *Ato pela Paz na Lagoa*, realizado no dia 16 de outubro de 2005, quando 36 mil cruzeiros de isopor foram depositadas na lagoa Rodrigo de Freitas, cada cruz representando um morto por arma de fogo no ano de 2004, e pombas brancas foram soltas. A presença da governadora estado do Rio de Janeiro e de representantes da *Frente Parlamentar Brasil Sem Armas* e de movimentos pela defesa dos Direitos Humanos ofuscou a presença de parentes de vítimas de violência que não tiveram papel ativo na manifestação e sequer foram mencionados pela mídia.

A manifestação organizou-se privilegiando o recurso a um repertório eminentemente simbólico, estando ausentes as demandas políticas. Enquanto as cruzeiros, oferendas a serem levadas pelas águas, levando juntamente todo pesar, representavam a lembrança dos mortos por armas de fogo, as pombas, como sinal de paz e da presença divina levavam ao céu o apelo por paz. O repertório simbólico disponível naquele

⁸⁷ Evento que apresentei com mais detalhes na introdução deste trabalho.

contexto em torno da causa do desarmamento, expresso principalmente na experiência de entrega das armas como um ritual e nos discursos religiosos que envolviam esta experiência, permitiam aos participantes de eventos como este confessarem simbolicamente seus pecados, ou seja, assumirem sua responsabilidade sobre a situação de violência que nossa sociedade apresenta. Da mesma na forma, oferecia-lhes a oportunidade de redimirem-se perante a sociedade através da conscientização e da adesão à causa do desarmamento, como já indiquei na introdução deste trabalho.

No entanto, se adesão e conscientização dependiam da compreensão e do envolvimento dos participantes com os símbolos acionados, o modo como o evento foi divulgado na mídia revela o acirramento das tensões entre a participação em eventos deste tipo e o real envolvimento dos indivíduos com a proposta simbólica que estes contêm. O quadro de reportagens do site Globo Online, intitulado *Especial sobre o Referendo do Desarmamento* e disponibilizado nos meses que antecederam o Referendo, trazia uma seqüência de fotos comentadas sobre o *Ato pela Paz na Lagoa*⁸⁸. O tom da reportagem - é interessante notar - insinua um certo fracasso da manifestação em produzir o sentido desejado. A seqüência de fotos enfatiza o mal-entendido que a imagem das cruces na água produziram entre os transeuntes e os representantes do poder público ali presentes. Da pomba que não conseguia voar e caiu na água, à discussão entre a governadora e uma moradora da cidade, a descrição do evento indica um clima de tensão; mais do que isto, indica a rejeição de sua proposta de organização.

Se a proposta simbólica do evento deixava de lado a busca por culpados e responsáveis e colocava todos - representantes do poder público, representantes da sociedade civil e habitantes da cidade - lado a lado, a favor da paz, a ênfase nos conflitos gerados por esta proposta apontava para a culpabilização e reponsabilização

⁸⁸ Apresento o conteúdo desta seqüência de fotos em Anexo 3 - *Brasil com ou Sem Armas? Especial sobre o Referendo do Desarmamento*, divulgado no site do jornal O Globo: www.oglobo.com.br.

dos órgãos públicos. A reportagem ressaltava uma exigência dos cidadãos por um maior comprometimento dos governos em suas competências. Esta resposta "politicada" à proposta simbólica do evento já indicava a "virada do jogo" que os últimos meses da Campanha revelavam e que se confirmaria com a derrota nas urnas para os adeptos do "sim". Nos capítulos seguintes, discutirei mais propriamente de que modo os atores aliados à Campanha do Desarmamento se inseriram nesta proposta de organização.

Segunda Parte



A Campanha de Recolhimento das Armas e o Referendo sobre o Comércio de Armas

CAPITULO 3

Do Rio Abaixo essa Arma à Campanha do Desarmamento de 2004

3.1 Instrumentos de ação e participação pelo desarmamento

Vimos até aqui com quais noções de paz e violência o Viva Rio opera e dialoga ao propor iniciativas diretas e indiretas em relação ao desarmamento. Em seu ideário, a violência possui caráter difuso, representando o "mal" que age sobre os indivíduos e através deles, e que reforça os alicerces de uma sociedade excludente e desigual. A paz, por seu turno, representa, também de modo difuso, a harmonização dos conflitos, das diferenças e injustiças. Na lógica do "fazer sua parte" a ong opta por agir sobre a "ponta do iceberg", ou seja, sobre os efeitos mais imediatos da desigualdade e dos mecanismos de exclusão social. Opta por agir sobre os indivíduos, imersos numa dinâmica perversa que gera cada vez mais violência e da qual se tonam os principais agentes.

De modo geral, estes pressupostos atravessam todos os discursos, iniciativas e propostas do Viva Rio. Morais (2001), analisando a campanha *Rio abaixo essa arma*, organizada pelo Viva Rio em 1999, já aponta para a importância do voluntariado e sua modalidade de atuação nas manifestações desta ong. Suas campanhas sempre oferecem aos manifestantes oportunidades pontuais de participação que são muito valorizadas e

adquirem projeção e divulgação. Na campanha *Rio abaixo essa arma*, o estabelecimento de instrumentos *de ação e participação*⁸⁹ foi uma dimensão fundamental de sua organização, de acordo com os argumentos de seus organizadores. Neste caso, os instrumentos seriam a assinatura a favor da criação da lei de proibição de venda de armas no Brasil e o recolhimento de armas pelo Viva Rio, em parceria com algumas igrejas evangélicas.

A autora destaca como caráter inédito da campanha *Rio Abaixo essa Arma* sua proposta de uma *política de ação* que demandasse (a) e, ao mesmo tempo, pressionasse o Congresso nacional para produção de uma lei que garantisse o controle do porte e do uso de armas, o que só veio a se concretizar em 2003 com a instituição do Estatuto do Desarmamento, ainda que em de seus itens - a proibição do comércio de armas de fogo - não fosse auto-aplicável, necessitando do referendo popular realizado em 2005. Para Moraes, a *política de ação* então desenvolvida pelo Viva Rio e seus aliados recorreu a elementos de uma atuação política tradicional, embora resignificados. O recolhimento de assinaturas objetivava, ao mesmo tempo, confirmar o interesse da população no tema da segurança pública e chamar atenção, garantindo o apoio de políticos em busca de projeção no espaço público. A mobilização e articulação dos diversos atores que se esperava que este abaixo-assinado proporcionasse, representaria um primeiro passo na direção da diminuição dos índices de violência no Brasil graças. Se, contudo, a alteração da legislação vigente não garantisse o controle do porte do uso de armas para reprimir e controlar a violência, a mobilização e articulação da sociedade e do governo em torno deste projeto abririam outras possibilidades para consecução destes objetivos. Mais do que isso, a política de ação do Viva Rio e de seus aliados confiava que a mobilização e

⁸⁹ Moraes define como instrumentos *de ação e participação* as formas de participação e ação comunitárias, inscritas na organização e atuação de movimentos da sociedade civil, em parceria ou não com os poderes públicos (2001: introdução)

articulação dos diversos atores garantiriam a conscientização e o envolvimento dos sujeitos com a causa do desarmamento. (Morais, 2001: 56-74)

Um dos principais argumentos levantados pelo Viva Rio em torno da questão da violência urbana, defendendo a importância do desarmamento na *Campanha de 2004*, dizia respeito ao perigo que representa a arma em poder do cidadão comum. Pesquisas do ISER, trazendo estatísticas nacionais e internacionais, buscavam mostrar que o porte de arma legal, embora tivesse por objetivo trazer segurança ao lar e possibilitar a auto-defesa do cidadão que não se sente protegido pelos órgãos públicos competentes, era perigoso, pois com frequência as armas acabam caindo nas mãos de criminosos ou provocando acidentes trágicos. A decisão pelo porte de arma resultaria, deste ponto de vista, do sentimento de insegurança e medo generalizado dos cidadãos brasileiros, graças à cultura da apartação e da desigualdade que imperaria em nossa sociedade. Sua defesa representaria, portanto, uma resposta positiva à *cultura do medo*, que acirraria e perpetuaria o avanço da violência. É neste sentido que o Viva Rio acionou a representação da violência como uma *epidemia* e da arma como seu *vetor*, inspirada na terminologia utilizada no combate ao mosquito da dengue, muito popular neste contexto.

Se compararmos os dois eixos de atuação na campanha *Rio abaixe essa arma* - o recolhimento de assinaturas e o recolhimento de armas - podemos notar diferenças interessantes. Enquanto o primeiro obteve aceitação e repercussão na mídia e na opinião pública brasileira, o segundo manteve sempre um caráter secundário e esteve envolvido em polêmicas e controvérsias. Moraes analisa as críticas que o recolhimento de armas organizado pelo Viva Rio recebe nesta campanha, principalmente entre os órgãos policiais: as armas entregues muitas vezes não tinham registro e poderiam ter sido usadas para as mais diversas atividades criminosas. Sua destruição sem investigação de

sua origem obstruiria os trâmites legais de apuração dos crimes. Outra crítica que marcava a opinião pública em geral em relação à prática de entrega das armas, associava-se à desconfiança em relação aos atores evangélicos e a suas "reais intenções" na instalação de postos de recolhimento em seus templos. Argumentava-se, neste sentido, sobre a possibilidade de utilização destes atores como meio para encobrir

atividades criminosas que poderiam ser reveladas com a apreensão das armas entregues (Morais, 2001: 74-79).

O recolhimento das assinaturas estendia-se pelos mais diversos territórios e realizava-se por meio de vários eventos, atingindo diferentes segmentos da sociedade. A entrega das armas, por sua vez, restringia-se, naquele momento, aos territórios da periferia da cidade do Rio de Janeiro, atingindo portanto grupos específicos. Outro ponto importante a considerar é que o recolhimento de armas se dava majoritariamente nos espaços de igrejas evangélicas, o que delimitava o alcance de mobilização da Campanha e direcionava ainda mais seus objetivos. Para Moraes (2001), os pastores evangélicos investiram na instalação destes postos de recolhimento de armas com o objetivo de oferecer aos envolvidos no crime uma possibilidade de mudança de vida e conversão. Analisarei esta questão no capítulo quatro, comparando a atuação da Igreja Católica e das igrejas evangélicas na *Campanha do Desarmamento de 2004*. Por ora, é suficiente frisar que aqui se manifestava um descompasso entre esse objetivo dos evangélicos e o objetivo último do Viva Rio nesta campanha: a mobilização do "cidadão de bem", tanto para o recolhimento das assinaturas, como para a entrega das armas.

Neste processo em que parcerias, alianças e oposições formaram o campo de disputas em torno da questão do desarmamento no país, o Viva Rio definiu os principais instrumentos de *ação e participação* da Campanha: a entrega das armas, de caráter ritualístico, e a expressão individual de adesão à causa proposta através do abaixo-assinado no *Rio Abaixo essa Arma*, e/ou da votação no Referendo - também de caráter participativo e marcada pela valorização da cidadania e do civismo. Vale ressaltar que um discurso de fundamental importância nos debates propostos pelo Viva Rio e nos diversos eventos em que acionaram estes instrumentos *de ação e participação*, foi o discurso religioso, que analisarei mais detalhadamente também no capítulo seguinte.

É interessante notar, contudo, se consideramos de modo isolado os usos destes *instrumentos de ação* em cada iniciativa do Viva Rio, as diferentes configurações e repercussões que adquirem em cada contexto, bem como suas implicações para o "sucesso" ou fracasso de cada iniciativa. Percebemos que, se num primeiro momento, na campanha *Rio abaixe essa arma* a atividade de recolhimento das armas gerou polêmica e não foi bem aceita pela opinião pública, num segundo momento, já na *Campanha do Desarmamento de 2004*, o recolhimento de armas representou o carro-chefe da campanha, sendo o principal mecanismo de mobilização e agregação dos atores. Da mesma forma, a atividade de recolhimento de assinaturas e a votação do Referendo foram instrumentos centrais para mobilização dos atores e promoção do debate, ainda que não tenham ocasionado os efeitos esperados pela ong entre a opinião pública em geral.

Na *Campanha do Desarmamento de 2004*, tanto o recolhimento de armas como o Referendo subentendiam uma lógica em que a participação dos cidadãos produzia uma transformação social, para além de medidas políticas legais. O recolhimento de armas, antes uma atividade secundária e estigmatizada por restringir-se aos grupos associados às chamadas *classes perigosas*, voltou-se, então, para os "cidadãos de bem", antes imaculados e agora contaminados pela violência. Da mesma forma, a mobilização para o Referendo, assim como o recolhimento de assinaturas, representava um passo adiante no combate à violência graças aos debates e articulações que produzia. Vejamos, agora, de que forma a Campanha do Desarmamento de 2004 incluía, a partir desta lógica, grupos sociais minoritários e estigmatizados, analisando seu investimento simbólico e educativo na mobilização de mulheres, jovens e crianças em torno da causa do desarmamento, bem como a participação na campanha daqueles que se apresentaram

como seus legítimos representantes: os movimentos feministas, de capoeira e do *hip hop*.



3.2 *Hip Hop*: aliança pelo **Sim no Desarmamento**

“O Hip Hop é mais poderoso que qualquer arma de fogo ou orquestração genocida... na disposição de cada um dos nossos o futuro de todos!” (Site *Aliança Hip Hop*⁹⁰)

Para garantir a conscientização do cidadão comum, a campanha *Rio Abaixo essa Arma* e todas as campanhas que marcaram a luta do Viva Rio e seus aliados pelo desarmamento adquiriram, desde então, um forte caráter educativo e, mais ainda, civilizatório. Em 2001, após a divulgação do videoclipe “Soldado do Morro”, produzido pelo *rapper* MV Bill - que, segundo *site* da ONG, embora acusado de apologia ao crime e às armas, pretendia revelar a realidade dos jovens envolvidos no tráfico de drogas e alertar seus familiares - surgiu a idéia da campanha *Mãe, Desarme seu Filho*. Produzida pelo grupo cultural Afro Reggae, por MV Bill⁹¹ e pelo Viva Rio, a campanha contou com eventos em Vigário Geral e nos Complexos da Maré e do Alemão que promoviam debates, *shows* e quebras de armas como forma de incentivo ao desarmamento e de conscientização das famílias.

Ao apontar os moradores de favelas e periferias cariocas como instrumentos importantes na produção de uma cultura de paz na cidade e, ao mesmo tempo, objetos de investimento em educação e civilização para que esta paz fosse possível, os atores sociais envolvidos neste projeto de pacificação que tem o desarmamento como expressão moral e legal, reconheciam também a infância e a juventude da favela e das periferias como instrumentos e objetos de mobilização social. *A cidade partida*, em pé

⁹⁰ <http://www.aliancahiphop.com.br>

⁹¹ MV Bill, "Mensageiro da Verdade Bill", *rapper* carioca, nascido na Cidade de Deus, que ganha visibilidade na mídia ao divulgar o vídeo *Soldado do Morro*, com imagens jovens e crianças portando armas.

de guerra, naquele contexto, era representada pela guerra entre a polícia e o tráfico de drogas, entre os *bandidos* e os *cidadãos de bem*, entre as *classes perigosas* e a *elite carioca*. Deste modo, a violência era personificada, ganhava nome e identidade em cada jovem negro e pobre, morador da periferia da cidade. Cada um destes jovens tornava-se um bandido em potencial e cada bandido representa a “síntese do mal absoluto”. Os *cidadãos de bem*, por sua vez, só podiam odiá-los, ou, simplesmente, ignorá-los no cotidiano da cidade, desde que se mantivessem distantes e invisíveis.

Para Soares (2005), a demarcação e o monopólio dos espaços que a apartação social gera têm expressão máxima na ocupação do território das favelas no Rio pelo tráfico de drogas: os traficantes – jovens ignorados pela sociedade, à margem da ordem e privados de seus direitos de cidadãos durante toda a sua curta vida – rejeitariam a ordem social e estabeleceriam suas leis nas favelas. Assim, estes jovens responderiam à invisibilidade, ao preconceito e ao estigma com ódio, muito ódio e violência. Soares, em *Cabeça de Porco*, então, constata:

Havia mesmo algo diferente no ar, na cidade, no país, nas favelas e periferias. (...) Algo diferente na cabeça da juventude e muito particularmente na cabeça daquele grupo de rapazes e meninos em armas, nos morros do Rio. Ódio sempre existiu. Ódio está aqui, ali, onde houver vida humana. Violência também está em todo lugar. Crime é parte da rotina de toda cidade. (...) O que está acontecendo é diferente. No Rio, há muito crime violento há décadas. Isso se sabe. O novo, o que é perturbadoramente novo é o ódio, o volume e a quantidade de ódio que corre nas veias dos garotos (Athayde, MV Bill e Soares, 2005: 109).

Ainda segundo Soares, o ódio e a violência ganham proporções insustentáveis, à medida que se acirram desigualdades. Estes constituem, portanto, em formas de reação

à exclusão social. No Guia *Armas de Fogo: proteção ou risco?*, o autor reafirma esta lógica, que se estende à relação do jovem com a arma. O jovem pobre de periferia que, "por força de preconceitos ou por conta da indiferença generalizada, perambula invisível pelas cidades brasileiras" e envereda pelos caminhos da criminalidade, salta "da sombra em que desaparecera e se torna visível" ao apontar uma arma para o cidadão comum: "a arma será o passaporte para a visibilidade" (Athayde, MV Bill e Soares, 2005: 135). O autor admite, contudo, que este não é o único caminho e aplaude as alternativas criadas aos jovens para que fujam do caminho do crime. É este, para ele – e também para MV Bill e Celso Athayde, co-autores de *Cabeça de Porco* – o caso do *hip hop*.

3.2.1 Armar a palavra para desarmar mãos e corações

Naquele momento agudo, Flora pensa em largar tudo e entrar para o tráfico. Deseja armar-se para que a metralhadora não seja apenas a metáfora do ódio, mas o instrumentalize. Um amigo rapper captura Flora em pleno vôo sobre o despenhadeiro e lhe aponta uma alternativa: canalizar sabedoria, experiência, amor e ódio, e seu imenso senso de responsabilidade, para a arte e a política. Flora concorda. É preciso dar voz às suas idéias e traduzi-las em atitude, enriquecendo a usina do **hip-hop**. Vale a pena manter sua presença nas rádios comunitárias e agir para tornar-se, ela mesma, Flora, um dia, notícia de um novo tipo, notícia boa, que se possa casar, no quebra-cabeça, com boas novas sobre a cidade (2005: 150, grifos dos autores).

Este trecho narrado por MV Bill em *Cabeça de Porco*, nos apresenta o papel do *hip-hop* na vida da personagem Flora, uma jovem que se revolta diante da dor e da violência que vivencia ao perder seu irmão, envolvido com o tráfico de drogas. Aqui

percebemos o *hip-hop* como alternativa diante do caminho que se estreita e empurra a personagem em direção ao crime. Soares chama atenção para a força do *rap*, que “valoriza a palavra, celebra a palavra, num momento em que sua posição cultural, no universo dos jovens seduzidos pelo tráfico, parece ceder à força da brutalidade armada”. Se, por um lado, a violência se constitui uma forma do jovem reconstituir sua identidade e recuperar sua auto-estima pela imposição da força, por outro, o poder do *hip-hop* se concretiza na possibilidade que este oferece de reconstrução da identidade a partir da ação afirmativa.

O **hip-hop** acena com a paz politizada, que se afirma com agressividade crítica, isto é, com estilo afirmativo de orgulho reconquistado. A **atitude** é o avesso da violência. Mesmo sendo mais abrangente que a linguagem verbal, incorporando as modulações da coreografia e do grafismo criativo, a **atitude** cultua a oratória pública e a riqueza lexical das rimas, pontuadas pelo ritmo (Athayde, MV Bill e Soares, 2005: 84, grifos dos autores).

A *atitude*, componente fundamental da identidade do jovem adepto ao *hip hop*, torna-se instrumento que orienta seu “estar no mundo” e seu “agir no mundo”. Está presente, portanto, como expressão artística, como prática e como discurso no cotidiano destes jovens. Como aponta Pinheiro, analisando a participação de artistas do *hip hop* na Campanha *Basta! Eu quero paz*, há uma forte identificação entre o modelo do *hip hop* de relação com a política – “produção cultural que combina denúncias de violência simbólicas e explícitas geradas no cotidiano das periferias” (Pinheiro, 2004: 302) – e o modelo de manifestação do Viva Rio, em que a “palavra” é também valorizada, celebrada, como se falar da “paz” produzisse a “paz”.

Vale ressaltar, contudo, de que modo a “palavra” pode ser valorizada num

modelo de atuação que preconiza a conciliação em oposição ao debate, a celebração em oposição ao protesto. A "palavra" ganha importância, nesta lógica, à medida em que enuncia relações fundamentadas pelo pacifismo e pelo civismo e conferindo significado à causa da paz. Nas experiências individuais e coletivas propostas nas manifestações organizadas pelo Viva Rio e seus aliados, o uso das palavras pode orientar a expressão dos sentimentos, a conscientização e a convocação dos indivíduos à adesão à causa proposta. Neste sentido, "palavra" e "silêncio" se combinam ao caráter ritualístico de seus eventos, expressando sempre uma adesão à "paz" e celebrando a produção da "paz" no interior de cada coração e a sociedade como um todo.

O formato de manifestação artística que caracteriza o *hip hop*, baseado nas denúncias e protestos contidos em suas letras e falas públicas, combina-se em três direções à organização das demandas e das ações que marcam as manifestações do Viva Rio. Primeiro, ao assumir o papel de expor um estado de violência a ser refletido e combatido; tarefa que, inclusive, coube ao *hip hop* realizar no *Basta!*. Segundo, ao se apresentar como um canal positivo para expressão da revolta e do sofrimento dos grupos sociais menos favorecidos, uma vez que o *hip hop* enquanto movimento social põe em questão as clivagens sociais e, no caso do Rio de Janeiro, os muros da *cidade partida*⁹². E, por último, na medida que sua participação na Campanha, através da *Aliança Hip Hop pelo Sim*, reiterar o apelo à uma nova forma de convívio social, baseada na solidariedade e na paz.

Esse apelo à reconstrução da sociabilidade nas grandes cidades brasileiras, através da valorização e disseminação dos princípios da paz e da solidariedade, esteve no centro da *Campanha do Desarmamento* que operou com e buscou difundir entre a população brasileira noções de civismo e pacifismo estreitamente relacionadas à

⁹² Veja-se, por exemplo, a análise desenvolvida por Novaes (2001) sobre a cultura-movimento *hip hop*.

adesão ao desarmamento. E a *Aliança Hip Hop* teve papel importante na construção desse perfil de cidadão, pacífico e comprometido com o bem-estar da sociedade. Em novembro de 2004, membros do movimento *hip hop* acionaram mais uma vez uma rede de apoio ao desarmamento e mobilizaram grupos no interior do movimento para organizar o evento *Viva Zumbi – Edição Especial Rap sem Armas*, como apresentei na introdução deste trabalho. A partir deste momento, falas de personalidades conhecidas no interior (do) e para além do universo do *hip hop* marcariam a opinião pública nacional na defesa do desarmamento e do Referendo. O site *VivaFavela*, trazia, em reportagem sobre o evento mencionado acima, a fala de Def Yuri, personalidade conhecida no *hip hop*, importante interlocutor entre os artistas do movimento e o Viva Rio, apresentado no *site* como coordenador de cultura da ong, afirmando que "o *hip hop* tem grande força ativista e que democratiza a informação do desarmamento"; "é uma linguagem de forte impacto"⁹³.

Def Yuri foi uma das figuras de maior destaque no cenário do *hip hop* a utilizar sua fala e sua influência na defesa do desarmamento no espaço público. Vários artigos no site *VivaFavela* confirmaram sua posição e apresentaram argumentos relacionados ao tema dos Direitos Humanos. Na carta que escreveu ao presidente da república, divulgada pelo site em 26 de março de 2005, Def Yuri denunciava a impunidade como uma das principais causas da violência e os sistemas judiciário e presidiário como perpetuadores da criminalidade e reprodutores das desigualdades sociais.

No *site Viva Favela*, já após a derrota do "sim" no Referendo, Def Yuri elogiava a formação da *Aliança Hip Hop pelo Sim* por expressar uma cultura *hip hop* participativa de fato, "que mostra a cara e propõe mudanças, não se escondendo, não se omitindo, exercendo ao pé da letra o que alguns chamam de participação cidadã"⁹⁴. Yuri

⁹³ Reportagem *Rap sem Armas comemora o Dia do Zumbi em Santa Teresa*, site *VivaFavela*, dia 22 de novembro de 2004, acesso em www.vivafavela.com.br.

⁹⁴ Reportagem *Salve Aliança*, site *Viva Favela* do dia 03/11/2005.

defendia o caráter propositivo da Campanha, muito criticado no curso da mesma, argumentando a favor do poder da palavra para conscientizar para a ação, e analisava a vitória do "não" como resultado da atuação de “defensores de discurso e ideologia” comprometidos, em última instância, com o interesse das elites no país. Reafirmando o *hip hop* como movimento de minoria, identificava-se àqueles que defenderam a escolha do "sim" que, na sua avaliação, representava o bem maior para o país. Estes seriam os marginalizados, os privados de seus direitos e da igualdade que a sociedade teoricamente lhes garantiria. Assim, Def Yuri afirmava que

todos que participaram da *Aliança Hip Hop Pelo Sim* estão de fato lado a lado com aqueles que mais sofrem, mostrando que também somos indesejáveis e nessa condição devemos prosseguir sem trégua em busca da Justiça Social⁹⁵.

Justiça Social é, portanto, apresentada como objetivo principal de todas as ações e parcerias que a *Aliança Hip Hop* realiza. Apoiar o desarmamento significou, entretanto, apoiar o projeto de sociedade idealizado por determinados atores que pensam a sociedade, a violência e a paz seguindo parâmetros específicos. No site *AliançaHipHop*, produzido especialmente para a ocasião do Referendo, o grupo define como meta "alinhar diferentes atores da cultura *hip hop* brasileira com conhecido comprometimento em participações sociais, tendo como objetivo principal apoiar - da nossa maneira e com a nossa fala a campanha pelo SIM no referendo". E afirma que pretende atingir, além dos simpatizantes da cultura *hip hop*, crianças, jovens e adultos que se enquadram no perfil das vítimas preferenciais da matança por armas de fogo que, segundo dados da UNESCO, resultaram no período de 1993 a 2003, em quinhentos e cinquenta mil mortes. Assim, o grupo identifica-se diretamente com este segmento

⁹⁵ Idem.

social, por também sofrer o "descaso e desatenção da sociedade" que os "envenena" com as armas e as drogas trazidas para o país " juntamente com o servil vírus do ódio" que objetiva o "controle social":

Querem ver os nossos iguais lotando os depósitos de gente ou os dormitórios perpétuos,
Querem nos ver longe das escolas.
Querem conduzir a nossa cidadania e os direitos almejados.
Querem que nos lancemos a uma guerrilha fratricida armada que por eles é esperada, alimentada e facilmente contida.
Vamos contrariá-los de todas as formas possíveis e por todos os meios necessários, o primeiro passo é a uma Aliança de apoio ao SIM! De apoio ao desarmamento⁹⁶.

É interessante notar que o que é identificado como "mal" na sociedade, para além da violência e do tráfico de drogas, é a ação silenciosa de uma elite que ignora os sofrimentos dos menos abastados. Neste sentido, os ativistas do *hip hop* adotam uma postura de crítica à lógica capitalista liberal e defendem o igualitarismo. Esta postura está presente na fala de Mano Brown, líder do grupo Racionais MC's e ícone do *hip hop* seguido por milhares de jovens⁹⁷, que identifica o consumismo massificado na mídia como influência para a insatisfação e a revolta entre os jovens pobres que encontram na arma de fogo "um instrumento para ascender na sociedade de alguma forma, de ganhar respeito, coisa que ele não conseguiria normalmente, ou não da forma que ele queria". Está presente também na fala de MV Bill que, em entrevista à revista *Cult*, também divulgada pelo *site AliançaHipHop*, critica a mídia, sempre voltada a interesses de mercado e pouco comprometida com "a construção de uma nação sadia", bem como defende a interação entre os moradores do asfalto e da favela na busca de interesses comuns. Nas palavras do *rapper*,

⁹⁶ www.aliancahiphop.com.br.

⁹⁷ Cf. entrevista para a revista *Agora*, também divulgada no *site AliançaHipHop*, www.alancahiphop.com.br.

interagir com o asfalto é uma necessidade, os seres humanos precisam conviver (...) não existe outra forma de pensar num futuro equilibrado. É bom deixar claro que essa convivência aproxima as pessoas e o entendimento entre elas, mas as diferenças não mudam necessariamente⁹⁸.

Ainda no site *AliançaHipHop*, a divulgação de um artigo do doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ, Elídio Marques, revela a aproximação do movimento com um discurso de esquerda na defesa ao desarmamento, que valoriza o caráter democrático do Referendo e sua relevância ao desmontar um mercado de armas que só atende ao interesse de grandes empresas. Contra a idéia de que cada homem tem o direito de se defender - que subentende o direito de se armar para defender sua propriedade na lógica capitalista - o autor argumenta a favor do direito à vida que se sobrepõe ao direito à propriedade. A lógica do armamento só atenderia ao interesse das elites, que se protegeriam, assim, das massas pobres e revoltadas⁹⁹.

No contexto deste debate em curso na cidade do Rio de Janeiro, vale frisar que, se, por um lado, a formação da *Aliança* representa uma parceria deste grupo com a sociedade civil, com base em sua adesão a formas de mobilização e atuação que suspendem posições sociais e conflitos de "classe", por outro lado, apresenta-se também como uma resposta à indiferença e à omissão da sociedade em relação a estes conflitos. Ao mesmo tempo em que fala de desarmamento acionando o repertório simbólico e os argumentos utilizados pelo Viva Rio e seus aliados para defender uma *cultura de paz* e um modo de vida que subentenda as desigualdades delas resultantes, mas minore os conflitos, este grupo de militantes do *hip hop* reivindica o desarmamento de crianças e jovens seduzidos pelo poder da arma em uma sociedade que aparta e estigmatiza.

⁹⁸ Entrevista intitulada *MV Bill e a leitura das favelas*, publicada na revista *Cult* e divulgada no site da Aliança Hip Hop: www.aliancahiphop.com.br.

⁹⁹ Artigo *Referendo das Armas: razões de esquerda para responder "sim"*, fonte www.aliancahiphop.com.br.

Reivindica também é o direito à segurança e a um sistema legal justo e universalista. As controvérsias associadas aos discursos dos ativistas do *hip hop* em seu apoio à Campanha do Desarmamento deram margem a críticas no interior do próprio movimento. O que não impediu, no entanto, o sucesso desta parceria, que inspirou inclusive o surgimento de novas redes de apoio à Campanha, como foi o caso da parceria entre o Viva Rio e grupos de capoeira na cidade do Rio de Janeiro.

3.3 Capoeiras, jovens, crianças e mulheres na Campanha: de objetos da violência a atores pelo desarmamento

Dois eventos marcaram a participação de grupos de capoeira cariocas na reta final da Campanha do Desarmamento. Um deles foi o *1º Encontro Gingando pela Paz*, realizado na sede do Viva Rio no dia 02 de setembro de 2004, com a participação de mestres, contramestres e professores de capoeira, pesquisadores da cultura da capoeira, representantes da cultura afro-brasileira e de movimentos culturais. Este teve por objetivo divulgar o apoio destes atores ao desarmamento, como já apontei na introdução deste trabalho. A parceria entre a ong e este segmento teve origem no projeto *Gingando pela paz* que, levando a capoeira às "comunidades carentes", propunha "criar um espaço para a construção do conhecimento, fortalecimento e disseminação da arte da capoeira, entre outras linguagens culturais, além de participar de campanhas que multipliquem a cultura da paz"¹⁰⁰. A idéia era que a prática do esporte e o envolvimento de jovens e crianças em questões de relevância social como o desarmamento constituiria uma espécie de aprendizado da prática da cidadania, afastando-os da marginalidade e do crime.

Outro evento que contou com a participação dos capoeiristas e ganhou destaque na mídia foi a *Caminhada pelo SIM no Referendo na Praia de Copacabana*, realizada

¹⁰⁰ www.vivario.org.br.

no dia 02 de outubro de 2004. A proposta do evento foi reforçar o apoio do segmento à construção de uma *cultura da paz* e o investimento na infância e na juventude como instrumentos centrais para a reversão da *cultura da violência*. É importante destacar que, para além de envolver os participantes do projeto *Gingando pela Paz* na *Campanha do Desarmamento* e na construção de uma *cultura da paz*, estes eventos também tinham o sentido de demonstrar uma alternativa inscrita no campo de possibilidades dos segmentos sociais mais vulneráveis à violência. Deste modo, a mobilização de atores como os movimentos *hip hop* e de capoeira, inscrevia-se na lógica de organização da Campanha como elementos que produziam uma linguagem acessível aos mais atingidos pelos efeitos perversos do armamento e principais objetos na produção de uma transformação social. Para a educação das crianças para a paz, assim como dos jovens, no caso do *hip hop*, foi elaborada uma agenda específica no decorrer da Campanha, que adotava uma linguagem e um discurso próprios e tinha como principal articulador o Viva Rio.

A Campanha pelo Desarmamento Infantil, iniciativa da Editora Abril que contou sempre com o apoio do Viva Rio e do Instituto Sou da Paz, caminhou em paralelo à campanha nacional. Nos diversos eventos que produziu, propôs momentos em que a diversão e o aprendizado se uniram para chamar a atenção das crianças em relação ao tema. Entre jogos, leituras e pinturas, norteados pela idéia de que "violência gera violência", as crianças eram incentivadas a falar de paz e a rejeitar a arma de fogo. Entre as ações que realizou, em quatro anos de duração¹⁰¹, a campanha recolheu

¹⁰¹ A Campanha de Desarmamento Infantil foi criada em 2001 pela Editora Abril e, segundo o site do Viva Rio já havia arrecadado mais de quinhentas mil armas de brinquedos em quarenta e uma cidades brasileiras. De acordo com a reportagem *Campanha de Desarmamento Infantil recolhe armas de brinquedo até agosto*, do dia 13 de junho de 2005, Campanha começou em Barueri, na Grande São Paulo, a partir da idéia de jornalista integrante do CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança) da cidade que viu uma criança, acompanhada da mãe, apontar uma arma de brinquedo para um ônibus. O CONSEG propôs, então, uma Campanha de Desarmamento Infantil à DINAP (Distribuidora Nacional de Publicações), da Editora Abril, que a desenvolveu em parceria com a Prefeitura daquela cidade. Em 2004, a Campanha de desarmamento Infantil recebeu da UNESCO e do Viva Rio o "Prêmio Segurança Humana"(fonte: www.vivario.org.br).

aproximadamente quinhentas mil armas de brinquedo, distribuiu revistas em quadrinhos e inaugurou parques construídos a partir de armas de fogo destruídas.

Outra dimensão importante da participação da *Campanha pelo Desarmamento Infantil* na campanha nacional foi a utilização do personagem Cambito¹⁰², do Viva Rio, como ícone desta iniciativa entre o segmento infantil. O personagem Cambito, que representa a infância e a adolescência, principalmente favelada, reafirma para qual público o Viva Rio direciona em especial seu investimento educativo e civilizatório na *Campanha*. O personagem que, além de possuir um site próprio, teve suas charges e tiras divulgadas no período da campanha pelo *site ReferendoSim* e pelo *site* do Viva Rio, ressaltava a importância da conscientização quanto à situação da violência na cidade e ao poder ilusório que a arma confere, bem como a importância da manifestação do desejo de paz. Uma das tiras em quadrinhos do personagem, divulgadas à época da Campanha, resumia a importância da adesão à paz trazendo o seguinte diálogo:

Cambito: – Fiz um pedido neste natal. Pedi que nevasse no Brasil.

Cabeção¹⁰³: – Isso é impossível!

Cambito: – Os morros ficariam todos vestidos de branco.

Cabeção: – E daí? Significaria o quê?

Cambito: – Quem sabe paz...¹⁰⁴

¹⁰² O personagem Cambito, criação de Otávio Rios, com apoio do Viva Rio, é apresentado em seu site (www.cambito.com.br) como "um garoto de uma comunidade de baixa renda" que sonha em jogar futebol, embora seja um "tremendo perna de pau". A abertura do site ilustra sua comunidade, a Cambitolândia, uma alusão às favelas cariocas, e sua turma, personagens que desempenham um papel educativo em seus diálogos com o protagonista. No site de seu criador (www.otaviorios.com.br) Cambito é definido como "um personagem de cunho social que objetiva despertar valores de solidariedade, educação e cidadania. Criando uma identificação, procura elevar a auto-estima das crianças que vivem em comunidades de baixa renda. Ao mesmo tempo proporciona o despertar de uma consciência de solidariedade nas crianças e adultos das classes mais favorecidas."

¹⁰³ Assim é definido Cabeção, personagem amigo de Cambito em seu *site*: "Cabeção acredita que a saída para um futuro melhor é o estudo. Joga bola com a rapaziada mas sempre encontra um tempo para estudar. Gosta de Vaporzinho mas detesta quando ele tenta convencer Cambito a virar traficante". Vaporzinho é apresentado no site do Cambito como um "garoto que já entrou para o mundo do crime, trabalha para o tráfico. Tem dinheiro, pistola importada e só veste roupas de marca [a ilustração deste personagem se contrapõe a de Cambito, que veste sempre uma bermuda velha e, ao contrário da pistola, anda sempre com uma bola de futebol]. Vive tentando convencer Cambito que esse é o melhor caminho." Acesso em <http://www.cambito.com.br/tiras/default.asp?tirinha=20031215>.

¹⁰⁴ Retirada do site www.cambito.com.br. Veja a tira em quadrinhos no Anexo 4.

Neste texto podemos identificar, mais uma vez, a lógica de atuação e mobilização em torno da paz proposta pelo Viva Rio, lógica que, como analisado anteriormente, circunscreveu os eventos e discursos durante a Campanha e a partir da qual todos os atores envolvidos buscara afirmar sua adesão à causa, apresentando suas demandas próprias e tentando alinhá-las ao projeto de construção de uma *cultura da paz*. Nesta lógica, em que propõe uma demanda universal pela paz e se une a todos, sem se opor a ninguém, a ong define-se como minoria, identificando-se e colocando-se ao lado de outras minorias, peças-chaves na reversão da *cultura de violência* dominante e marcadamente masculina. E as mulheres são apontadas como mais uma entre estas minorias.



3.3.1 *Arma Não! Ela Ou Eu*: mobilização feminina pelo desarmamento

Em maio de 2001, mais precisamente no dia das mães, o Viva Rio lançou uma campanha nacional pelo desarmamento cujo foco eram as mulheres: *Arma Não! Ela Ou Eu*. A campanha buscava conscientizar as mulheres de sua importância na reversão da cultura da violência, através da adoção de uma postura de rejeição ao poder pela força e pelas armas como valor que compõe o universo masculino. Esta campanha contou com um primeiro evento no bairro da Lagoa, onde artistas como Malu Mader e Paula Toller distribuíram flores e folhetos que alertavam para o perigo do porte de arma em casa, e uma significativa propaganda na mídia com a participação de artistas e personalidades públicas.

Se a doença da arma e da violência crescentes é masculina, então a cura deve vir através da mulher. Com uma boa dose de bom senso, instinto de proteção, autoridade e poder de persuasão, a mulher pode se transformar num poderoso agente de mudanças para conscientizar os seus homens - namorados, maridos, irmãos ou filhos - a largarem as armas, que representam muito mais um perigo que uma proteção para quem as usa, como demonstram as estatísticas¹⁰⁵.

Na *Campanha do Desarmamento de 2004*, diversos debates e seminários foram realizados com o objetivo de conscientizar essa parcela da população de sua importância na defesa ao desarmamento. Suas posições de mães e esposas lhes garantiria importante poder de persuasão no combate a argumentos desfavoráveis. Já no dia 15 de março de 2005, o Viva Rio organizou, com o evento *Violência Contra Mulheres e Controle de Armas*¹⁰⁶, um debate com a presença autoridades e pesquisadores do tema do país e do mundo. Além de dar visibilidade ao papel da mulher no contexto da violência armada, o objetivo do evento, era situar a violência armada e a violência contra a mulher no mesmo campo temático e como duas faces do mesmo problema social. Buscava também disseminar dados, informações e ferramentas para análise do problema da violência de gênero e da violência armada sob a ótica da mulher. O debate trouxe dados do relatório da ONU, *O impacto das armas nas vidas das mulheres*, alertando para o fato de que a violência doméstica torna-se mais letal quando combinada com a arma de fogo, já que "as chances de uma mulher ser morta por arma de fogo aumentam cinco vezes se o seu

¹⁰⁵ Reportagem *Arma não! Ela ou eu* do dia 10 de setembro de 2001, <http://www.vivario.org.br>.

¹⁰⁶ Na programação do debate estiveram presentes: **Dra. Wendy Cukier** (Universidade Ryerson – Canadá), apresentando pesquisas e ações internacionais sobre o tema; **Bárbara Musumesi** (Pesquisadora, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEC), apresentando dados sobre violência, criminalidade e gênero no Brasil; **Ana Urutia** (Coordenadora da Campanha Stop Violence Against Women – Anistia Internacional/Inglaterra) e **Rebecca Peters** (Diretora da International Action Network Small Arms/Inglaterra), apresentando o relatório “O impacto das armas na vida das mulheres”, e informações sobre como foi o encontro Beijing + 10, na sede da ONU, em Nova York; e, por fim, **Gary Barker** (Diretor do Instituto Pró Mundo/Rio de Janeiro) e **Benedito Medrado** (Coordenador Nacional da Campanha do Laço Branco/Recife), apresentando o trabalho que fazem com homens para reduzir a violência contra mulheres.

parceiro tiver acesso ao artefato. A presença de uma arma de fogo em casa, por sua vez, aumenta o risco de uma mulher ser assassinada a tiros em 272%"¹⁰⁷.

O dia 23 de setembro de 2005 marcou definitivamente a adesão de movimentos femininos à campanha e sua participação na *Frente Parlamentar Brasil Sem Armas*. No lançamento do *Comitê Feminino Pelo Desarmamento*, mais uma vez foram apresentadas as estatísticas de jovens atingidos pela violência armada ressaltando-se que, por trás de cada morte, havia sempre a dor de uma mulher. Integravam o comitê mulheres parlamentares (deputadas e vereadoras), a Rede Feminista de Mulheres, a OAB Mulher, estudantes, profissionais e donas-de-casa. O *Comitê Feminino Pelo Desarmamento* produziu um Manifesto de Apoio ao Desarmamento divulgado no site *ReferendoSim*. No manifesto, estas mulheres reivindicavam o fim das tragédias causadas por armas de fogo e segurança para suas famílias. Argumentavam que a presença da arma acaba por tornar os mais próximos seus maiores inimigos - seja um marido ciumento e alcoolizado, seja um vizinho furioso e descontrolado - enfatizavam a importância da mobilização feminina em torno da causa do desarmamento, convocando as mulheres a assumirem sua posição de formadoras de opinião.

O sentido de violência ressaltado estava ligado, principalmente, ao ambiente doméstico, ao universo dos crimes passionais ou a resultados do machismo, da covardia e da imposição da força masculina. Assim, ao mesmo tempo em que se alinhavam aos discursos dos atores envolvidos na *Campanha*, voltados ao cidadão comum, as mulheres do *Comitê Feminino Pelo Desarmamento* distanciavam-se do debate sobre violência e segurança pública, uma vez que não tratavam da criminalidade propriamente, mas de "fatalidades" no ambiente próximo. Embora inscritos no investimento simbólico de combate à cultura violenta e machista que perpassou toda a Campanha e, mais ainda, o

¹⁰⁷ Reportagem *Viva Rio promove encontro sobre "Violência Contra Mulheres e Controle de Armas"*, do dia 11 de março de 2005. Fonte: <http://www.vivario.org.br>.

processo de manifestações e articulações em favor do desarmamento que se estendeu por uma década, os discursos apresentados pelos movimentos feministas não obtiveram o alcance e a repercussão almejados.

Assim como a participação das mães de vítimas de violência na Campanha foi definida a partir de sua condição de mediação, que lhe conferia legitimidade para falar de violência, e resultou na limitação da expressão de suas demandas e luta política, a atuação dos "movimentos femininos", inscrevendo-se na lógica que presidiu a *Campanha*, valorizou apenas a condição de mediadoras das mulheres no universo masculino. Utilizar a imagem da mulher, confirmada pela presença de suas representantes no espaço público, compunha a lógica de mobilização da *Campanha*, mas não significou introduzir o ponto de vista ou suas demandas na mesma¹⁰⁸. Mais uma vez a idéia que estruturou a *Campanha* se atualizava: a produção da "paz" se garante com adesão à "paz".

A participação deste e dos demais atores analisados neste capítulo desenvolveu-se segundo a lógica de agregação e atuação do formato de organização de eventos e movimentos engendrados pelo Viva Rio desde sua fundação e que, acima de tudo, consolidou uma noção de paz que há anos vem sendo construída na sociedade brasileira. Esta noção de paz relaciona-se a proposta de adesão a um novo *ethos* e a novos comportamentos que pressupõem a convivência cordial entre diferentes. No entanto, o que chama atenção aqui é que esta proposta envolve, sobretudo uma transformação pessoal, interior, na qual as experiências de compartilhamento e pertencimento ao conjunto da cidade, através da participação nos eventos do Viva Rio, seriam momentos significativos. Com isto quero dizer que "paz", nesta lógica, não representa a negação das diferenças e desigualdades que originam os conflitos, mas a neutralização destes,

¹⁰⁸ Esta condição de mediação restrita ao ambiente doméstico e masculino é exemplar a, campanha, também de 2001, *Mãe, Desarme seu filho*.

ainda que as primeiras permaneçam, o que só poderia ser obtido através da adesão dos cidadãos, através da experiência desta possibilidade por ocasião dos eventos, aos novos *ethos* e comportamentos congruentes com a paz.

Os discursos em torno do projeto de construção de uma *cultura da paz* e da apresentação dos atores sociais engajados nesta causa apontam para os elementos que fundamentam esta proposta. Os indivíduos são convocados a aderir à mesma através do exercício da cidadania, mas especificamente através de uma atitude solidária, caritativa, de responsabilidade social. A cidadania, nesta ótica, expressa-se através da caridade aludindo às desigualdades à medida que afirma e reafirma a diferença entre os que têm mais e os que têm menos, entre os mais fortes e os mais fracos. Todavia, ameniza os conflitos pois se constitui mais em uma linguagem religiosa, ou cristã que examinarei no capítulo seguinte, e menos em uma linguagem de direitos e disputas pelos mesmos. Mais do que isso, a cidadania constitui-se a partir de uma linguagem de mercado, de consumo, à medida que aderir a este projeto significa também consumir as marcas e os símbolos que representam a paz.

Na introdução a este trabalho apresentei o lançamento da campanha publicitária *Ser Hype é Ter responsabilidade social*, realizada no evento *Babilônia Feira Hype*, em uma edição especial de apoio à Campanha do Desarmamento, para ilustrar o caráter desta forma de convocação. No conjunto das manifestações e discursos em torno do desarmamento, contudo, percebemos várias iniciativas deste tipo, trazendo um apelo à paz que se utiliza do marketing e opera, de certa forma, em uma lógica de mercado. A utilização da mídia reforça este caráter e, além disso, propõe uma espécie de adesão que pode ser virtual, quando, por exemplo, convoca os sujeitos a vestirem branco e acenderem velas, ou a orarem em um determinado horário, permanecendo em suas casas. Deste modo, todos os que aderem sentem-se agregados sem efetivamente estar

lado a lado. Ao assistirem um videoclipe a favor do desarmamento com a presença de artistas, ou mesmo a propaganda eleitoral para o Referendo divulgando o apoio do movimento *hip hop* ou de "movimentos femininos", as pessoas podiam - e foram instadas a - aderir à causa enquanto consumiam estas imagens, mesmo que não participassem efetivamente de qualquer manifestação. Mais importante ainda, podiam aderir à causa da paz, ou ainda definir-se contra a violência, a favor do desarmamento e votar não no Referendo sobre o comércio de armas¹⁰⁹.

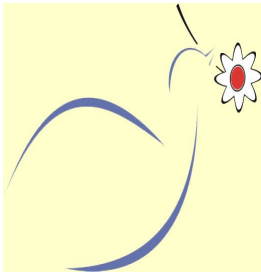
Outra dimensão desta forma de adesão caracterizou a participação dos atores na Campanha. A valorização da palavra e da atitude entre os adeptos do *hip hop*, a posição de mediação das mulheres e das mães de vítimas de violência, a valorização da educação e do civismo entre os envolvidos na Campanha pelo Desarmamento Infantil são elementos que demonstram o *ethos* e os comportamentos congruentes com a "paz" propostos durante a Campanha. A forma pela qual estes elementos ganharam significado em sua lógica de organização permitia aos indivíduos identificarem-se a estes atores sem aderirem a suas demandas específicas. Todos podiam, então, aderir à causa da "paz" como uma **marca**, como uma **imagem** que supunha a igualdade sem se traduzir nela. Não quero dizer com isto que os atores envolvidos neste projeto de construção de uma sociedade mais pacífica defendiam a produção de uma mentira, de uma ilusão. Pelo contrário, como já apontei anteriormente, nesta lógica de mobilização falar da "paz" e celebrá-la garantia sua existência em última instância. Ressalto apenas que nesta estratégia de produção da "paz" reafirmam-se posições sociais e relações de poder na medida em que caridade e responsabilidade social garantiam inclusão social como uma dádiva e não como um direito. A adesão à "paz" no universo do consumo

¹⁰⁹ Para as diferentes percepções sobre a *Campanha do Desarmamento* e as motivações para o voto no Referendo, ver Comunicações do ISER (2006)

valoriza o indivíduo em sua posição social e a produção da "paz" significa, entre outras coisas, a inclusão dos indivíduos neste universo.

CAPITULO 4

O projeto de uma *Cultura da Paz* em construção no espaço público brasileiro



A participação dos atores na organização da *Campanha do Desarmamento* dependia, acima de tudo, de um enquadramento de discursos e demandas às propostas de seus idealizadores. E com maior ou menor resistência, todos os aliados foram incluídos no projeto de construção de uma *cultura da paz* que subentendeu as ações e discursos no decorrer da *Campanha*. Dos atores engajados, os que mais alinharam sua fala pública em relação à Campanha aos discursos de seus principais organizadores foram os atores e seus agentes religiosos. A participação dos atores religiosos ajudou a produzir uma linguagem cristã que se fez entender não só entre os membros das diferentes igrejas por eles representados diretos, mas mostrou ter alcance na sociedade civil como um todo. Antes de analisá-la, entretanto, é necessário examinar o projeto de construção de uma *cultura da paz*, que firmou suas bases aproximando-se, em alguns aspectos, da ação social cristã.

Nem sempre as manifestações e projetos de iniciativa do Viva Rio estiveram relacionados à produção de uma *cultura da paz*. Ao menos não se definiam nos discursos da ong nestes termos. O projeto de construção de uma *cultura da paz* na sociedade brasileira foi pouco a pouco sendo forjado no espaço público brasileiro à medida em que o Viva Rio se aliava a algum de seus mais importantes representante na arena mundial, repercutindo na consolidação desta face da identidade da ong - isto é, como a portadora e a articuladora deste projeto na sociedade civil. A parceria entre o

Viva Rio e a UNESCO, de quase uma década, foi fundamental para a definição neste sentido.

Os discursos e ações da UNESCO e de seus aliados em torno da produção de uma *cultura da paz* começaram a ganhar destaque no país em meados da década de 90. Na mídia, a fala de seus principais representantes adquiriu destaque, afirmando seu posicionamento em relação às questões sociais polêmicas no país, como a fome, a miséria e a violência em suas diferentes facetas. Em artigo publicado no Correio Braziliense em 10 de março de 2007¹¹⁰, Jorge Werthein, representante da UNESCO no Brasil e coordenador do Programa UNESCO/MERCOSUL, apontava como objetivos centrais da organização, desde sua fundação, após a Segunda Guerra, a educação para a paz, a tolerância, a solidariedade e os direitos humanos em geral, bem como ressaltava a iniciativa da UNESCO de proclamar 1995 o "Ano das Nações Unidas pela Tolerância", como forma de definir a educação como a base para a compreensão intercultural, a democracia e a paz. Werthein apontava ainda a importância da educação na possibilidade de criar gerações futuras que respeitassem os direitos humanos, fossem tolerantes quanto às diferenças e, assim, capazes de resolver conflitos em potencial de maneira pacífica. E encerrava o artigo afirmando que "o desafio é encontrar meios de mudar definitivamente atitudes, valores e comportamentos a fim de promover a paz, a justiça social, a segurança, a tolerância e os direitos humanos."

Há uma década, a UNESCO nos apontava novos rumos para a atuação política na defesa dos direitos humanos e da justiça social no espaço público brasileiro: uma atuação voltada à mudança de "atitudes", "valores" e "comportamentos". E definia de *cultura da paz* como expressão e resultado último desta transformação social que se consolidaria no decorrer dos anos e garantiria novos parceiros. A UNESCO apresenta

¹¹⁰ Artigo *Tolerância e Paz*, divulgado no site oficial da Unesco - www.unesco.org.br

sua atuação na sociedade brasileira como expressa no *Programa Cultura de Paz* que constitui "um conjunto de valores, atitudes, tradições, modos de comportamento e estilos de vida, e vem sendo trabalhado no marco da transdisciplinaridade, dos direitos humanos e da educação". Uma linha de atuação que tem por compromisso

o respeito a todos os direitos individuais e humanos; a promoção e vivência do respeito à vida e à dignidade de cada pessoa sem discriminação ou preconceito; a rejeição a qualquer forma de violência; o respeito à liberdade de expressão e à diversidade cultural por meio do diálogo e da compreensão e do exercício do pluralismo; a prática do consumo responsável respeitando-se todas as formas de vida do planeta; a tolerância e a solidariedade; e o empenho na prevenção de conflitos resolvendo-os em suas fontes (que englobam novas ameaças não-militares para a paz e para a segurança como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental)¹¹¹.

O compromisso social que a organização assume internacionalmente se expressaria nacionalmente através da cooperação com governos em seus três níveis, União, Estados e Municípios, além do Poder Legislativo e da sociedade civil, na mobilização, conscientização e educação para a paz. Deste modo, a promoção de momentos de participação e reflexão sobre um dos principais males que acometem a sociedade atual, a violência, tem sido o carro-chefe das ações da UNESCO. Em 2000, definido como o "*Ano Internacional de Cultura para a paz*", a organização produziu, além de relatórios mundiais sobre cultura, desenvolvimento e educação para o século XXI e a "*Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*", o "*Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz e Não-Violência*",

¹¹¹ Site www.unesco.org.br.

um instrumento de mobilização e participação dos cidadãos através da adesão a um abaixo-assinado que correu o mundo e foi entregue à Assembléia Geral das Nações Unidas naquele mesmo ano. A passagem do Manifesto pelo Brasil coincidiu, acredito que propositadamente, com um dos eventos de maior repercussão pública organizados pelo Viva Rio no país até aquele momento: a campanha *Basta! Eu quero Paz*. Participando dos eventos que compunham a campanha, os cidadãos eram convocados a aderir ao Manifesto. Esta divulgação rendeu ao país o primeiro lugar no *ranking* de países do ocidente em número de assinaturas. A parceria bem sucedida entre estes atores consolidou-se desde então.

No artigo *Um Basta à Violência*¹¹², Jorge Werthein declarava o apoio da organização à campanha do *Basta!*, ressaltando a importância da mobilização gerada naquele momento em torno da questão da violência, e destacando que a mesma se somava à consagração da parceria entre a UNESCO, os cidadãos comuns, o empresariado e os órgãos públicos para a implantação de projetos para a educação da juventude através da arte e do esporte no país. A expressiva adesão ao *Basta!* representaria, acima de tudo, a "manifestação simbólica do desejo de todos de ver, na prática, as tantas promessas e teorias sobre paz". Ainda que Werthein sublinhasse que para muitos, sair de casa vestidos de branco, apagar as luzes às 19h e acender uma vela à janela pudessem ser apenas as expressões pitorescas do desejo de paz, considerava que, de fato, a campanha foi uma oportunidade a mais de manifestar, pacificamente, a própria indignação diante do quadro de violência vivenciado.

Ainda em 2000, outro tema relevante no cenário nacional, ganhava destaque na agenda da organização e em sua fala institucional. O desarmamento despontava como uma de suas principais demandas e, deste modo, a organização se alinhava à comoção

¹¹² Publicado, entre outros jornais, na Gazeta Mercantil do dia 06/07/2000 e divulgado no site oficial da UNESCO.

social produzida nos anos seguintes em torno da aprovação do Estatuto. Em um artigo de meados de 99¹¹³, Jorge Werthein já defendia o projeto de lei do governo brasileiro que proíbe a comercialização de armas de fogo e questionava o interesse de determinados grupos em "engavetá-lo", expressão contrária ao que definiu como o "ideal pacifista" da organização. Para o representante da UNESCO no Brasil, o desarmamento da população representava, em um "programa de cultura de paz" nacional, uma medida preventiva à médio prazo para o combate à violência, entre outras possíveis e fundamentais, tais como o reforço, a capacitação e a modernização do policiamento - à curto prazo - e a reeducação de crianças, jovens e adultos - à longo prazo. Leis como a do desarmamento, afirmava Werthein, dificultam a subtração da vida humana e criam na sociedade a necessidade de buscar alternativas à vingança com as próprias mãos ou à defesa arriscada - um argumento que se difundiu nos anos seguintes na sociedade brasileira com as campanhas pelo desarmamento das organizações da sociedade civil.

Em 2001, ano em que a UNESCO lançava a *Década Internacional por uma cultura de paz e não violência para as crianças do mundo*, pesquisas e seminários foram apresentados em torno do tema Juventude, Violência e Cidadania, como incentivo à produção de políticas públicas de desenvolvimento social¹¹⁴. A produção de conhecimento sobre a relação entre a juventude e a violência urbana no Brasil¹¹⁵ e no mundo incentivava também o debate sobre o desarmamento no país e se tornava base para a discussão do tema e a organização de diversos projetos pelo Viva Rio e seus aliados nos anos seguintes, como apontei no capítulo anterior. Em sua atuação

¹¹³ Artigo *O Necessário Adeus às Armas*, publicado no Jornal do Brasil do dia 21/06/2001 e divulgado no site oficial da UNESCO.

¹¹⁴ Ver, por exemplo, os resultados da pesquisa "Juventude, Violência e Cidadania no Município do Rio de Janeiro", realizada pela UNESCO em 1997, publicadas em Minayo et. al. (1999).

¹¹⁵ O Governo Lula definiu como um de seus focos prioritários, em 2003 e 2004, o tema da juventude, criando o "Projeto Juventude" que realizou pesquisas, seminários e detalhes sobre esta temática (Novaes e Vannuchi, 2004; Abramo e Branco, 2005). Vale ressaltar ainda que o mesmo governo organizou o Conselho Nacional da Juventude.

institucional, por sua vez, a UNESCO voltava-se mais propriamente à elaboração de projetos na área da educação infantil e juvenil, com destaque para o *Programa Escolas de Paz*, desenvolvido em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro no intuito de oferecer o espaço da escola nos finais de semana para atividades artísticas, desportivas e para o lazer de crianças e jovens, especialmente aos moradores de favelas, bairros pobres e periferias.

Nos anos seguintes, contudo, o projeto de construção de uma *cultura da paz* estaria cada vez mais associado ao debate sobre o desarmamento no cenário nacional e a Campanha de 2004 representaria o ápice deste processo. No artigo *Paz sem Fronteiras*, de 31 de dezembro de 2004, Wertheim comemorava o sucesso da campanha de recolhimento de armas, de iniciativas como a campanha pelo desarmamento infantil e, de modo geral, as vitórias alcançadas nos anos de luta pela elaboração e aprovação do Estatuto do Desarmamento. Para além dos elogios às iniciativas, defendia ações coesas em prol da paz no âmbito do Mercosul, identificando problemas comuns no que se refere à violência urbana nos países latino-americanos. Através de seu representante no Brasil, a UNESCO reafirmava seu apoio aos atores envolvidos na Campanha e sua posição de incentivo a iniciativas semelhantes por todo o continente sul-americano, de modo a provar que "se a violência não tem fronteiras, a paz também não!"¹¹⁶

Em junho de 2004, a UNESCO divulgou os resultados da pesquisa "Cotidiano das Escolas: Entre Violências", realizada em escolas públicas de cinco capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Belém) e do Distrito Federal, ressaltando que a extensão do porte e do uso de armas de fogo no ambiente escolar era resultado da cultura da violência no país. Outra pesquisa da UNESCO, lançada ainda naquele mês, apresentava dados alarmantes sobre o número de mortes por

¹¹⁶ Artigo publicado no jornal *La Nación* e divulgado no site oficial da UNESCO.

armas de fogo no Brasil da última década. Este superava o número de vítimas de diversos conflitos armados no mundo, como a Guerra do Golfo e os conflitos entre Israel e Palestina. O lançamento do livro “Mortes *Matadas* por Armas de Fogo no Brasil 1979 – 2003”, no Senado Federal, em 30 de junho, expressava o consenso entre as autoridades presentes com relação à necessidade e urgência da votação do Referendo.

A parceria entre a UNESCO e os atores engajados na *Campanha do Desarmamento de 2004*, em especial o Viva Rio, estreitou-se à medida que se reforçaram os discursos e as ações em torno do projeto de criação de uma *cultura da paz* no Brasil. A análise do programa social “Gente que faz a Paz”, uma parceria entre a UNESCO e o Viva Rio, permite demonstrar como se articulam as dimensões políticas e sociais deste projeto. O programa, em vigor atualmente, consiste em um curso de capacitação para formação de “agentes da paz” - professores advogados, artistas, religiosos, líderes comunitários e voluntários com o objetivo de multiplicar a cultura de paz em suas “comunidades”. Para a capacitação foi desenvolvido um kit multimídia, composto pelos seguintes elementos: um vídeo institucional; um CD de música; o livro “A Arte de Viver em Paz”, de Pierre Weil; a cartilha “Paz, como se faz?”; o informativo “Brasil Sem Armas”; um manual sobre resolução de conflitos; o livreto “Cultura de Paz – princípios, exemplos e instrumentos”; e um cartaz que procura sintetizar os diversos aspectos da construção de uma cultura de paz¹¹⁷.

¹¹⁷ Este material não era disponível para pesquisa na internet à época da Campanha. Atualmente pode ser adquirido gratuitamente no site do Programa - www.gentequefazpaz.org.br.

Os parceiros desta iniciativa, a Unipaz¹¹⁸, Associação Palas Athena¹¹⁹, Afroreggae¹²⁰ e Iniciativa das Religiões Unidas (URI)¹²¹, além da UNESCO e do Viva Rio - que representam, de certo modo, segmentos centrais de apoio e participação na Campanha: as ONGs, o Movimento *Hip Hop* e as religiões cristãs. O princípio central do Programa, "considerar a paz nos aspectos individual, social e ambiental", reforçam uma lógica de atuação pública que une o individual, o coletivo e o institucional na produção de novos comportamentos. Mais do que isto, como já discuti no capítulo anterior, o investimento aqui se concentra na produção de uma nova *imagem* do cidadão comum, que representaria, em menor escala, o projeto de uma cultura de paz que se concretizando em nossa sociedade.

Na introdução a este trabalho, ao tratar da participação das religiões na Campanha, destaquei a importância dos postos de recolhimento de armas nos templos para a adesão da população, examinando como o ato de entrega das armas, por um lado burocrático, tornava-se uma experiência religiosa, ou ainda mística, graças aos elementos do ambiente e dos discursos que se agregavam a este evento. Discuti o papel de um desses "agentes da paz", que buscava orientar/auxiliar os cidadãos a vivenciarem

¹¹⁸ Unipaz (Universidade da Paz) é um movimento internacional com membros do colegiado da Universidade Holística Internacional de Brasília que, desde a década de 80, desenvolve cursos para o aprimoramento do programa "A Arte de Viver em Paz", reconhecido pela 26ª Assembléia Geral da Unesco como sendo um novo método holístico de Educação para a Paz. Segundo o site oficial (www.unipaz.org), o movimento "trouxe a idéia de semear uma cultura de paz entre os vários segmentos sociais, além de tornar ampla a consciência e promover a integridade do ser, divulgando dessa maneira, o movimento holístico".

¹¹⁹ Centro de estudos Filosóficos sem fins lucrativos, criado em 1972, na cidade de São Paulo, agencia e promove, como afirma em site oficial (www.palasathenas.org), "programas e projetos nas áreas de Educação, Saúde, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Promoção Social, com a finalidade de aprimorar a convivência humana por meio da aproximação de culturas e articulação dos saberes".

¹²⁰ O Grupo Cultural AfroReggae (GCAR) surgiu em janeiro de 1993, na favela de Vigário Geral, inicialmente em torno do jornal Afro Reggae Notícias, até sua institucionalização e a inauguração, em 1997, do Centro Cultural AfroReggae Vigário Legal. A partir daí, a ONG estendeu sua atuação a outras favelas cariocas e, hoje, seus projetos e, em especial, seu grupo musical, já alcançaram visibilidade internacional. Mais informações sobre o Grupo podem ser encontradas no site www.afroreggae.org.br.

¹²¹ Como afirma o site oficial (www.uniaoplanetaria.org.br), a URI "é uma organização enraizada em valores humanos universais que promove o diálogo e a cooperação inter-religiosa. Presente em cerca de 50 países e com a participação de mais de 80 tradições espirituais, desenvolve ações comunitárias. Sua agenda abrange direitos humanos, ecologia, economia justa, cultura de paz e diálogo inter-religioso.

a entrega de suas armas como um ritual religioso, como uma forma expiarem sua culpa pela produção da violência e abrirem seus corações à produção da paz. Foi interessante notar, observando um desses eventos, que a entrega das armas era carregada de significados à medida em que adquiria visibilidade. Deixava, então de ser uma experiência individual, compartilhada pelos participantes da cerimônia, para projetar-se como possibilidade para a população em geral. Daí a importância da mídia na divulgação daquele procedimento. Embora não se tratasse de uma mera encenação teatralizada, já que a entrega das armas poderia e, de fato, era representava por muitos como um rito, esta experiência parecia adquirir sentido à medida que produzia a imagem desejada. O ato individual de entrega das armas assumia o sentido de renúncia à violência. Entregar armas ao Estado, talvez ilegais, sem apuração de procedência ou uso, representava uma espécie de perdão que poderia Ter sido praticado. Um novo começo; quase uma espécie de "conversão", mas, no caso, à cultura (e à causa) da paz. Do ponto de vista de seus organizadores, produzir este ato - a experiência e sua imagem - era, de certo modo, produzir a paz.

4.2 A parceria com as igrejas pelo desarmamento.



As parcerias em torno da produção de uma cultura da paz no decorrer da última década trouxeram elementos que contribuíram, em última instância, para sua definição no âmbito nacional. Vimos anteriormente de que forma alguns atores contribuíram com seus discursos e demandas, na ocasião da *Campanha do Desarmamento de 2004*, para a consolidação deste projeto. Entretanto, resta-nos, ainda, tratar de um ator fundamental na elaboração de suas idéias, discursos e práticas: o ator

religioso. Uma reflexão sobre a participação das religiões na Campanha nos permite analisar aspectos interessantes desta parceria entre igrejas e ongs na construção de um novo *ethos* e modo de vida congruente com a paz.

A participação das igrejas como postos de recolhimento de armas na Campanha do Desarmamento representou, inicialmente, peça fundamental na constituição e legitimação dos discursos e propostas que o Viva Rio e seus aliados vinham apresentando, há alguns anos, em relação à questão do desarmamento e seu papel no projeto de construção de uma *cultura da paz*. Como vimos, a *Campanha* estava direcionada ao *cidadão de bem* que tinha sua arma roubada ou a via se tornar protagonista de uma tragédia doméstica. E buscava conscientizá-lo – através da propaganda e das estatísticas apresentadas em pesquisas – sobre os efeitos perversos que uma arma em casa podia gerar, principalmente ao cair em mãos de criminosos.

A entrega das armas pelos cidadãos era divulgada pela ong como uma resposta à violência no país. As reportagens produzidas pela mídia e pela própria ONG apresentavam imagens das armas sendo destruídas por seus proprietários como reação à violência e forma de adesão à "paz". A entrega das armas e sua destruição enquanto ato simbólico ganhava sentido e legitimidade à medida que duas representações eram acionadas: a arma como símbolo do mal e da violência e sua destruição como reversão destes; o potencial transformador da vontade e da agência individual sobre o mundo. Como afirmou, então, o secretário-geral da CNBB, Dom Odilo Pedro Scherer:

A entrega da arma perto de uma Igreja é também ocasião para um ato religioso, quase uma confissão, um momento de liberação interior, e para a manifestação do propósito, diante de Deus, da renúncia à violência.¹²²

¹²² www.cnbb.org.br.

O fato das igrejas constituírem o ambiente onde este ato simbólico era realizado só fazia legitimá-lo ainda mais. Rubem César Fernandes, coordenador do Viva Rio, pronunciou-se, à época, sobre a orientação que devia tomar a atuação da Igreja Católica na Campanha do Desarmamento. Na ocasião em que se reuniu com os representantes do CNBB, sugeriu, entre outras coisas "que a Igreja integrasse um grupo de estudo que trabalhasse "a violência e a paz nas Escrituras. apresentando seus resultados em linguagem popular; "que a Igreja motivasse o seu pessoal sobre a importância do desarmamento para a construção de uma paz verdadeira e daí a importância da entrega das armas"; "que espaços das paróquias pudessem servir de local para esta entrega . o que ofereceria mais segurança para a população aderir à Campanha pela confiança que têm na Igreja"¹²³

O Conselho Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC) e o MIR¹²⁴ foram os principais atores que participaram da *Campanha*, agregando e mobilizando agentes religiosos e fiéis a eles vinculados. Todos estes atores identificaram e enunciaram publicamente uma conotação religiosa, que rompia com a lógica de força e empoderamento que o uso da arma supõe no recolhimento de armas. Dom Odilo Pedro Scherer, bispo-auxiliar de São Paulo e secretário-geral da CNBB, chegou a propor, em julho de 2004, momento em que se discutia a participação das igrejas como postos de recolhimento, a troca das armas por bíblias nos templos religiosos, trazendo a idéia de que a bíblia é um instrumento, uma arma de paz, em oposição à arma de fogo. Como se sabe, a analogia da bíblia como uma arma está muito presente na simbologia do catolicismo carismático, pressupondo um potencial da bíblia como instrumento de atingir o coração das pessoas.

¹²³ Cf. reportagem *Presidente do Viva Rio. visita CNBB*, divulgada no *site do Conselho* em 28 de julho de 2004, www.cnbb.org.br.

¹²⁴ Como o MIR não participou do recolhimento de armas, aponte sua participação na *Campanha* na introdução a este trabalho.

A atuação do CNBB e do CONIC, como representantes das denominações religiosas que englobam marcou por sua vez o papel que cada religião adquiriu nesta parceria entre ongs e igrejas cristãs. Enquanto a CNBB representava exclusivamente a participação da Igreja Católica, à CONIC coube representar algumas denominações evangélicas. Este fato, aliado à influência da Igreja Católica na sociedade brasileira (Birman e Leite, 2002) produziu uma grande diferença entre a visibilidade que a fala pública da Igreja Católica sobre o desarmamento e, secundariamente, a CONIC adquiriram no decorrer da Campanha, em comparação a fala das demais denominações evangélicas representadas pelo CONIC e dos agentes religiosos não vinculados ao MIR.

No segundo capítulo deste trabalho, comparei tentativas anteriores do Viva Rio de promover o recolhimento de armas em igrejas à campanha de recolhimento realizada em 2004. Discuti, então, como a passagem de um discurso direcionado a um segmento específico da população - oferecendo a oportunidade de remissão àqueles já marcados pela violência e pela criminalidade - para um discurso voltado ao *cidadão de bem*, imaculado de todo o "mal", foi crucial na obtenção de legitimidade das propostas e iniciativas incluídas na agenda da Campanha. O recolhimento de armas associado ao discurso evangélico de purificação das favelas e regeneração dos criminosos não pareceu tão eficaz quanto o discurso cristão-católico de remissão dos cidadãos, expiação das culpas e expurgação do "mal" na sociedade como um todo. A forte presença da Igreja Católica na campanha de recolhimento de armas em 2004 "fez a diferença" na convocação e mobilização dos cidadãos comuns. Meu argumento é que a produção organizada e direcionada de uma fala pública que alcançava todos os segmentos sociais e era inteligível pela maior parcela da população trouxe resultados favoráveis aos objetivos da Campanha, do ponto de vista da adesão que produziu na sociedade civil.

A participação da Igreja Católica na *Campanha do Desarmamento de 2004*, representada fundamentou-se na inclusão da *Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2005* na agenda da primeira. Entre cartilhas, manifestos e orações produziu-se, então, a consolidação de um discurso religioso que identificava na defesa do desarmamento uma característica fundamental do *cidadão da paz*. A temática adotada nesta *Campanha da Fraternidade*, definida pela Igreja Católica com o apoio de igrejas evangélicas representadas pelo CONIC, *Solidariedade e Paz*, e seu lema, *Felizes os que promovem a paz*, associados à referência e ao apoio destes atores religiosos à Campanha do Desarmamento, orientavam os fiéis à reflexão sobre a violência, a solidariedade e a paz, procurando impulsioná-los à mudança pessoal e à transformação social. Mais do que isso, tinham alcance na mobilização de outros segmentos religiosos e não-religiosos.

A oração da Campanha da Fraternidade 2005 tornou-se o emblema central desta ligação entre a Igreja Católica e a Campanha do Desarmamento, bem como a militância da primeira pelo fim do comércio de armas. A oração expressa a forma através da qual a Igreja Católica busca inscrever a causa e o significado do desarmamento nos princípios e símbolos centrais que orientam sua fé. Opondo o amor à violência, o respeito às armas, a justiça à ambição, o perdão à vingança, esta oração busca estabelecer um elo entre a religiosidade e a civilidade que ajuda a compor os discursos e o repertório simbólico acionados na *Campanha* e consistente com o modelo de organização/atuação do Viva Rio.

Oração da CF-2005 Ecumênica

Ó Senhor, Deus da vida,

que cuidas de toda criação, dá-nos a paz!

Que a nossa segurança não venha das armas, mas do respeito.

Que a nossa força não seja a violência, mas o amor.

Que a nossa riqueza não seja o dinheiro, mas a partilha.

Que o nosso caminho não seja a ambição, mas a justiça.

Que a nossa vitória não seja a vingança, mas o perdão.

Desarmados e confiantes, queremos defender

a dignidade de toda criação, partilhando,

hoje e sempre, o pão da solidariedade e da paz.

Por Jesus Cristo teu Filho divino, nosso irmão,

que, feito vítima da nossa violência,

ainda do alto da cruz, deu a todos o teu perdão.

Amém!

A cultura da paz tem se constituído um elemento fundamental na defesa do ecumenismo e do diálogo religioso como tendência do ocidente contemporâneo. No combate à violência e na defesa da "paz", as religiões têm encontrado um ponto de atuação conjunta e construído um discurso comum, especialmente a Igreja Católica que sempre buscou, por um lado, preservar e, por outro, recuperar, sua influência nos mais diversos setores das sociedades atuais. Neste sentido, seu discurso institucional aproxima-se, no decorrer dos anos, da lógica de atuação de organizações como a UNESCO e de sua tematização da paz. Na *Campanha do Desarmamento de 2004*, a proposta da Campanha da Fraternidade foi o ponto de ligação entre a fala pública destes atores, permitindo a identificação de um discurso comum acerca da "paz". As cartilhas e figuras produzidas na *Campanha da Fraternidade*, de modo geral de autoria do Centro de Estudos Bíblicos, órgão da Igreja Católica responsável pela elaboração do material para reflexão utilizado nas Comunidades Eclesiais de Base, voltaram-se para a tematização da "paz" e para a instrução do cidadão comum fundamentadas na fé

católica e na interpretação da bíblia - além de explorar os principais argumentos acionados no espaço público para a defesa do desarmamento naquele momento.

Durante a Campanha do Desarmamento, a CNBB buscou, então, divulgar a importância da Campanha da Fraternidade em razão de seu caráter ecumênico, um passo fundamental na superação de anos de rivalidade e disputas no campo da religião cristã. A iniciativa de produzir uma campanha ecumênica, no entanto, é anterior a presença da Igreja Católica em iniciativas pelo desarmamento. Foi fruto, sobretudo, da parceria entre esta igreja e organizações pacifistas, como a UNESCO, empenhadas em definir o terceiro milênio como um "milênio sem exclusões". A campanha ecumênica de 2005 inseriu-se, ao mesmo tempo, na agenda destas organizações, propondo também para esta década a "superação da violência" e, a longo prazo, objetivando o "reencontro da unidade perdida" entre as religiões cristãs, o que requereria: "uma compreensão mais adequada, e mais ampla, do próprio mistério cristão, que alargue a compreensão da natureza da Igreja, e relativize as questões que serviram de motivo para divisões"¹²⁵. Deste modo, o ecumenismo pode ser compreendido como um elemento que expressa a produção de uma *cultura da paz*, pois se concretiza na adoção de novos comportamentos e pontos de vista que primam pela superação das diferenças:

O ecumenismo entre os cristãos precisa partir do macro ecumenismo em torno das grandes causas da humanidade. A campanha [da fraternidade] do ano dois mil assumiu como tema a dignidade humana e a paz, com o lema "novo milênio sem exclusões". Em continuidade, o tema de 2005 enfoca a solidariedade humana e a paz, lembrando a bem-aventurança de Cristo, "felizes os que promovem a paz", que serve de lema para a campanha deste ano.

¹²⁵ Artigo *Solidariedade e Paz - Felizes os que promovem a paz: Campanha Ecumênica*, D. Demétrio Valentini, divulgado no site da CNBB: www.cnbb.org.br.

A unidade entre os cristãos, e entre os crentes de outras religiões, tem o seu postulado primeiro, não em questões religiosas, mas na unidade do próprio gênero humano. A serviço desta unidade é que precisa ser colocada a unidade dos cristãos. Então a causa do ecumenismo se reveste de legítima dimensão humana¹²⁶.

A CNBB, ao refletir sobre a proposta da Campanha da Fraternidade 2005, define a paz "como um processo de sensibilização, de conquistas e de vitórias que começa dentro de cada um de nós e passa para dentro de nossas casas e cidades, podendo um dia chegar a atingir todo o planeta". O Conselho apela para uma identificação comum dos sujeitos em torno da paz e a representa como um "bem da Humanidade". Apresentando o logotipo da campanha¹²⁷, chama atenção para a imagem da criança representando a pureza e a sinceridade em seu sorriso e a importância da causa que abraça com seus longos braços, envolvendo todo o planeta. Assim como o desenho da criança e seu rosto estilizado, representando a imagem de todas as crianças e de todas as pessoas, "sem identificação específica de classe ou etnia", o desenho do planeta marcado por bandeiras brancas representa uma "grande Terra, sem territórios específicos"¹²⁸.



¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Retirado do site oficial da CNBB: www.cnbb.org.br

¹²⁸ Idem.

Portanto, novos comportamentos e pontos de vista têm seu ponto de partida na mudança individual e, neste sentido, a proposta é oferecer aos sujeitos elementos da moral e da fé cristãs que orientem esta transformação, através de orações e exortações que permitam a experiência desta *cultura de paz*. Por isso mesmo, a apresentação dos *mandamentos da paz solidária*, a definição e a convocação ao ecumenismo foram pontos centrais dos discursos engendrados na Campanha da Fraternidade. Os *mandamentos da paz solidária*, como nos apresenta o site da CNBB, são: saber colocar-se no lugar do outro; não responder à violência com violência; promover o diálogo; interessar-se pela comunidade; descobrir e valorizar o que há de positivo nas pessoas; fazer parceria, juntar forças; cuidar das causas dos problemas; conhecer e usar os recursos legais; não ficar em silêncio diante da injustiça; cultivar a espiritualidade da esperança e da reconciliação¹²⁹.

O novo modo de vida que se propõe aqui define a solidariedade e o perdão como mediadores fundamentais na relação entre os indivíduos e uma relação entre os estes e a sociedade mediada por instrumentos legais e orientada para uma atuação conjunta visando a identificação e solução dos problemas e suas causas. A espiritualidade, nesta lógica, proporciona o equilíbrio entre a dimensão das relações individuais e das relações sociais na vida cotidiana, pois possibilita aos indivíduos vivenciarem a superação de conflitos e a construção de um futuro comum. Ser "pela paz" identifica-se, então, com "ser ecumênico", à medida em que pressupõe um "diálogo que reconhece e respeita a diversidade", o "trabalho conjunto na construção de um mundo melhor", a "oração em comum a partir da fé básica", "um aprendizado mútuo de boas maneiras de servir ao evangelho".¹³⁰

¹²⁹ www.cnbb.org.br.

¹³⁰ Idem.

A valorização do ecumenismo e a prática ecumênica pressupõem uma fé básica, que se constitui de elementos centrais e gerais a todas as doutrinas cristãs, que permitiram unir as igrejas em torno da questão do desarmamento e afirmar a necessidade de se combater a lógica da violência para combater a violência, a partir do princípio cristão de amar seus inimigos. Mais do que isto, todo um investimento foi e é feito para formar os indivíduos a partir de um *ethos* cristão, agregando este *ethos* à composição de um modelo de cidadão que cultua a "paz". A *espiritualidade ecumênica* exige o cultivo de qualidades, tais como a "esperança", o "amor à paz", a "humildade", a "capacidade de ouvir", a "paciência", o "discernimento", a "lealdade", a "alegria ao ver o bem" e o "respeito ao outro":

Se tivermos essas qualidades
não seremos só ecumênicos.
Seremos pessoas melhores!
Uma orientação que pode ajudar:
No essencial: **a unidade**
No que é próprio de cada Igreja: **a liberdade**
Em tudo: **a caridade e a fidelidade a Jesus**¹³¹.

A *espiritualidade ecumênica* representa, portanto, a tradução de uma linguagem religiosa para uma linguagem ética e moral de definição do cidadão. Na cartilha *Construindo Paz e Vida*, proposta da Igreja Católica para o debate sobre o desarmamento no interior das Comunidades Eclesiais de Base, ganhou destaque o caráter inédito do Referendo no país, apresentado como um exercício da "democracia participativa e direta", e a interpretação bíblica voltada à temática em questão. Ao se opor ao argumento de que o desarmamento do cidadão comum facilita a ação dos criminosos, a cartilha ressalta que documentos da polícia identificam a maior incidência de vítimas por armas de fogo no âmbito do lar e da vizinhança e não em situações como assaltos, por exemplo. Propondo a leitura do trecho bíblico de Mateus 26,47-56, em que

¹³¹ Idem.

Jesus é preso ao ser traído por Judas, um de seus discípulos, e repreende Pedro ao tentar defendê-lo com o uso de uma espada, a cartilha opera com a máxima *violência só gera violência* e apresenta o exemplo de Jesus como defesa legítima ao abandono das armas.

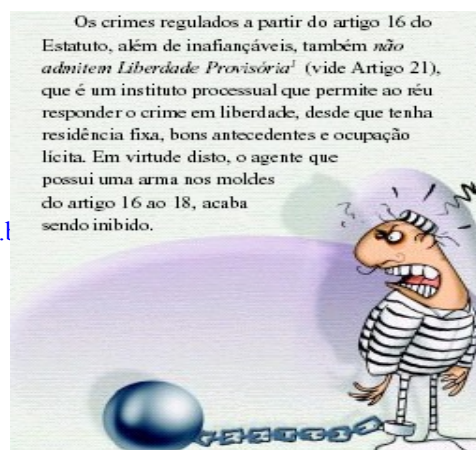
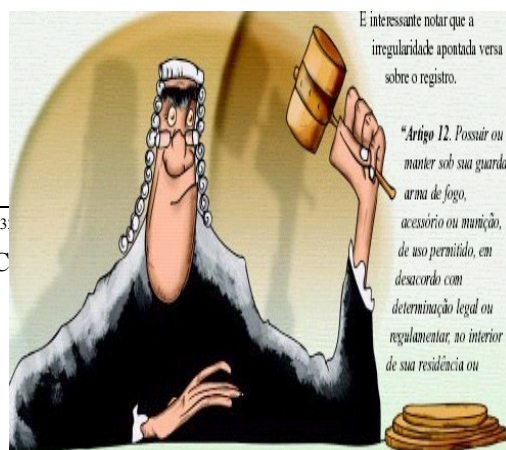
Para além desta primeira leitura à análise dos conteúdos abordados neste material, examino agora de que forma o texto pressupõe uma determinada experiência comunitária ao servir de orientação à realização dos encontros de círculos bíblicos. Meu argumento é que o mesmo contém a proposta de uma gradual e progressiva transformação dos fiéis, que se realizaria na celebração coletiva de cada leitura, trecho bíblico, dinâmica e partilha incluída na cartilha. Cada tópico do texto representa mais um passo em direção à conscientização e adesão dos participantes. E, neste sentido, a **apresentação** didática de informações sobre o Referendo, a **argumentação** (contida no tópico "Desarme o coração para desarmar a nação") sobre as origens de nossa *cultura da violência* e sua expressão maior no âmbito doméstico, a **persuasão**, através do alerta para os riscos que o porte de armas oferece à vida do sujeito e de seus entes queridos (tópico "Não se entregue à violência"), a **convocação** para o voto no Referendo como "oportunidade de mostrar em qual tipo de sociedade queremos viver" (tópico "Diga SIM à vida") e, por fim, a **adesão** aos pressupostos da Campanha e o conseqüente combate aos discursos de seus opositores (expressos no tópico "A vida vale mais que o lucro"), constituía uma experiência única e completa que a Igreja Católica procurava propiciar a seus fiéis e que pode ser compreendida como um caso particular de um processo de conversão religiosa, em sua dimensão racional e pragmática, à causa da "paz".

Na *Cartilha do Desarmamento*, texto produzido pelo Instituto Sou da Paz, pela Pastoral Carcerária e pela Justiça Global, entre outras organizações, com apoio do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, mais uma vez os cidadãos são convocados ao desarmamento, através de um apelo à construção de uma sociedade solidária, "onde os

valores da justiça sejam norteadores de uma prática comum, abolindo as diversas formas de violência, entre as quais, o uso da arma de fogo"¹³². Estimular o debate sobre o desarmamento, e o Referendo constitui um passo importante na construção de uma *cultura de paz*, como aponta a imagem abaixo que relaciona a transformação do ambiente em que o indivíduo se encontra à sua conscientização sobre a questão proposta no referendo.



Além de defender que o debate gerado no Referendo produz um "ambiente de paz", a Cartilha pelo Desarmamento procura demonstrar ainda a seriedade e a imparcialidade da lei que deve cumprir seu papel. Percebo, aqui, duas dimensões para a defesa da importância do Estatuto: a redenção dos *cidadãos de bem* e a punição daqueles que infringem a lei, como mostram as figuras a seguir:



Para a redenção do *cidadão de bem*, a *Cartilha pelo Desarmamento* identifica como elementos centrais o ato de entregar a arma e o voto favorável ao fim do comércio de armas no Referendo, trazendo de modo didático ("12 motivos para você entregar sua arma") os argumentos centrais na defesa ao desarmamento da população levantados no decorrer da Campanha. Entre estes, destaco: "as armas de fogo são responsáveis por inúmeras mortes no Brasil"; "o jovem é a principal vítima"; "ter arma em casa é muito mais um risco do que uma proteção"; "armas de fogo transformam conflitos banais em tragédias para a vida toda"; "armas são usadas em suicídios"; "tirar armas de circulação ajuda a desarmar criminosos"; "a maioria das armas em circulação é brasileira e não contrabandeada"; "armas de fogo são letais"; "as armas geram altos custos à saúde pública"; "a Campanha já faz efeito"¹³³.

É interessante notar que a apresentação destes motivos, assim como a construção das cartilhas aqui analisadas, tem um caráter muito mais educativo que argumentativo. Com isto quero dizer que, muito mais do que sugerir questionamentos e debates, este material pretende oferecer respostas e revelar "a verdade", o conhecimento sobre a alternativa certa a seguir. E acredito que, por este motivo, seu formato seja bastante didático e ilustrativo. Para a construção de um "novo" indivíduo, os atores engajados na Campanha investem na convocação e na adesão como mecanismos fundamentais neste processo de reversão de uma *cultura da violência* ou "conversão" à uma *cultura da paz*, se assim preferirmos. E os manifestos produzidos pelos agentes religiosos na Campanha ilustram bem este investimento. Vejamos esta reflexão contida no *Manifesto da Igreja Luterana - Carta pastoral acerca do Referendo sobre a proibição do comércio de armas e munição*:

¹³³ www.cnbb.org.br.

A Bíblia nos dá um claro mandato em favor da paz. O profeta Isaías classificou o Messias, que haveria de vir, como "Príncipe da Paz" (Isaías 9.6). Os anjos de Belém anunciaram aos pastores o nascimento de Jesus, cantando e anunciando "paz na terra" (Lucas 2.14). Quando Jesus foi preso, alguém quis defendê-lo, mas Jesus lhe ordenou: "Embainha a tua espada" (Mateus 26.52). Jesus nos trouxe e nos deixou a paz, em vida e após a ressurreição (João 20.19,21 e 26). De fato não a deu, como a dá o mundo (João 14.27). A paz do mundo geralmente é baseada na força e, portanto, é uma paz falsa e ilusória. Jesus deu sua vida pelo perdão dos pecados, pela reconciliação e pela paz. No Sermão do Monte, deu-nos um mandamento novo e radical: "amar os inimigos e orar por eles" (Mateus 5.44). E proclamou a maravilhosa promessa: "Bem-aventuradas as pessoas que constroem a paz" (Mateus 5.9).¹³⁴

A paz defendida e desejada por estes agentes é a "paz verdadeira", a paz que só se conhece e compreende "aos olhos da fé". Esta paz não se alcança com a força, nem com uma lógica racional de custos e benefícios, pois exige o perdão e a reconciliação com os próprios inimigos. Mais do que isto, esta paz não se concretiza nesta vida, ou nesse mundo; no discurso destes agentes religiosos, a construção de um futuro melhor se dá nesta terra, contudo só se realiza em plenitude no céu. O Manifesto discute, ainda, a realidade brasileira, sublinhando a precariedade da segurança pública que levaria os cidadãos a tomarem a responsabilidade de sua segurança em suas próprias mãos. E, neste sentido, o Estatuto e a proibição do comércio dariam ao Estado melhores instrumentos para combater este quadro, que deveriam ser complementados pela promoção de "políticas sociais que criem melhores condições de vida", "diminuem o desemprego" e garantam uma "educação de boa qualidade". Assim, argumentam pela

¹³⁴ Trecho do Manifesto retirado do *site ReferendoSim*.

necessidade de buscar que o Reino de Deus se realize nesta terra, ainda que este só se complete no céu.

Defender o perdão e a reconciliação com os próprios inimigos significa, acima de tudo, pressupor a prevalência do "bem" em relação ao "mal" na constituição da natureza humana. O homem, naturalmente bom, é capaz de amar seu inimigo e oferecer a outra face àquele que o esbofeteia, como sugere Jesus no Sermão da Montanha. Influenciado pelo "mal", o homem torna-se egoísta e, para defender a si e aos seus, torna-se capaz de prejudicar outros. Nesta lógica, em todo *cidadão de bem* há um criminoso em potencial e cabe à sociedade investir em formas de convivência que inibam as más tendências à que todos estão sujeitos. Na orientação para o bem comum como forma de vida e base de convívio social está um instrumento fundamental para construção de uma sociedade pacífica.

Em outra perspectiva, assumida pela Frente do "Não", contudo, que considera o homem naturalmente egoísta, o equilíbrio social é garantido, por um lado, através da lógica de custo/benefício, em que o uso da força física e a transgressão das regras se tornam onerosas aos sujeitos; por outro, através de relações de poder que subjagam os socialmente "mais fracos" e privilegiam os "mais fortes". O "bem comum", por conseguinte, não é reflexo da natureza humana, e sim resultado de sua inibição por uma força social. A ineficiência desta força permite o afloramento da natureza humana e autoriza o sujeito egoísta a buscar seus interesses próprios. Deste modo, a legítima defesa institui-se na impossibilidade de se preservar o bem comum e na ausência do equilíbrio nas relações.

Os argumentos e contra-argumentos que marcaram o debate sobre o desarmamento no país tiveram origem no embate entre estas duas lógicas de definição do homem, da organização social e da "paz". O "direito à vida" defendido pelos

partidários do "sim" na *Campanha do Desarmamento de 2004*, pressupunha a prevalência do "bem comum" sobre qualquer conflito social, a prevalência da vida humana sobre a vida individual ainda que seu custo pudesse ser alto do ponto de vista individual. Dizer "sim à vida" podia significar, então, dizer não a privilégios e ao próprio direito de autodefesa. Os partidários do "não", por sua vez, definiam esta perspectiva como ingênua, ao pressupor a "boa vontade" dos indivíduos em abrir mãos de seus privilégios em prol do "bem comum", e apontavam à "legítima defesa" como necessidade no contexto de violência vivido pela população brasileira.

Obviamente o jogo de argumentos que presenciamos no decorrer da Campanha era mais complexo, não se tratando apenas de uma oposição entre uma postura ingênua e uma postura realista. De fato, ambos os lados trouxeram inúmeros outros elementos ao debate. No entanto, o que quero ressaltar aqui é a imagem pública de embate entre o "bem" e o "mal" que esta oposição pretendia construir no imaginário da população naquele momento. Se, por um lado, os aliados do Viva Rio denunciavam os interesses particulares de seus opositores - principais beneficiários da indústria bélica - como ameaça ao "bem comum", por outro, os atores contrários ao desarmamento alertavam a população sobre os "reais interesses" por trás da parceria entre organizações da sociedade civil brasileira e órgãos internacionais - o enfraquecimento bélico da nação. E a forte presença do discurso religioso na Campanha acabava por reforçar esta dicotomia, trazendo elementos para a disputa entre o "bem" e o "mal".

No entanto, a repercussão deste embate parece ter sido negativa para seus principais formuladores, os partidários do "sim", pois seus efeitos produziram um certo descrédito em relações às suas propostas e projetos políticos de caráter e alcance práticos no cotidiano das pessoas. A defesa do desarmamento sob o registro de uma *cultura da paz*, neste contexto, parecia considerar uma realidade muito distante e definir

a transformação social em termos muito vagos. Enquanto os projetos políticos "reais" engendrados pelos atores engajados na *Campanha* pareciam por demais pontuais, a transformação que estes projetos se propunham realizar parecia à opinião pública nacional evasiva e por demais utópica. As respostas da população à campanha de recolhimento e ao Referendo sobre o fim do comércio de armas confirmaram duas tendências. Apesar de ter se produzido uma opinião pública orientada pelo desejo de combater a violência - ainda que fossem controversos os termos em que ela definia-se, suas causas e formas de combate -, ao fim e ao cabo a *Frente Parlamentar Brasil Sem Armas* foi derrotada, o que parece ter expressado uma desconfiança e incredulidade da população em relação ao poder público e aos principais organizadores da *Campanha*¹³⁵.

A formação das frentes parlamentares e sua participação na discussão sobre o Referendo, de certa forma, descentralizou os discursos sobre o desarmamento que se concentravam, durante toda a Campanha, no Viva Rio e seus aliados. A Frente do “Não” trazia ao debate o argumento de que a proibição do comércio de armas feria a integridade dos cidadãos no exercício de sua cidadania. Criticava a Frente do “Sim” e, em especial, o Viva Rio, por apresentar uma proposta inconsistente e duvidosa para o combate à violência no país, já que o desarmamento dos cidadãos não garantiria, entre outras coisas, o combate à criminalidade. O questionamento que apresentou-se, e que reverberou no debate público, contra as propostas e estratégias contra a violência no país que a *Frente Parlamentar Brasil sem Armas* representava, se estendia (a) . e, mais ainda, tinha sua origem em . uma crítica à linha de atuação que o Viva Rio vem seguindo no espaço público desde sua fundação. Do mesmo modo, a vitória do “não” nas urnas foi representada pela opinião pública como uma derrota das propostas e

¹³⁵ Uma discussão sobre o jogo de argumentos que marcou o debate público sobre o desarmamento no decorrer da *Campanha do Desarmamento de 2004*, sua repercussão a mídia e a reflexão sobre os resultados do processo sob o ponto de vista de seus organizadores podem ser encontrados na edição especial do *Comunicações do ISER*, publicado em 2006.

projetos que os atores sociais aliados ao Viva Rio vinham apresentando à sociedade civil há alguns anos. O próprio Viva Rio adotou uma postura de reflexão sobre sua trajetória e sobre a linha de atuação que tem assumido no espaço público brasileiro.

A produção de um número da *Comunicações do ISER* voltado exclusivamente à análise da campanha do Desarmamento e do Referendo, suas características, trajetórias e repercussão na opinião pública brasileira, consistiu na expressão mais explícita da necessidade de entender a derrota no Referendo. Conrado (2006), ao analisar a participação das religiões na Campanha, atribuiu sua relevância especialmente, à credibilidade e à legitimidade que estas possuem no espaço público brasileiro para falar e atuar em torno da questão da "paz". A importância do recolhimento das armas pelas igrejas estaria vinculada à comodidade que garantiam, à neutralidade de seus espaços e a possibilidade de significação do ato de entregar a arma a partir de uma linguagem dos sentimentos e de um repertório religioso cristão. No entanto, embora o recolhimento das armas nas igrejas tenha gerado inúmeras polêmicas com relação à segurança das armas e dos templos e ainda outras questões, o fator que mais “prejudicou” o debate e a defesa do “sim” no Referendo por parte dos fiéis religiosos foi, segundo o autor, a repercussão da Campanha no interior das igrejas, gerida por seus agentes religiosos. A questão do Referendo não teria sido devidamente relacionada à defesa do desarmamento e acabou sendo identificada como questão de reflexão e decisão de foro íntimo. O voto no Referendo, visto na esfera religiosa como questão de foro íntimo, teia minado, assim, o debate, abrindo espaço para uma maior adesão ao “não”.

Enfim, o discurso religioso voltado à defesa do desarmamento, para Conrado (2006) não teria oferecido elementos para encaminhar o debate e a mobilização em torno da defesa do “sim” no Referendo e da questão do controle das armas. Deste modo, a incapacidade da Frente do “Sim” de construir um discurso que não fosse “agregador”

e “moralizante” revelou a necessidade de adequar o “capital acumulado nas campanhas cívico-religiosas” às novas bandeiras políticas. Crespo (2006), introdução desta edição, aponta para a postura de ação que provavelmente se tornará tendência na atuação do Viva Rio pós-referendo, citando uma fala pública de Luiz Eduardo Soares:

(...)terminado o processo [com a votação], começava outro, o da disputa de significados da vitória e da derrota. Era preciso, rapidamente, interpretarmos os fatos, as versões dos fatos e, sobretudo, tirarmos do episódio as lições necessárias à luta – que continua. Pois a convicção de que as armas de fogo estão vitimando inocentes, destruindo famílias, e desempenhando um papel deletério no tecido social, continua. (Crespo, 2006: 04).

Encerrando este capítulo, realizo, então uma análise mais detalhada deste discurso religioso, que buscou servir à defesa do desarmamento, contrapondo-o ao apelo religioso forjado por alguns atores que, utilizando-se de símbolos da tradição cristã, defenderam o "não" no Referendo.

4.3 O apelo aos corações de *cidadãos e homens de bem*: pela moral, pela solidariedade, pela paz

Durante os primeiros meses da *Campanha do Desarmamento de 2004*, portanto, os atores, discursos e práticas envolvidos na causa do desarmamento voltavam-se, majoritariamente, a uma estratégia de “apelo aos corações” aos “cidadãos de bem” como forma de persuasão. Atrelavam de modo amplo a defesa do desarmamento à defesa da "paz" e ao combate à violência, concentrando-se, principalmente, na

divulgação e promoção da campanha de entrega das armas. O que possibilitou às igrejas e ao Viva Rio visibilidade quase exclusiva na mídia no que diz respeito à questão do desarmamento e ao Referendo ainda por vir. Em 2005, aproximando-se a realização do Referendo, novos atores entraram na disputa e começaram a ganhar destaque na mídia. Críticas à campanha liderada pelo Viva Rio desencadearam um jogo de argumentos e contra-argumentos que marcou a repercussão do Referendo na mídia e redefiniu as estratégias da campanha pelo “sim”, orientada, desta vez, pela *Frente parlamentar Brasil sem Armas*.

Os movimentos engajados pela vitória do "não" no Referendo¹³⁶ - o MV-Brasil, a Associação Brasileira dos Colecionadores de Armas, o Movimento Viva Brasil (uma associação civil de defesa aos direitos e garantias fundamentais do cidadão que conta com o apoio de associações formadas por policiais militares e ferais, além de outros movimentos pela defesa dos direitos do país) e, principalmente a *Frente Parlamentar pela Legítima Defesa*, entre outros - "apresentaram suas armas", ou seja, acionaram os mais diversos atores e seus discursos em defesa de sua causa. E na contracorrente do discurso religioso adotado pelo Viva Rio e por seus aliados na Campanha do Desarmamento, outros atores se fizeram ouvir no interior do debate sobre a eficácia do desarmamento dos cidadãos comuns e da proibição do comércio de armas para a redução da violência.

No artigo *A Lei do Desarmamento. Quem serão as vítimas?*¹³⁷, Carlos Antonio E. Hofmeister, que se apresenta Coronel do Exército de Cavalaria e Estado-Maior e também Diretor da *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*

¹³⁶ Entre os quais estão o MV-Brasil, a Associação Brasileira dos Colecionadores de Armas, o Movimento Viva Brasil (uma associação civil de defesa aos direitos e garantias fundamentais do cidadão que conta com o apoio de associações formadas por policiais militares e ferais, além de outros movimentos pela defesa dos direitos do país) e, principalmente a *Frente Parlamentar pela Legítima Defesa*.

¹³⁷ Este artigo foi divulgado inicialmente em 1999, ano em que erigiu-se o Projeto de Lei 1073/99, que previa maior controle do Estado sobre a posse de armas de fogo. Na ocasião da campanha pelo Referendo, o artigo podia ser encontrado nos sites dos principais movimentos engajados na *Frente Parlamentar pela Legítima Defesa*, já mencionados em nota anterior.

(TFP), criticou a participação da Igreja Católica na *Campanha do Desarmamento* denunciando que apenas os setores "progressistas" da Igreja apoiavam o desarmamento de "homens honestos" - uma medida que, em essência, contrariaria a moral. A Igreja "verdadeira", segundo o autor, saberia distinguir o "bem", o "legítimo" e o "conveniente". Hofmeister defendia o papel da lei moral na constituição da ordem social, utilizando a passagem bíblica da revelação do decálogo à Moisés para mostrar como a lei moral é fundamental na proteção à família, à sociedade e ao Estado em suas funções de perpetuação da espécie e promoção do "bem comum". Seu argumento era de que a defesa da vida é primeiramente individual e depois uma obrigação do Estado. A legítima defesa seria, assim, em quaisquer termos, uma tendência natural do homem que não podia ser usurpada de forma alguma. O papel do Estado no controle do uso de armas por civis deveria ter um caráter educativo na garantia do "bem comum" e a legislação, neste lógica, deveria servir ao homem que, em última instância, têm o direito e o dever à defesa concedidos por Deus.

Nesta fala, percebemos o recurso a elementos da moral e da religião na defesa do posse de armas como um direito inalienável dos cidadãos. É interessante notar que, de certo modo, encontramos proximidades entre as noções de "cidadão de bem" e "homem de bem" em ambos os discursos religiosos apresentados nesta dissertação; ambos operam com uma dicotomia entre o "bem" e o "mal" que contrapõe "cidadãos comuns" e "bandidos". No entanto, enquanto o "cidadão de bem" "faz sua parte" ao submeter-se ao Estado, procurando agir positivamente, de modo emergencial e esporádico, sobre as falhas que os sistemas jurídico e sócio-econômico podem ocasionalmente apresentar, o "homem de bem", acionado por Hofmeister, "faz sua parte" ao proteger e prover a si e

sua família, para além da proteção que o Estado, com o monopólio do uso da força, possa garantir. Da mesma forma, a alusão, do autor, ao ideal do "verdadeiro" cidadão, da "verdadeira" Igreja, remete ao projeto de construção de uma identidade para a nação que, neste caso, tem raízes na tradição e moral cristãs - na vertente da TFP. Em contraste, o discurso religioso "progressista" proposto pelo Viva Rio e seus aliados, apontam para a construção de uma nova sociedade, fundamentada em uma "cultura da paz".

O discurso religioso aliado à defesa do armamento adquire, portanto, o papel de reforçar o caráter moral dos direitos e deveres dos indivíduos no exercício da cidadania, sem eximir a importância da legislação e do Estado no controle da violência urbana. Em entrevista à revista *Catolicismo*¹³⁸, intitulada ***Desarmamento: perigos para a Nação***¹³⁹, Jairo Paes de Lira, Tenente Coronel da PM do Estado de São Paulo, questiona a eficácia do Estatuto no combate ao comércio ilícito de armas e defende que a criminalidade deve ser atacada em três frentes - a "social", a "legal", e a "moral". A "frente social", que deveria "investir maciçamente em programas de emprego, educação e saúde", e a "frente legal", seriam responsabilidade do Estado, abrangendo os esforços da polícia, da justiça e do sistema prisional, a "frente moral" seria de responsabilidade do indivíduo:

A frente moral é fundamentalmente de responsabilidade do indivíduo, enquanto ser social ético, dotado de superior centelha divina. Há que combater-se a decadência moral, a ausência de valores familiares, a perda do sentido de solidariedade, culminando na falta de fé, componentes de um quadro de carência espiritual tendente a brutalizar as pessoas. A banalização da violência, a corrida desenfreada aos bens materiais e o escapismo das drogas vêm

¹³⁸ A revista semanal *Catolicismo*, publicada desde 1951 por inspiração líder católico Plínio Corrêa de Oliveira "apresenta a seus leitores temas de caráter cultural, em seus mais diversos aspectos, e de atualidade, sob o prisma da doutrina católica". Sua versão virtual pode ser acessada no *site* www.catolicismo.com.br.

¹³⁹ Entrevista realizada em agosto de 1999 e divulgada no *site* do MV-Brasil no período da Campanha.

produzindo em todo o mundo o fenômeno da criminalidade por livre opção. (...)
A maioria dos criminosos violentos está no “mercado do crime” porque assim quer; porque deseja a posse dos bens disponibilizados pelo sistema produtivo ocidental, mas não deseja esforçar-se por obtê-los de modo honesto, vinculado aos princípios cristãos. Eles querem tais bens: portanto vão tomá-los de quem os tem, pouco se importando com os direitos alheios, com a lei dos homens ou a Lei de Deus¹⁴⁰.

A cada cidadão caberia, então, a tarefa de reavivar e defender os valores cristãos e tradicionais, que poderiam garantir o controle da violência e o equilíbrio social. O indivíduo, como instrumento divino, transmitiria sua centelha à medida em que exercitasse estes valores em seu dia a dia. Neste discurso, a solidariedade também ganha destaque como elemento fundamental na reversão da violência: não como instrumento na construção de uma nova realidade, mas como instrumento de reorganização das relações sociais. Entretanto, o Estado tem papel central no combate à violência, papel que é valorizado e racionalizado no discurso.

Por trás da aparente linha tênue que divide discursos, propostas e ações destes atores, podemos encontrar uma infinidade de pontos de tensão, disputas e negociações que envolveram todo o processo da Campanha, suas rupturas e continuidades, seus antecedentes e seus resultados. Diversas nuances que marcaram os conflitos de opiniões, idéias e projetos entre estes atores no espaço público e suas repercussões na sociedade de modo geral, com implicações na avaliação que estes atores fazem de sua própria atuação no espaço público brasileiro.

¹⁴⁰ Idem.

CONCLUSÃO

Na avaliação posterior dos atores engajados na *Campanha do Desarmamento de 2004*, apresentada e discutida por Mota (2006) na edição especial do *Comunicações do ISER* sobre o Referendo, vários foram os motivos identificados para a derrota do "sim" na reta final da *Campanha*, entre os quais estão: a "propaganda eleitoral do Sim"; a "conjuntura política"; a "pergunta do Referendo"; a "atuação das lideranças da sociedade civil"; as "normas eleitorais do Referendo"; o "papel dos meios de comunicação social"; o "assunto do Referendo" e o "papel das elites"¹⁴¹. Os organizadores da *Campanha* apontaram problemas na produção da propaganda eleitoral do "sim" e lembraram a conturbada conjuntura política vivenciada no país à época, a impopularidade do governo Lula e seus efeitos na avaliação popular sobre o Referendo. E admitiram que a linguagem acionada pelos partidários do "não" foi mais inteligível à

¹⁴¹ Estes motivos foram apontados pelos principais organizadores da *Campanha*, entrevistados por Mota (2006). Foram entrevistados André Porto, Antônio Rangel Bandeira, Raul Jungmann, Luiz Eduardo Soares e Rubem César Fernandes, entre outros.

população de um modo geral e mais próxima de seu cotidiano - trazendo situações do dia a dia para embasar seus argumentos, em contraposição a fala de artistas e personalidades públicas apresentados pela Frente do "Sim".

Rubem César Fernandes argumenta, em entrevista à Mota (2006), que a certeza da vitória acabou se tornando uma armadilha para os organizadores da *Campanha*. Durante todo o período da *Campanha* seus organizadores presenciaram o sucesso de suas propostas no espaço público nacional, coroando uma trajetória de iniciativas bem sucedidas em torno do tema do desarmamento há quase uma década. No entanto, acredito que, para além dos percalços e decepções vivenciados por estes atores ao fim da *Campanha*, esta se definiu como apenas um evento no processo de articulação e mobilização dos mais diversos atores e segmentos sociais em torno da questão do desarmamento e da produção de uma *cultura da paz* no país. Nesta dissertação procurei mostrar como as iniciativas engendradas pelo Viva Rio e seus aliados, desde sua fundação, tem ajudado a compor um repertório simbólico de atuação que pressupõe novas formas de associação entre política e religião na esfera pública e constitui noções de cidadania, violência e paz orientadas para a produção de um novo modo de vida na sociedade brasileira. A cada manifestação e campanha organizada pelo Viva Rio em sua trajetória o projeto de construção de uma *cultura da paz* firmava-se como marco principal a mobilização dos atores para o debate (sobre) e o combate à violência no cenário nacional.

Exemplar, neste sentido, é a formação da *Rede Desarma Brasil* após a derrota no Referendo, que manteve a parceria entre os atores engajados na *Campanha de 2004* e busca defender na arena pública modelos alternativos de segurança e controle de armas¹⁴². Ainda que se caracterizem pelo caráter imediatista de seus projetos sociais e

¹⁴² No dia 22 de março de 2006 o *site Desarme* publicou uma matéria (*Organizações traçam plano de ação para cumprimento do estatuto do Desarmamento*) sobre o III Encontro Nacional da Rede Desarma Brasil, que estabeleceu as metas para a campanha "Cumpra-se o Estatuto", a ser realizada este ano. A

ainda que seu projeto de construção de uma *cultura de paz* seja alvo de críticas na opinião pública nacional, as noções de violência, cidadania e paz com as quais o Viva Rio e seus aliados têm operado na última década cada vez mais instituem novas práticas e discursos relacionados à atuação política dos atores no espaço público brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Suene dos Santos de. (2005). *A linguagem VIVA pela paz no RIO: as representações da violência e da paz e a participação voluntária nas campanhas da Ong Viva Rio*. Monografia em ciências sociais. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH.

_____. (2005b). *A favela como objeto e/ou instrumento da paz na cidade partida: a relação entre favela e asfalto na mediação Viva Rio*. CD-ROM XIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas a América Latina. Porto Alegre: PUCRS

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. (2000). “Introdução – O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”, in *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. BH, UFMG.

ATHAYDE, Celso, MV Bill e SOARES, Luiz Eduardo. (org.) (2005). *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.

BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. (2002). O que aconteceu no antigo maior país católico do mundo? In: BETHEL, Leslie (org.). *Brasil: Fardo do passado, Promessa do futuro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

BIRMAN, Patricia. (2004) Movimentos Cívico-religiosos no Rio de Janeiro e alguns de seus impasses o caso do Mural da Dor. In: BIRMAN, Patrícia e LEITE, Márcia Pereira (org). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Pronex. CNPq.

BRITO, Ruth Helena de Souza. (2004). "Sobre as recepções na Rocinha da morte de Geisa". In: BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. (org.). *Um mural para a dor:*

reportagem traz a declaração de André Porto, coordenador da área de religiões do Viva Rio, apresentando um planejamento de ações que incluem “coordenar a parte de comunicação da campanha”, “viabilizar uma agenda voltada para a cultura da paz” e “coordenar ações voltadas ao cumprimento do Estatuto do Desarmamento”. Desarme é um site latino-americano produzido pelo Viva Rio e pela Espacios, que defende a causa do desarmamento na América Latina no e mundo e conta com o apoio de duas grandes organizações que lutam pelo controle do porte de armas mundialmente, a IANSA – International Action Network on Small Arms – e a COAV – Children in Organized Amed Violence.

movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Brasília: Pronex/CNPq, Porto Alegre: Ed. UFRGS.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000). *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34 e EDUSP.

CAMPBELL, Colin.(1997) “A orientalização do ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio”, *Religião e Sociedade*, vol 18, nº1.

CATELA, Ludmila da Silva e NOVAES, Regina. (2004). "Rituais para a dor. Política, religião e violência no Rio de Janeiro". In: BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Brasília: Pronex/CNPq, Porto Alegre: Ed. UFRGS.

DAGNINO, Evelina. (2001). “Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”, in ALVAREZ, S.; DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. BH, UFMG.

FERNANDES, Rubem César. (1994). *Privado porém Público. O Terceiro Setor na América Latina*; Relume Dumará, Rio de Janeiro.

_____. (1998) Viva Rio: Ações para integração e pacificação da cidade. In: *Cidade e Movimento. Comunicações do Iser* n 49, ANO 17.

FOUCAULT, Michel. (1999). *Historia da Sexualidade 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

GUIMBELLI, Emerson. (2002) *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e França*; São Paulo: Attar Editorial. (Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo).

LANDIM, Leilah. (1998) *Ações em Sociedade. Militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: NAU editora.

LEITE, Márcia Pereira. (1995). “Imagens, escolhas e dilemas de uma cidade em pé de guerra”, *Proposta*, 66.

_____. (2000). “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15, 44.

_____. (2003). A linguagem dos sentimentos e a missão como política: religião, violência e movimentos sociais no Rio de Janeiro, trabalho apresentado no GT Religião e Sociedade, 27º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG.

_____. (2004). As mães em movimento, In: BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Brasília: Pronex/CNPq, Porto Alegre: Ed. UFRGS.

MACHADO DA SILVA, Luís Antônio e LEITE, Márcia Pereira. (2004). “Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas” In: *Rio: democracia vista de baixo*. IBASE. – Rio de Janeiro: IBASE

MINAYO, Cecília de Souza. et.al. (1999). *Fala Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond

MIRANDA, Napoleão. (1998). *Sociedade Civil e Cidadania: a experiência do Viva Rio*. Tese de doutorado em sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ.

MORAIS, Ana Paula. (2001). *Rio Abaixo Essa Arma: um estudo sobre a forma de fazer política da sociedade civil*, Dissertação de Mestrado defendida no PPGAS/Museu Nacional-UFRJ.

NOVAES, Regina. (1998) *Apresentação*. In: Cidade e Movimento Comunicações do Iser n 49, ANO 17.

_____. (2001) "Hip Hop: o que há de novo?". Rio de Janeiro: *Proposta* n°60.

PEIRANO, Mariza (org.). (2002) *O Dito e o Feito: ensaio de antropologia dos rituais* – Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PIAULT, Marc-Henri. (2004). "Da violência, o como se livrar dela. À propósito do seqüestro de um ônibus no Rio de Janeiro". In: BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Brasília: Pronex/CNPq, Porto Alegre: Ed. UFRGS.

PINHEIRO, Márcia Leitão. (2004). Da Pacificação: o *Basta! Eu quero paz* e as inscrições artísticas. In: BIRMAN, Patricia e LEITE, Márcia Pereira. (org.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Brasília: Pronex/CNPq, Porto Alegre: Ed. UFRGS.

SÁ CARNEIRO, Sandra. (2002) “Religião e Política: Novas Relações tecidas a partir de fontes morais.” XXVI Encontro Anual da ANPOCS, mimeo, outubro, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. (1996), O herói serial e a sensibilidade pragmática: alguns comentários sobre a violência e a nova sociedade civil, no Rio de Janeiro, In: SOARES, L. E. et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. RJ, Relume-Dumará/Iser.

_____. (1998) *Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Mundo Globalizado*. In: *Cidade em Movimento*, Op. Cit.

STEIL, Carlos.(2003). “Da Comunidade à Mística”, *Religião e Sociedade*, Número Especial.

WACQUANT, Loïc. (2001). *Os condenados da cidade*. RJ, Revan/Fase.

WINTER, Jay. Sites of memory, Sites of mourning. The Great War in European cultural

history. Cambridge University Press.

FONTES

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (org.). *Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.

BANDEIRA, Antônio Rangel e BOURGOIS, Josephine. (2005). *Armas de Fogo: Guia prático, respostas a 100 perguntas: prepare-se para o referendo*. Rio de Janeiro: A. Rangel Bandeira.

Cano, Ignacio. (1997). *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER.

CONRADO, Flávio César. (2006). "Quem Crê em Cristo, diz sim à vida? As igrejas e o desarmamento". In: *Referendo do Sim ao Não: Uma experiência da democracia brasileira - Comunicações do Iser n°62*, Rio de Janeiro: ISER.

CRESPO, Samara. (2006) "Apresentação". In: *Referendo do Sim ao Não: Uma experiência da democracia brasileira - Comunicações do Iser n°62*, Rio de Janeiro: ISER.

FERNANDES, Rubem César. (1997). "Religião e sociedade, vinte anos"(entrevista realizada e editada por Regina Novaes), *Religião e Sociedade*, 18, 2.

_____. (2005) *Brasil: as armas e as vítimas* – Rio de Janeiro: 7Letras.

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (org.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. (2006). " O referendo de outubro/ 2005: das conquistas plurais à derrota singular". In: *Referendo do Sim ao Não: Uma experiência da democracia brasileira - Comunicações do Iser n°62*, Rio de Janeiro: ISER.

Sites do Viva Rio (www.vivario.org.br), Iser (Instituto de Estudos da Religião – www.iser.org.br), Aliança Hip Hop (www.aliancahiphop.com.br), Adital (www.adital.org.br), Rits (Rede de Informações para o Terceiro Setor – www.rits.org.br) e Movimento Viva Brasil (www.movimentovivabrasil.com.br), *VivaFavela* (www.vivafavela.com.br), CNBB (www.cnbb.org.br), MV-Brasil (www.mv-brasil.org.br), Otávio Rios (www.otaviorios.com.br), Cambito (www.cambito.com.br), UNESCO (www.unesco.org.br) Gente que Faz Paz (www.gentequefazpaz.org.br), Instituto Palas Athena (www.palasathenas.org), União Religiosa Internacional (www.uniaoplanetaria.org.br), *ReferendoSim* (www.referendosim.com.br) revista *Catolicismo* (www.catolicismo.com.br), Desarme (www.desarme.org).

ANEXOS

Anexo 1 - Carta aos Leitores

JORNAL DO BRASIL
19/10/2004

Todos os regimes totalitários - especialmente o nazi-fascista - desarmaram a população. Parece que vamos no mesmo caminho, em nome da democracia!

Elza Maria Franco Soares, São Paulo

Gostaria de deixar aqui meu protesto contra a insistência da mídia, ONG's e governo continuarem a promover o desarmamento do cidadão honesto antes de desarmarem o crime organizado e o desorganizado. O desarmamento foi implementado em 1996 na Austrália e em 1989 na Inglaterra, e em ambos os países os índices de crimes violentos continuaram a aumentar.

Stefano Primo, Rio de Janeiro

JORNAL O GLOBO

NOVA MINISTRA
22/06/2005

Desarmamento

É de extrema importância o desarmamento dos cidadãos que possuem armas em casa por acharem que arma é igual a segurança. A grande maioria não está preparada para utilizá-las e nessas ocasiões arma de fogo é igual à morte por motivo banal. Toda semana vemos nos jornais brigas de trânsito que acabam em morte, crianças que acham a arma do pai e acabam matando irmãos ou amigos acidentalmente. Armas, não!

ANA MARIA GEMAL MASCARENHAS

(por e-mail, 20/6), Niterói, RJ

Ao fim da campanha de desarmamento restou-nos uma certeza: a de que o cidadão de bem não mais tem em quem confiar e que não há mecanismos de defesa para a sua família. O poder estatal é fraco, omissivo, leniente, negligente, corrupto e ainda nos sugere que mudemos de cidade quando bandidos ameaçam as nossas vidas. O meliante, por outro lado, não tem o que temer, pois não compra armas em lojas. Muitas vezes lhes chegam às mãos por intermédio de policiais. Crime inafiançável, e daí? Se e quando condenados, não se importam. Em pouco tempo estarão de volta às ruas e à delinquência.

PAÍS DE TODOS

27/06/2005

Armas de fogo

Discordo da leitora Ana Maria Gemal Mascarenhas (22/6). Creio que as armas de fogo, quando usadas por pessoas treinadas podem, sim, oferecer resistência a agressões. A lei deveria regulamentar o porte responsável, mediante a exigência de exames físicos e mentais, em vez de banir as armas. Além disso, não se justifica o desarmamento pelo fato de algumas pessoas usarem armamentos de forma indevida, como em fúteis brigas de trânsito. É o mesmo que defender que sejam proibidos os automóveis porque alguns maus motoristas fazem perigosos rachas.

CARLOS ROBERTO CARDOSO ARANHA

(por e-mail, 22/6), Niterói, RJ

Em março, aumentaram em 28,9% (197 novos casos) os homicídios encorajados pelo desarmamento da população! Tivemos 682 homicídios em março. Mas, se preparem, breve estaremos recebendo novos imigrantes! Os criminosos de outros países, cuja legislação não os beneficia desarmando a população, terão um atrativo a mais para imigrar para Brasil com destaque para o Rio de Janeiro. O que poucos enxergam é que não é o porte de arma em si que garante a queda da violência, mas sim a sua possibilidade é que inibe o pretensão criminoso. Por outro lado, a certeza de uma população desarmada trará ao criminoso a certeza da inexistência de reação pela vítima.

MÁRIO SÉRGIO DE CASTRO BANDEIRA

(por e-mail, 22/6), Rio

CESAR E AS FAVELAS
05/10/2005

Desarmamento

Confesso que estou com dúvidas em relação ao plebiscito. Se por um lado gostaria de não ver tantos crimes e acidentes com armas de fogo, por outro acho que o cidadão deve ser responsável por qualquer escolha na sua vida. Sou pela liberdade com responsabilidade. Será que com a proibição não se estará reforçando o comércio ilegal? Não levaria à criação de "bocas de armas e munição"?

EDITH APARECIDA CABRAL LIUZZI

(via Globo Online, 4/10), Rio

Um tema tão complexo como o desarmamento está resumido em sim ou não para uma população despreparada, composta em grande parte de analfabetos, que sequer podem ler a pergunta. Nossa população ainda não aprendeu a escolher seus representantes no Congresso. Desta forma, ainda não está preparada para ratificar uma lei que um Congresso despreparado propôs. Muitos pensam que dizendo sim resolverão o problema de criminalidade. É triste.

JOSÉ AUGUSTO ALVES BERNACCHI

(por e-mail, 4/10), São Lourenço, MG

Mais do que o fato de a proibição à venda de armas e munição ter efeito positivo ou não sobre o quadro de violência no país, fica a real certeza de que querem interferir no direito inalienável do cidadão de se defender. Os pueris argumentos dos defensores do sim soam como estratégia pouco convincente de quem vê a situação de longe. A impressão é que querem desviar a atenção dos problemas importantes que o governo não consegue resolver, como o despreparo das polícias, a ausência de políticas sérias de combate ao crime, ao tráfico de armas e principalmente à praga da corrupção.

CAUBY RODRIGUES PISSURNO

(por e-mail, 4/10), Rio
Jornal: O GLOBO

SEVERINO
10/09/2005

Desarmamento

A finalidade da campanha do desarmamento, dizem os que a apóiam, é reduzir o número de mortes causadas por armas de fogo e evitar que estas porem nas mãos de bandidos. Nunca acreditei nesta balela e sim que estaremos dando mais poder e coragem aos marginais. Agora leio que armas entregues à Polícia Federal por cidadãos honestos

foram parar na mão de criminosos, extraviadas dentro da própria polícia. Em que e em quem acreditar neste país?

ÉRICO DE BARROS DIAZ HORTA

(via Globo Online, 9/9), Rio

Como coordenador da Campanha do Desarmamento da prefeitura de Niterói, lamento o desvio de 83 armas entregues à Polícia Federal em São Paulo. A gravidade do fato impõe punição rigorosa aos responsáveis. Mas não se deve generalizar todo o trabalho sério que vem sendo realizado Brasil afora, com base nesse lamentável fato isolado. Já foram recolhidas quase 450 mil armas em todo o país, sem que qualquer outra irregularidade tenha sido cometida. Cabe ao cidadão exigir a inutilização das armas no ato da entrega, conforme ocorre nos postos da prefeitura de Niterói, que já recolheram, até o momento, mais de 500 armas em menos de seis meses de campanha.

LEONARDO BRANDÃO

subsecretário de Direitos Humanos da prefeitura de Niterói (por e-mail, 9/9), Niterói, RJ

URUCUBACA
12/10/2005

Desarmamento

As pessoas avaliam de forma muito passional a questão do referendo. Achismos de todos os lados, números de origem duvidosa, desvios de atenção usados nos discursos. Não tenho armas, já fui vítima de assalto e quase fui morta semana passada ao testemunhar um tiroteio no meio da rua entre assaltantes com armamento pesado e seguranças de dois carros-fortes. Ainda assim acho que se deveria regulamentar a posse e o porte de forma coerente. Assunto mal discutido, falhas graves no referendo, pouco tempo de discussão e imparcialidade do governo são alguns dos argumentos dos que defendem que é cedo para se fazer um referendo sobre este assunto. Eu concordo.

SELENE SOARES CRUZ

(via Globo Online, 8/10), Rio

A arma foi criada com um único objetivo: matar e dar motivação e sustentação a outros tipos de crime como assaltos, estupros etc. É um instrumento nocivo, porque viabiliza a materialização dos crimes. Sem ela, o ser humano, por mais motivação que tenha, sente-se impossibilitado de materializar o ato criminoso. Inexistindo a arma não existirá o crime. É preciso que o Estatuto do Desarmamento seja explicado à população para evitar que os falsos defensores dos direitos individuais manipulem a opinião pública com falsa argumentação. O desarmamento progressivo da população civil aos poucos vai gerando condições mais favoráveis aos órgãos de segurança para atuarem somente sobre aqueles que estão armados ilegalmente e têm objetivos criminosos. Vamos votar

no sim!

GENISON GOMES DE MENESES

(por e-mail, 10/10), Recife, PE

QUESTÃO DAS ARMAS

17/10/2005

Todos os dias, desde o começo do horário gratuito para a propaganda sobre o referendo, fico abismado com a campanha falaciosa do “não”. São inúmeras as inverdades expostas com o intuito de ludibriar o eleitor, como o caso do policial aposentado que, dizem os apresentadores, não pode portar arma, ao contrário do que diz o Estatuto. Dizer da onde vêm as armas dos criminosos eles não dizem, pois sabem que são oriundas da população de bem. Uma publicidade deste tipo só é mesmo profícua para manter a violência no nível em que está e enriquecer os verdadeiros interessados, os fabricantes de armas e munição.

ROBERTO FERREIRA BRANDÃO

(via Globo Online, 11/10), Rio

POR QUE VOTO ‘NÃO’

23/10/2005

Por que desarmar-nos agora? Por que não aguardar até, pelo menos, a criminalidade estar desarmada a níveis menos terríveis? Por que as grandes nações do Primeiro Mundo não tiveram essa grave iniciativa e logo nós, brasileiros, que padecemos de tantas ameaças de todos os lados havemos de dar o exemplo? Não é possível imaginar o Brasil sem sua própria tecnologia de armamento e munição, dependendo de importações das nações do Primeiro Mundo, aquelas mesmas que abrem os olhos de cobiça sobre a nossa Amazônia.

WILSON DE LIMA

(por e-mail, 18/10), Rio

A atuação dos malfeitores que vendem e roubam armas e munição vai aumentar muito com a proibição da comercialização legal. Não faltam leis disciplinando o assunto. Falta vergonha na cara! Melhor seria aproveitar esta época imoral na qual os brasileiros vivem e fazer um referendo para decidir priorizar o combate à impunidade aprovando a aplicação de punições severíssimas a todos os que por, incompetência ou imoralidade, roubem, deixem roubar ou apliquem mal o dinheiro público.

ROBERTO SCHMID

(por e-mail, 21/10), Rio

Os pregadores do “Sim” se esqueceram de combinar o desarmamento com nossos vizinhos das fronteiras do Uruguai às Guianas, que terão como opção fazer do território nacional área de lazer e parque de diversão com grave ameaça à soberania nacional. A partir do referendo, vencendo o “Sim” terão certeza de que basta pular o muro para entrar num país continental onde legalmente nenhum cidadão de bem tem permissão para portar uma arma. Não bastasse a missão quase impossível de responsabilidade das Forças Armadas de guardar nossas fronteiras, vamos abrir mão também da nossa soberania nacional.

GEMERSON HENRIQUE DIAS

(via Globo Online, 21/10), Rio

Desarmamento? Será difícil convencer o cidadão de bem. Na quinta-feira, dia 20, às 14h45m, em Vila Isabel, encontramos pedestres sinalizando para a UTI móvel na qual trabalho como médico. Pensando tratar-se de uma solicitação de atendimento, reduzimos a velocidade. Porém, logo entendemos que estavam nos avisando para voltarmos, com muitos carros dando marcha a ré à nossa frente, tudo ao som de tiros de fuzil. Bom, deviam ser de fuzil e ao nosso lado, pois eram muitos, altos e seqüenciados. Como falar em desarmamento?

PEDRO LEONARDO SANCHES FAVERET

(via Globo Online, 21/10), Rio

Sou uma pessoa que vive neste país há 68 anos e justamente por isso, e por ter convivido com guerras e situações de beligerância interna, é que lamento o fato de as pessoas não respeitarem visões opostas às suas. Não aceito ser mais monitorada pelo Estado, chega. Quero, mesmo sem nunca ter tido uma arma, ter o direito de comprá-la caso queira. É o mínimo que se pede para um país democrático.

HILCIA AMALIA DI GIORGIO MAUAD

(via Globo Online, 18/10), Rio

Voto “Não” pois tenho o direito de comprar meu revólver calibre 38 e me defender de bandidos armados de fuzil, metralhadora e até granada.

ALESSANDER FARIA FALCÃO

(via Globo Online, 19/10), Rio

Dados inquestionáveis indicam que é inexpressivo o valor das vendas internas a particulares de armas de fogo fabricadas no Brasil. Por conseguinte, o setor vive principalmente de exportações, as quais serão mortalmente abaladas se o referendo

aprovar o “Sim”, já que, no comércio exterior, não se pode exportar o que não se pode vender no próprio país. Os concorrentes internacionais agradecerão.

CAIO S. COUTINHO

(por e-mail, 15/10), Niterói, RJ

Armas não matam pessoas; pessoas é que matam pessoas. Quem desarma o cidadão de bem, arma o bandido!

ROBERTO PINTO SCHWEITZER

(via Globo Online, 17/10), Florianópolis, SC

Nem de leve a coordenação da propaganda do “Não” colocou o dedo na ferida desse engodo, engendrado como uma satisfação do governo para mostrar serviço pois, em matéria de combate à violência urbana, cada dia mais feroz, não se mexeu para apurar como chegam ao crime organizado armas e munição de uso exclusivo das Forças Armadas. Até agora, salvo nosso desconhecimento, os bandidos tiram dos arsenais militares bazucas, metralhadoras antiaéreas, minas, granadas, uniformes etc. Não será surpresa que surja na Linha Amarela ou na Linha Vermelha um tanque de guerra nas mãos dos assaltantes. É contra tudo isso que vou votar “Não”. Que Deus, povo e juízes impeçam esse atentado à democracia.

ORLANDO MACHADO SOBRINHO

(por e-mail, 21/10), Rio

Dizer “Não” no plebiscito é a melhor forma de se evitar que os bandidos saibam que as casas estão desarmadas e que, se não estiverem, estão fora da lei. Além disso, é o medo de um morador armado que ainda impede muitos atos de vandalismo e pequenos roubos nas casas. Impede que pessoas invadam quintais para roubar frutas, roubar rádios de automóveis nas garagens, entre outros crimes. Quem quer matar, mata de qualquer jeito, com arma, faca, veneno ou qualquer outro recurso. Proibir nunca foi o caminho correto para se acabar com algum comportamento.

LEANDRO MONTEIRO

(por e-mail, 21/10), Rio

Voto “Não” porque a proposta é um atentado ao livre arbítrio. Posso não ter arma de fogo por não gostar delas, mas me reservo o direito de poder tê-la se achar necessário para preservar meu direito à vida. Voto “Não” porque a proposta de desarmamento deixando os bandidos armados é coisa de quem só anda com seguranças, de helicóptero, ou, se no asfalto, com batedores. Voto “Não” porque ainda não fizeram lei proibindo a fabricação e o uso de veículos motorizados que são a arma que mais mata no Brasil.

Voto “Não” porque o Brasil ainda não inventou medicamento que evite a segunda maior causa de mortes que é o enfarto do miocárdio. Voto “Não” enquanto a terceira maior causa de morte neste país for a fome.

JÚLIO LOPES

(por e-mail, 21/10), Rio

Usando a mesma justificativa veiculada pelos defensores da campanha do “Sim”, que escolheram seu voto porque são “da paz”, declaro que votarei pelo “Não”, porque também sou “da paz”. Não tenho intenção de iniciar nenhuma guerra, apenas quero manter o meu direito de defesa, caso alguém a inicie.

RONALDO GOMES FERRAZ

(via Globo Online, 17/10), Rio

Esse referendo acontece, entre outros motivos, pelo fato de o Brasil estar incomodando os EUA na exportação de armas produzidas internamente. Pensemos nos fatos que estão por detrás da campanha ridícula do “Sim”. Por mais uma vez, seremos marionetes, dançando nesse show onde as cordas mestras estão ocultas e os holofotes estão em cima dos palhaços no palco.

GISELE GUEDES

(via Globo Online, 18/10), Rio

O Estatuto do Desarmamento, já em vigor, estabelece severas restrições e dificuldades para a aquisição, regular e legal, de armas de fogo e munições no país. Votar “Sim”, ou seja, a favor da proibição do comércio em questão, significa eliminar a possibilidade de aquisição de armas e munições, de forma correta, para quem delas efetivamente necessitar. Acontece que esta proibição não vai afetar os marginais urbanos ou rurais, mas afetará tão somente os cidadãos de bem!

LUIZ ANTÔNIO R. MENDES RIBEIRO

(por e-mail, 21/10), Belo Horizonte, MG

Por que voto ‘Sim’

A proibição da venda armas, a priori, não desarma o bandido que vive na ilegalidade, nem evita que alguns cidadãos venham a agir como tal. Isso quem garante é a educação do povo e o fim da impunidade. O desarmamento apenas torna claro, explícito e decisivo o pensamento de que se a arma não foi criada para defender (ela não é escudo), mas para atacar, não pode ser um objeto do cidadão, que não foi feito para atirar. Arma na mão de pessoas comuns, não treinadas, não é liberdade, é estímulo direto à parcela

animal de todo ser humano. Se nos sentimos desprotegidos, que lutemos de todas as formas possíveis e pacíficas por uma sociedade melhor.

MANOELA PIRES

(via Globo Online, 19/10), Rio

Você discutiria no trânsito com alguém que tenha uma arma no carro, mesmo que adquirida legalmente? Dá para reagir com arma a um assalto se este sempre o pega de surpresa? Esta arma não pode parar na mão do bandido? Armas são adquiridas legalmente mais por fascínio do que por necessidade e são usadas mais em reações de fúria do que por defesa e isso é perigoso. Pelas vidas que seriam salvas é que peço que votem “Sim”.

GUSTAVO MEDEIROS

(via Globo Online, 18/10), Rio

Possuir uma arma em casa bem escondida ou carregá-la na cintura faz a pessoa se sentir mais segura psicologicamente, mas, fisicamente, esta se torna apenas mais uma vítima em função do fator surpresa. Muitos poderiam ter sobrevivido em suas casas ou na rua se não fossem flagrados portando ou escondendo uma arma. Portanto, ela não serviu para nada, apenas para suas mortes estúpidas. Digo “Sim” nas urnas, contra a proliferação de armas em qualquer situação, pois a arma mais perigosa é a arma do despreparo. A melhor arma é não tê-la.

CARLO MOSSY

(por e-mail, 17/10), Rio

Em 2001, eu tinha uma pistola 7.65 no meu escritório, e ele foi invadido. Fui pego totalmente de surpresa pelos bandidos, que estavam armados. Encontraram minha arma depois de eu ter sido rendido, fui agredido e só não fui executado porque eu implorei pela minha vida, e disse que a arma era de meu pai. Aos eleitores do “Não”, pensem bem, pois a paz só será conseguida no dia em que não mais houver uma arma no mundo.

RICARDO IHLER

(por e-mail, 16/10), Rio

Quem pensa em votar “Não” deveria ouvir o seu “Sim” interior e concluir que, para não ter de usar uma arma, matar alguém, é mesmo muito melhor nem permitir abertura de lojas deste artigo. Uma loja de armas na esquina de sua casa traria mais segurança ao seu bairro? Um brasileiro é baleado e morto a cada 12 minutos. A vida pede o “Sim”.

JOÃO SABÓIA

(por e-mail, 18/10), Rio

Como a música que diz que não devemos confiar em quem tem mais de 30, desconfio daqueles que gostam de armas e as usam. Fico imaginando este país totalmente desarmado — povo e bandidos. Teríamos de volta o batedor de carteira, o ladrão de galinha. Com a volta do ladrão de botijão de gás, de bicicleta, seriam gerados inúmeros empregos: de cara, voltaria o simpático guarda-noturno, que, além de tomar café na nossa casa, era considerado quase parente. Como era bom dormir ao som do apito do guarda.

PAULO FONTAN CASTRO

(por e-mail, 17/10), Rio

Esta é uma oportunidade única de dizer um basta às armas. A alegação de que pessoas precisam de arma para se defender é obscura, não tem sentido algum a não ser o lucro dos que a comercializam. Há séculos, desde sua existência, a arma só tem o sentido de matar e não de defender alguém. A obrigação de defesa é da polícia e do Estado. Vote “Sim” ao desarmamento e as gerações futuras agradecerão.

IVAN DE OLIVEIRA ALMEIDA

(via Globo Online, 16/10), Rio

O que os defensores do “Não” dizem de mais um jovem de 15 anos morto numa sala de aula por uma bala de revólver? Alegar que se trata de uma exceção? Só no estado de São Paulo, este ano, é a quinta morte por tiro dentro de uma escola estadual. Em 2004, foram 13 e, em 2003, 21. Imaginem em todo o país. Esse quadro trágico já seria suficiente para se proibir o comércio de armas.

JERUSA MARIA SIQUEIRA

(por e-mail, 18/10), Rio

Os brasileiros não podem perder a chance de votar “Sim”; o Brasil precisa dar esse exemplo de severo combate a um instrumento de violência (física e psicológica), sem sentido de existência na sociedade civil. Leis devem seguir princípios universais. O que é mais saudável para o convívio social: uma sociedade civil armada, ou totalmente sem armas? A função de arcar com a segurança é do Estado, para isto ele foi constituído. Por que voltar para o “todos contra todos” das sociedades arcaicas? Quem quer a barbárie e a paranóia? Não acredito em civil que salva a família reagindo a tiros.

THIAGO CABRERA

(por e-mail, 19/10), Rio

Por que sou “Sim”: tenho medo de bandidos. Mas também tenho medo de vizinhos, motoristas estressados e descontrolados. Tenho medo de armas. Por isso jamais pensei em ter uma arma em casa e liberei-me daquela que recebi em herança. Sem dúvida o “Sim” não basta para desarmar os bandidos, mas é o suficiente para desarmar os insanos, os violentos e os descontrolados. A luta pela paz não se esgota no referendo, ela continua na cobrança dos governos, na educação de uma nova geração, na luta por justiça social. Este é apenas um primeiro passo.

CLÁUDIA PRESOTTO

(via Globo Online, 20/10), Rio

Considerando que arma de fogo foi criada para matar seres humanos, a opção pela arma é uma declaração de intenções de matar, seja um bandido em um confronto (morrer é mais provável) ou matar uma pessoa de bem numa briga de bar, de trânsito, de torcida, de marido e mulher ou de colegas de escola.

VALMIR BARBOSA

(por e-mail, 20/10), Rio

Voto “Sim” porque tenho convicção de que a possibilidade de comprar ou não comprar uma arma na loja da esquina não vai resolver o problema da segurança de ninguém muito menos de minha família. A discussão da segurança pública passa pela questão principal que é aumento do investimento; unificação das polícias; fiscalização efetiva de portos, aeroportos, fronteiras e nossas costas.

EMANUEL CANCELLA

(por e-mail, 21/10), Rio

Enquanto o cidadão achar que compete a ele ter uma arma e recursos sofisticados para se defender, e não mostrar ao Estado que é sua obrigação, as coisas permanecerão como estão: cada um se arma como pode e o pobre que se vire com a polícia. Esta é uma luta de todos e a elite tem peso político suficiente para que as autoridades estabeleçam afinal uma segurança pública de qualidade.

GERSON MENEZES

(por e-mail, 17/10), Brasília, DF

O referendo é importante para a democracia, embora a propaganda do “Não” tenha tentado desqualificá-lo, dizendo que custou R\$200 milhões. O custo de mortos e feridos

a bala é muito mais alto e também sai dos nossos bolsos, sem falar no custo humano, muito maior. Há um primeiro passo para combater a violência: menos armas. Voto “Sim”.

SÍLVIA BREGMAN

(via Globo Online, 20/10), Rio

Anexo 2

Samba-enredo da Portela em 2005 (retirado do *site* do Viva Rio: www.viva.org.br)

"Nós Podemos: Oito Idéias para Mudar o Mundo!"

*Portela hoje abraça o mundo
Num amor profundo pela fraternidade
O samba é o porta-voz
E nós podemos desatar os nós
Da desigualdade
E vem... sorriso de criança
A esperança em cada coração
E nesse dia de folia, faz a sua profecia
Recriando a criação
Um mundo sem fome
Sem dor e sem guerra
Quem viver verá(bis)
O manto da paz cobrindo a terra
O que há de ser será
Ensinando a viver a vida, como ela é
Respeitando os direitos da mulher
Dando a juventude um novo amanhã
Saúde, corpo e mente sã
Combater o HIV
E toda epidemia que aparecer
Preservar a natureza
Ver o bem vencer o mal
A ONU e o samba, parceria ideal
Pro desenvolvimento mundial
A mensagem da Portela
É pra toda humanidade(bis)
Vamos semear amor
Pra colher felicidade*

Anexo 3 - Brasil com ou sem armas? Especial sobre o Referendo do Desarmamento

|





Trinta e seis mil cruzes foram levadas à Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio, em manifestação contra as armas



Elas foram deixadas na Lagoa no sábado, um dia antes da manifestação



Cada cruz representa uma das vítimas por arma de fogo no ano passado



As cruces foram jogadas no espelho d'água da Lagoa



A governadora Rosinha Garotinho soltou uma pomba branca na Lagoa, na manifestação do 'Sim'



... a pomba teve dificuldades para voar, caindo na água



De longe, as cruzeiras de isopor fizeram alguns pensarem que havia espuma poluente na Lagoa



Uma moradora discutiu com a governadora, por considerar que a manifestação estava sujando a Lagoa

Anexo 4

